UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA
FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS

DRAUZIO ANTONIO REZENDE JUNIOR

**Obstáculos e oportunidades para o avanço da pequena produção
agropecuária: a percepção dos pequenos produtores da região
metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo**

São Paulo

2021

DRAUZIO ANTONIO REZENDE JUNIOR

**Obstáculos e oportunidades para o avanço da pequena produção
agropecuária: a percepção dos pequenos produtores da região
metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo**

Versão Corrigida

Tese apresentada à Faculdade de Ciências
Farmacêuticas, Faculdade de Saúde
Pública, Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade da
Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Doutor em Ciências

Área de Concentração: Nutrição Humana
Aplicada

Orientadora: Profa. Dra. Denise Cavallini
Cyrillo

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha Catalográfica

Elaborada pela Divisão de Biblioteca e
Documentação do Conjunto das Químicas da USP.

Bibliotecária responsável pela orientação de catalogação da publicação:
Marlene Aparecida Vieira - CRB - 8/5562

Rezende Junior, Drauzio Antonio

R467o Obstáculos e oportunidades para o avanço da pequena produção
agropecuária: a percepção dos pequenos produtores da região
metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo. /
Drauzio Antonio Rezende Junior. -- São Paulo, 2021.
107p.

Tese (doutorado) - Faculdade de Ciências Farmacêuticas da
USP. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
da USP. Faculdade de Saúde Pública da USP. Curso Interunidades
em Nutrição Humana Aplicada.

Orientador: Cyrillo, Denise Cavallini

1. Alimento : Legislação. 2. Pequenos produtores rurais. 3.
Legislação Produtores Rurais. 4. Discurso Sujeito Coletivo. I. T. II.
Cyrillo, Denise Cavallini, orientador.

614.31026 CDD

Drauzio Antonio Rezende Junior

Obstáculos e oportunidades para o avanço da pequena produção
agropecuária: a percepção dos pequenos produtores da região
metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo

Comissão Julgadora
da
Tese para obtenção do Título de Doutor

Profa. Dra. Denise Cavallini Cyrillo
Orientadora/Presidente

1º examinador

2º examinador

3º examinador

4º examinador

São Paulo, 22 de setembro de 2021.

À minha mãe, Ana Maria de Assis Rezende e a meu pai, Drauzio Antonio Rezende (*in memoriam*), por todo o esforço que empreenderam para que um dia, eu pudesse realizar um doutorado na Universidade de São Paulo.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Denise Cavallini Cyrillo por ter me aceitado como seu orientando e, também, por toda a sua paciência, dedicação e ensinamentos durante a minha caminhada nesta Universidade.

Aos Professores Doutores Fábio Frezatti e Reinaldo Guerreiro (FEA-USP); Arlindo Philippi Junior, Leandro Luiz Giatti e Sonia Maria Viggiani Coutinho (FSP-USP); Carlota de Oliveira Rangel Yagui e Felipe Rebello Lourenço (FCF-USP) por todo o conhecimento que compartilharam em suas aulas.

Às equipes das bibliotecas da Faculdade de Saúde Pública; Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Biblioteca do Conjunto das Químicas pelo apoio prestado no acesso e consulta aos acervos.

À senhora Marlene Aparecida Vieira, da Biblioteca do Conjunto das Químicas pela atenção e presteza na confecção da ficha catalográfica.

À equipe de Secretaria da Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Sra. Sandra Lara e Sra. Silvia Inês de Souza Lacerda.

À Sra. Elaine Dias do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Farmacêuticas pelo apoio e instruções para que o processo transcorresse perfeitamente.

A todos os produtores rurais da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo que participaram das entrevistas online, tornando possível a realização deste trabalho em um momento de pandemia no país.

À Universidade de Taubaté (UNITAU) pelo apoio nos momentos de ausência física de atividades pedagógicas para que pudesse cumprir minhas atividades relativas ao Doutorado.

Ao Departamento de Ciências Agrárias da Universidade de Taubaté nas pessoas de seus Diretores, Professor Mestre Carlos de Mouro Cícero e Professor Mestre José Maurício Bueno Costa e aos professores e alunos do curso de Agronomia pelo apoio em minhas pesquisas, ao franquear-me acesso a produtores rurais de seus relacionamentos.

Às Secretarias Municipais; Sindicatos Rurais; Associações de Produtores e Cooperativas de Produtores pela gentileza em facilitar meu contato com produtores e pelas indicações relativas a contatos.

O estudioso é aquele que leva aos demais o que ele compreendeu: a Verdade.

São Tomás de Aquino

RESUMO

REZENDE JR., Drauzio Antonio. **Obstáculos e oportunidades para o avanço da pequena produção agropecuária: a percepção dos pequenos produtores da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo.** 2021. 107 f. Tese (Doutorado em Nutrição Humana Aplicada). – Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Faculdade de Saúde Pública, Faculdade de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

No Brasil, parcela significativa da produção de alimentos está em mãos de micro e pequenas empresas. No entanto, por motivos diversos, existe uma elevada taxa de mortalidade dos pequenos empreendimentos no período de dois a cinco anos após o início das atividades. Os pequenos produtores rurais representam 15% do total de produtores de pequeno porte do país, possuem alta capacidade de absorção de mão-de-obra, baixos índices de alfabetização, baixa taxa de incorporação de tecnologias comparativamente a nações mais avançadas e reduzida capacidade de investimentos. Apesar de tal vulnerabilidade, respondem pela produção de 70% dos alimentos consumidos no Brasil. No contexto desses produtores, a legislação tem a capacidade de impactar fortemente o processo de produção e a viabilidade de tais pequenos negócios. O objetivo do estudo foi identificar oportunidades e obstáculos institucionais, ambientais e econômicos para o avanço dos pequenos empreendimentos agropecuários da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo. Para tanto, estudou-se todo o quadro regulatório federal, do Estado de São Paulo e dos 39 municípios compreendidos na área da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. A hipótese do trabalho é de que o insucesso dos produtores está relacionado a complexidade regulatória e a dificuldade dos pequenos produtores de se adequarem a tais regramentos. A metodologia baseou-se em análise documental e qualitativa. Documental por examinar a legislação em vigor referente aos produtores de pequeno porte. Qualitativa por buscar a visão deles sobre as dificuldades para o desenvolvimento de seus negócios por intermédio do método do Discurso do Sujeito Coletivo-DSC. Os questionários foram enviados para 50 produtores catalogados, com retorno de 50 questionários preenchidos. Foram descartados 15 questionários, por inconformidades, totalizando 35 válidos. Os resultados mostram a validade da hipótese proposta, isto é, na visão dos pequenos produtores a dificuldade regulatória prejudica seus empreendimentos. Outro problema apontado pelos participantes foi a dificuldade para escoar a produção, mesmo localizados na região mais avançada e bem servida do país em infraestrutura. Conclui-se que a atividade produtiva dos pequenos proprietários da região é muito dificultada tanto pela infraestrutura de escoamento da produção que eles apontam como inadequada quanto pelo fato de que a existência de muitas legislações diferentes e divergentes dificultam tanto a adequação, por parte dos produtores, quanto a interpretação dessas regras pelos responsáveis pela fiscalização.

Palavras-chave: Pequenos produtores rurais. Legislação Produtores Rurais. Discurso Sujeito Coletivo.

ABSTRACT

REZENDE JR, Drauzio Antonio. **Obstacles and opportunities for the development of small crop and livestock farming: the perception of small producers in the metropolitan region of the Paraíba Valley and Northern Coast of São Paulo.** 2021. 107 f. Thesis (Doctorate in Applied Human Nutrition). - School of Pharmaceutical Sciences, School of Public Health, School of Economics, Accounting and Administration, University of São Paulo, São Paulo, 2021.

In Brazil, a significant stake of the food production is in the hands of micro - and small - sized enterprises. However, for various reasons, there is a high mortality rate of small-sized enterprises within two to five years after starting up their activities. Small rural producers represent 15% of the total of small producers in the country, have high labor absorption capacity, low literacy rates, low rate of incorporated-technology compared to more developed countries, and reduced investment capacity. Despite this vulnerability, they are responsible for producing 70% of the food consumed in Brazil. In the realm of these producers, legislation has the capacity to strongly impact the production process and the viability of these small businesses. This study aimed at identifying the statutory, environmental and economic opportunities and obstacles for the development of the small crop and livestock farming enterprises in the Metropolitan Region of the Paraíba Valley and North Coast. Thus, the entire regulatory framework – of the federal government, of the state of São Paulo and of the 39 towns included in aforementioned region – was studied. The study hypothesis is that the failure of producers is related to the regulatory complexity and the difficulties that small producers face to comply with such regulations. The methodology was based on documentary and qualitative analysis. Documentary for verifying the legislation in force regarding small producers. Qualitative for seeking to understand their view on the difficulties to develop their businesses through the method of Collective Subject Discourse - CSD. The questionnaires were sent to 50 catalogued producers, with a return of 50 answered questionnaires. Fifteen questionnaires were discarded due to inconsistencies, totaling 35 valid questionnaires. The results show the validity of the proposed hypothesis, that is, in the small producers' point of view, the regulatory difficulties harm their enterprises. Another issue pointed out by the participants was the hardship to drain their production, even being in the most advanced and well-served region of the country in terms of infrastructure. It is concluded that the productive activity of small landowners in the region is very arduous, not only because of the infrastructure for the production flow that they point out as inadequate but also because there are many different and divergent legislations, making it difficult for producers to adapt themselves to them, as well as for those responsible for inspecting them to interpret these rules.

Keywords: Small Rural Producers. Rural Producers Legislation. Collective Subject Discourse.

Lista de Tabelas e Figuras

Tabela 1 – Existência de Sistema de Inspeção Municipal por Cidade	33
Tabela 2 – Sistema de Inspeção Municipal por Período de Instituição.....	33
Tabela 3 – Setor de Atividade por gênero e idade, média de idade, Vale do Paraíba, 2021	46
Tabela 4 – Composição agregada da atividade econômica dos respondentes, Vale do Paraíba, 2021 .	47
Tabela 5 – Distribuição de gênero e tamanho da propriedade, Vale do Paraíba, 2021	47
Tabela 6 – Filhos trabalhando na propriedade segundo estado civil do respondente, Vale do Paraíba, 2021	48
Tabela 7 – Escolaridade dos respondentes segundo atividade econômica, Vale do Paraíba, 2021	49
Tabela 8 – Tempo dedicado a atividade por categoria de atividade desenvolvida, Vale do Paraíba, 2021	49
Tabela 9 – Atividade econômica e tipo de propriedade, Vale do Paraíba, 2021	50
Tabela 10 – Atividade econômica e tipo de relacionamento comercial, Vale do Paraíba, 2021	51
Tabela 11 - Escolaridade e tipo de relacionamento comercial, Vale do Paraíba, 2021	51
Tabela 12 – Distribuição dos Produtores segundo Atividade Econômica e Método de Trabalho, Vale do Paraíba, 2021	52
Tabela 13 – Dificuldades mais apontadas pelos produtores segundo atividade econômica, Vale do Paraíba 2021	53
Tabela 14 – Atividade Econômica e Conhecimento da Legislação, Vale do Paraíba, 2021	55
Tabela 15 – Categorização das Principais Dificuldades Apontadas por Atividade Econômica, Vale do Paraíba 2021	58
Tabela 16 – Referências de Apoio por Atividade Econômica, Vale do Paraíba, 2021	65
Tabela 17 - Distribuição das respostas que deram origem aos discursos segundo os grupos de produtores, Vale do Paraíba, 2021	71

Lista de Figuras

Figura 01 - A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.....	41
--	----

Lista de Quadros

Quadro 1 - Legislação Federal Pertinente aos Produtores Rurais	29
Quadro 2 - Legislação Estadual Pertinente aos Produtores Rurais	31
Quadro 3- Regulamentações de Uso das Propriedades Rurais Conforme Legislação Ambiental	36
Quadro 4 - Indicação de Políticas para Adoção pelos Produtores segundo Atividade Econômica, Vale do Paraíba, 2021	76

Lista de Abreviaturas e Siglas

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APA	Área de Preservação Ambiental
APL	Arranjos Produtivos Locais
APP	Área de Preservação Permanente
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CDA	Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo
CDRS	Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPT	Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrárias
IEA	Instituto de Economia Agrícola
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEI	Microempreendedor Individual
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RL	Reserva Legal
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SAA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
SIM	Sistema de Inspeção Municipal
SISBI-POA	Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtores de Origem Animal
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SUASA	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	14
1.1.	OBJETIVOS	20
1.1.1.	Objetivo geral.....	20
1.1.2.	Objetivos específicos	20
1.2.	HIPÓTESE.....	20
2.	EMBASAMENTO TEÓRICO E LEGAL	21
2.1.	A Firma e as Condições Institucionais.....	21
2.2.	A legislação pertinente ao pequeno produtor rural	28
2.3.	A questão ambiental e o produtor rural de alimentos.....	34
3.	METODOLOGIA	37
3.1.	Tipo de pesquisa: documental e qualitativa	37
3.1.1.	Primeira etapa: a pesquisa documental	37
3.1.2.	Segunda etapa: a pesquisa qualitativa	38
3.2.	Local do estudo	41
3.3.	Descrição dos Instrumentos da Pesquisa Qualitativa	43
3.4.	Aspectos éticos.....	45
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	46
4.1	Caracterização dos Pequenos Produtores	46
4.2	A visão dos produtores rurais sobre a realidade de sua atividade - DSC	54
4.3	O emaranhado de Leis, regras e normas atrapalha.....	78
5.	CONCLUSÃO	82
	REFERÊNCIAS	84
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	93
	APÊNDICE B – Caracterização do empreendedor na produção de alimentos	96
	APÊNDICE C – Obstáculos e Oportunidades para desenvolvimento do empreendedor rural no Vale do Paraíba.....	99
	APÊNDICE D – Municípios integrantes da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e do Litoral Norte.....	100
	ANEXO A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo.....	101
	ANEXO B – RELATÓRIO TURNITIN.....	106
	ANEXO C – HISTÓRICO ESCOLAR.....	107

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, parcela significativa da produção de alimentos está sob a responsabilidade das pequenas propriedades rurais que enfrentam diversas dificuldades para subsistirem. De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2013) e SEBRAE (2015), nos primeiros 2 (dois) anos, a mortalidade das empresas iniciantes alcança proporções de 24,4% a 26,4% do total de empreendimentos. Alongando-se o prazo, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT (2013) a taxa acumulada alcança 44,95% para o período de quatro a cinco anos. Tratando-se da indústria de alimentos, de acordo com o SEBRAE (2012a) a taxa de sobrevivência após dois anos é de 80%, o que significa uma mortalidade de 20%, e tais dados, para empresas comerciais da área de alimentos, a taxa de mortalidade é ligeiramente menor, 19%.

A elevada taxa de mortalidade dos pequenos empreendimentos rurais tem repercussões econômicas importantes, como desemprego – as microempresas, em seu conjunto, respondem por 50% dos empregos do país (SEBRAE, 2012b) – e, também, sociais, visto que a falência de um empreendimento é experiência geralmente traumática. Empreendedores¹ que já passaram por isso associam as seguintes expressões para a vivência: “dia mais triste da minha experiência empresarial”; “vergonha”; “destruição emocional”; “pesadelo”; dentre outras (MATOS, 2014).

Investigando-se o papel das pequenas empresas do ramo alimentar na economia brasileira, pode-se observar que possuem uma participação notável: somam 667,5 mil estabelecimentos, equivalendo a 19% do total; perfazem 13% da mão de obra empregada no país e respondem por 9% da massa salarial brasileira (SEBRAE, 2012b). A composição das empresas brasileiras produtoras de alimentos caracteriza-se por elevada proporção de microempresas (88%), 11% de empresas de pequeno porte e o 1% restante composto por médias e grandes empresas. Essa distribuição é ligeiramente diferente em relação ao total da economia, onde a participação dos micronegócios é três pontos percentuais menor (85%), e a dos pequenos (13%) dois pontos percentuais a mais. Observa-se ainda que, comparativamente ao total de pequenos negócios, a área alimentar emprega 61% dos funcionários do setor ao passo que no total dos setores, o valor atinge 51% (SEBRAE, 2012b).

¹ Neste trabalho, os termos “produtor rural” e “empreendedor rural” serão considerados sinônimos, pois ambos se referem a agentes que se dispõem a realizar alguma atividade em nível rural, organizando mecanismos sociais e econômicos na transformação de recursos que tragam benefício, sem garantia de sucesso (MC CLELLAND, 1961; SHAPERO, 1975 *apud* HISRICH e PETERS, 2002).

Quando se observam apenas os produtores rurais, os dados da PNAD Contínua mostram existir 4,06 milhões de produtores (IBGE, 2019), sendo que estes representam 15% do total de empreendedores do Brasil (SEBRAE, 2019). Embora elevado, esse número aponta tendência para baixo: em 2015 eram 4,74 milhões de produtores. Importante destacar que se trata de uma população mais vulnerável, pois, segundo dados do IBGE (2019) e do SEBRAE (2019) mais de 80% desses produtores auferem rendimentos não superiores a dois salários mínimos, aproximadamente; 11,9% alcançam até 5 salários mínimos e apenas 7% conseguem receber acima desse limite. Nesse contexto, é importante apresentar o conceito aqui adotado para pequeno produtor rural, como sendo aquele que possui propriedade de, no máximo, 4 módulos fiscais, trabalhe com a família e tenha a maior parte de sua renda oriunda de sua propriedade, definição essa dada pela Lei 11.326 de 24/07/2006.

Os dados da PNAD Contínua (IBGE, 2019), do DataSebrae (SEBRAE, 2019) e da EMBRAPA (2013) também mostram um setor com capacidade de absorção de mão-de-obra, empregando até 06 pessoas por unidade produtiva, sendo metade delas, aparentadas. O pessoal empregado, incluindo o produtor, constitui-se de pessoas com baixos níveis educacionais (69,72% com ensino fundamental incompleto, 12,59% com fundamental completo, 15,18% ensino médio completo e apenas 2,51% com superior completo). Com base nos dados de 2006, as propriedades apresentam reduzido uso de tecnologia comparativamente a suas congêneres no exterior: 9,9% dos estabelecimentos no Brasil usavam tratores contra 84% na França e 89% nos Estados Unidos (EMBRAPA, 2013). Isso leva a percepção de que os produtores pequenos, em sua maioria, possuem reduzida capacidade para investimentos, principalmente em tecnologias, o que tende a dificultar a produtividade e a lucratividade dos empreendimentos.

Sobre o produtor rural brasileiro tradicional, segundo NANTES e SCARPELLI (2010), é aquele que:

[...] utiliza-se de equipamentos agrícolas rudimentares, a estrutura organizacional é familiar e as decisões são estritamente empíricas, sujeitas a um alto grau de incerteza. Como consequência, os resultados obtidos são, em sua grande maioria, incertos. Esses resultados são dependentes da política agrícola e das condições climáticas e, sobretudo, submetidos aos interesses dos diferentes agentes do processo de comercialização (NANTES, SCARPELLI, 2010).

Porém, ainda segundos os citados autores, não é o único modelo de propriedade rural brasileira. Existem aquelas propriedades que se caracterizam por estar em transição, embora essa transição não seja simples, pois requer que o produtor deixe de ver sua propriedade como

independente e passe a visualizá-la como um elemento de uma cadeia produtiva mais ampla.

Ou seja:

Observa-se, nas propriedades em que algumas técnicas de produção e de administração já foram introduzidas, uma preocupação de permanência no mercado e de torná-las empreendimentos competitivos a médio e longo prazo. Estes produtores ressentem-se da necessidade de maior aproximação com seus mercados consumidores, que hoje apresentam duas grandes opções: uma decorrente do crescente processo de industrialização e outra provocada pelas alterações nos canais de distribuição (NANTES, SCARPELLI, 2010).

Ante o exposto, cabe ainda destacar o interesse adicional que o estudo destas empresas de pequeno porte se reveste, na medida em que 70% dos alimentos consumidos pelo brasileiro são por elas produzidos (BRASIL, 2015a). Quanto a isso, LO, CHANG e LEE (2009) chamam a atenção ao peso relativo dos alimentos sobre as famílias de menor renda, de modo que preços altos contribuem negativamente para condição alimentar e conseqüentemente para a saúde destas populações. DHEHIBI e LAAJIMI (2009) argumentam que o consumo de alimentos é dependente do total da renda disponível no domicílio, sendo que as famílias de baixa renda comprometem a maior parte dessa renda com alimentos. Portanto, os preços dos alimentos, quando sobem em demasia, tornam difícil para estas famílias obterem os nutrientes que lhes são necessários. E em sintonia com os citados autores, THOMAS e FRANKENBERG (2002) publicaram no Boletim da Organização Mundial da Saúde que a prosperidade econômica está diretamente relacionada à saúde da população, e, esta, por seu turno, é dependente de um processo de produção de alimentos que seja capaz de proporcionar uma carga de nutrientes adequadas às atividades laborais das pessoas.

Ante a importância desse segmento na economia e os indícios que se vislumbram de perda de espaço na produção de alimentos cabe investigar obstáculos e oportunidades para o desenvolvimento da pequena produção de alimentos. A esse respeito, um tema promissor relaciona-se à legislação, que envolve a produção agropecuária e suas normas envolvendo a pequena produção. A análise preliminar da legislação incidente sobre o pequeno produtor rural mostra existirem cinco eixos temáticos que regulam, por meio de diversos instrumentos jurídicos, a atividade do produtor: a definição e uso de pequena propriedade; regulamentação sobre o processo de produção; regramento sobre trabalho e seguridade rural; normatização ambiental e regulamentação de vigilância sanitária.

O regramento sobre a pequena propriedade está definido pela Constituição Federal de 1988 (artigos 185 a 187), pelo Estatuto da Terra, Lei 4.504 de 1964 e pela Lei 11.326 de 2006

que instituiu a Lei de Agricultura Familiar. A regulamentação da produção está contida em seis diplomas legais básicos, sendo o primeiro a Lei 10.420 de 2002 e o último o Decreto 8.538 de 2015. O regramento do trabalho rural é definido por três leis, sendo a principal a Lei 8.212 de 1991. A normatização ambiental é regida pelas leis 12.512 de 2011 e 12.651 de 2012. E a fiscalização sanitária é regida pelas leis 9.872 de 1999 e 11.947 de 2009.

Tratando-se do regramento básico para a produção de alimentos no Brasil, de acordo com o Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN (2016), a supervisão é dividida entre dois órgãos federais: o MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (produtos de origem animal ou vegetal) e a ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária (alimentos processados). Entretanto, também os Estados podem ter seu próprio sistema de inspeção com equivalência ao nacional (SISBI-POA), bem como os municípios podem também estruturar seus respectivos Sistemas de Inspeção Municipal (SIM) para que tenham a capacitação para fiscalização industrial e sanitária dos produtos de origem vegetal, animal e derivados para garantia de segurança alimentar e saúde pública ao qual pode-se requerer voluntariamente equivalência ao sistema nacional - SUASA (CNM, 2015). Tal situação já levanta um alerta sobre eventuais conflitos ou incoerências desse conjunto complexo de normas e sobre a própria articulação entre as diversas esferas governamentais.

Nesse contexto, além dos aspectos econômicos relacionados à competência produtiva, existem também as condições institucionais que recaem sobre todas as propriedades rurais produtoras de alimentos, provavelmente com maior peso sobre os empreendimentos de menor porte, ante as prováveis dificuldades para lidar com o conjunto complexo de regramentos distintos, advindos das várias esferas de governo que ocorrem em camadas por meio de diversos diplomas legais que, inclusive, podem “se atropelar entre si”.

A título de ilustração, o Decreto 5.741/2006 instituiu a SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária do MAPA. Este está subdividido em três partes, a saber: Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal; Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA) e Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Agropecuários. Anterior a esse decreto, a lei 9.782/1999 determinou a criação do SNV – Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Mais antigo que todos eles, está o Decreto 30.691 de 1952 que regulamenta a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Toda a legislação acima especificada é federal e as mesmas concederam ao SISBI-POA e à SUASA, por meio da Instrução Normativa 36 de 2011, revogada e alterada pela Instrução 05 de 2017, revogada e alterada pela Instrução Normativa 17 de 2020, as regras que Estados e Municípios devem seguir

para assegurar o reconhecimento da equivalência de supervisão e fiscalização. Toda essa legislação coexiste sem uma definição clara das obrigações reais e definitivas. Em particular, para as micro e pequenas empresas, existe ainda a Instrução Normativa 16 de 2015 que “estabelece as normas específicas de inspeção e a fiscalização sanitária de produtos de origem animal, referente às agroindústrias de pequeno porte” e a Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA, N. 49 de 2013, “que regulariza atividades de interesse sanitário dos setores: microempreendedor individual, empreendimento familiar rural e empreendimento econômico solidário” (ISPN, 2016).

Considerando-se que há uma polêmica em torno da produtividade agrícola brasileira, com alguns autores apontando avanços, outros apontando avanços seguidos de retrocessos e outros lembrando a grande heterogeneidade produtiva do setor (IPEA, 2014; IPEA, 2018) e seu consequente impacto sobre os preços dos alimentos para toda a população, cabe investigar os fatores que limitam o avanço da produção desse segmento bem como aqueles que podem incrementar o seu desenvolvimento, com destaque para a legislação pertinente.

Adicionalmente, na investigação sobre os impactos da legislação sobre os pequenos produtores rurais, no uso de sua propriedade, também, se infere a interferência da questão ambiental em todas as suas fases de adoção no Brasil, iniciando com a racionalização da exploração dos recursos, passando pela preocupação conservacionista, pelo controle de poluição e regulação sobre a utilização do solo.

No intuito de situar-se a contribuição deste trabalho, observa-se, nos artigos selecionados, que cada um dos autores abordou aspectos particulares do tema aqui desenvolvido, mas não o tema de maneira integrada.

BRACHT e WERLANG (2015) fizeram um trabalho que aborda a realidade brasileira no qual se efetua um mapeamento das características e competências empreendedoras dos produtores rurais enfatizando a percepção comportamental, porém, sem integrá-la a questão institucional. TOMEI e SOUZA (2014), trabalharam, no contexto brasileiro, o empreendedorismo rural, o comportamento empreendedor, a inovação e a agricultura familiar, na região sul do país nos moldes *schumpeterianos* ao analisar as barreiras aos produtores rurais apenas sob a perspectiva do indivíduo, não abordando o contexto econômico ou institucional.

CUNHA, SAES e MAINVILLE (2015) fizeram um comparativo entre Brasil e Estados Unidos, de produtores grandes, não os pequenos, mostrando como os custos de transação divergentes resultam em governanças diferentes entre os produtores agrícolas convencionais e orgânicos.

BOSWORTH (2012) realizou uma caracterização do produtor rural de pequeno porte na Inglaterra contemplando a localização, a interação com a natureza, a integração com a

comunidade além dos aspectos financeiros. Porém, não envereda para o aspecto legal que define como ocorre a integração com a natureza e com a comunidade.

PATO e TEIXEIRA (2016) abordam a questão da organização interna e do quadro institucional em países desenvolvidos, mais estável que o de países em desenvolvimento, caso do Brasil e, portanto, a organização interna dessas propriedades deve sofrer proporcionalmente menos interferências. Isso mostra que o estudo proposto é importante para mensurar como as legislações interdependentes, em camadas e contraditórias podem afetar o desempenho de uma organização rural.

SURIE (2018) aborda a proposta de capacitação pelo Estado dos produtores rurais na Índia. O trabalho dela mostra o produtor rural como receptor passivo de mudanças e não como agente ativo. SINGH, SANGEET, KAUR e SINGH (2017) também apresentam a questão institucional, mas considerando o ambiente privado além das ações do Estado. Estes trabalhos mostram o aspecto institucional público e privado têm um peso significativo na alteração da realidade e indicam que a proposta de interpretar esse contexto na realidade nacional de modo integrado tem significância.

FORTUNATO, ALTER e ADAPA (2017) apresentam as contribuições de redes sociais regionais de inovação sobre os resultados dos empreendedores australianos. A contribuição dos autores está na demonstração de que as redes de aprendizado e inovação contribuem para os resultados dos produtores, porém, ela não considera o quadro institucional. Comparativamente, no Brasil, o Estado tem incentivado redes regionais de inovação em contextos produtivos para pequenos produtores, aqui chamados de Arranjos Produtivos.

ILIC, BAUER e NESKOVIC (2017) mostram que a montagem e disponibilização do quadro institucional estável e de instrumentos financeiros e educacionais de apoio é insuficiente.

HASAN, KOBEISSI, WANG e ZHOU (2015) estudaram a situação de uma região da China. O trabalho deles foca na estrutura regional de bancos comerciais e bancos de fomento rural e mostram que a conduta bancária modifica os resultados dos produtores, sob um quadro institucional estável dado pelo Estado na China.

A presente proposta de trabalho distingue-se por buscar compreender conjuntamente, a interdependência do quadro institucional com as características individuais dos pequenos produtores, perceber os obstáculos ambientais e econômicos para o avanço dos pequenos empreendimentos produtores de alimentos da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo.

Deste modo, o problema desta pesquisa é compreender quais são os fatores institucionais, ambientais e econômicos que dificultam a eficiência produtiva da pequena

produção rural e identificar ações que possam favorecer a sustentabilidade, continuidade e sobrevivência dos pequenos produtores rurais fomentando a competitividade deste segmento.

1.1.OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo geral

Identificar oportunidades e obstáculos institucionais, ambientais e econômicos para o avanço dos pequenos empreendimentos produtores de alimentos da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo.

1.1.2. Objetivos específicos

- a) Caracterizar os produtores de alimentos da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo segundo as sub-regiões: eixo Dutra; litoral Norte; Serra da Mantiqueira e região interior;
- b) Analisar as condições institucionais e econômicas que regem o funcionamento dos pequenos empreendimentos produtores de alimentos da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
- c) Obter a percepção dos pequenos empreendedores rurais da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo acerca dos obstáculos e das oportunidades de desenvolvimento da pequena produção de alimentos;

1.2.HIPÓTESE

O elevado grau de insucesso das pequenas empresas rurais produtoras de alimentos se deve à complexidade regulatória que impede o avanço da produção de maneira economicamente sustentável.

2. EMBASAMENTO TEÓRICO E LEGAL

2.1.A Firma e as Condições Institucionais

O presente trabalho tem como tema os fatores de insucesso do pequeno produtor rural. Aspectos ligados à legislação e ao meio ambiente aparentam influenciar o desempenho dessas empresas. A Nova Economia Institucional traz contribuições para o entendimento dessa questão, visto que estuda como o ambiente (institucional, legal e cultural) interfere nos processos de tomada de decisão e de escolhas. Nesse sentido, COASE (2017) afirma que é papel da economia estudar o comportamento humano para a escolha entre as finalidades e os meios escassos que podem ter usos diversos.

O comportamento humano no que tange à produção, opta, muitas vezes, por efetuar-la por meio de firmas ou empresas. COASE (2017) ensina que a teoria da firma enxerga a empresa como uma entidade econômica que transforma os insumos em produtos, sem se preocupar, porém, em entender como o processo ocorre. Conforme Hahn (1981), a firma é uma “figura nebulosa” e Coase concorda com tal definição.

Aprofundando-se nessa análise, Coase defende que o entendimento da atuação de uma firma depende do entendimento do porquê de sua existência. O autor assinala que “o sistema de preços era apresentado como um sistema de autorregulação automática” (COASE, 2017) e infere que a alocação de recursos ocorre fora da firma e não internamente a ela. Em seu raciocínio, os custos internos da firma para organização, funcionamento e atendimento de uma atividade produtiva são menores do que os custos de procurar uma empresa, efetuar seleção, escolher, contratar e fiscalizar o cumprimento do contrato, como ocorreria em caso de se recorrer ao mercado. Para ele, a firma poupa recursos que seriam dispendidos por uma entidade organizadora. E a eficiência seria sempre garantida pelo fato de o mercado propiciar a existência de outras firmas que se proponham a fazer a mesma atividade por um custo menor (COASE, 2017).

Coase, dissertando sobre a dominante Teoria Neoclássica, manifesta que as análises a partir desse escopo teórico pressupõem que todas as transações se efetuam a custo zero, ou seja, que todas as informações necessárias são conhecidas e que não existem dificuldades no processo. Porém, informa o autor, a realidade é um pouco distinta, pois as transações não ocorrem de maneira tão simples. COASE (2017) chama a atenção para o fato de que uma transação de mercado requer a ação de descobrir algum agente econômico que deseje realizar a

transação proposta, bem como que aceite os termos sugeridos. Além disso podem ocorrer efeitos externos independentes do desejo e da ação de terceiros. De modo geral, há a necessidade de um contrato e do monitoramento das partes para que cada uma delas honre os termos contratuais.

COASE (2017) explica ainda que a custo de transação zero, o sistema de regulação não teria sentido para os empreendedores porque as firmas operariam de acordo com as disposições contratuais maximizando o valor de sua produção dadas as restrições. Ou seja, o ambiente institucional não interferiria no processo. Segundo o autor se os custos de transação fossem nulos, os produtores adotariam as medidas que custassem menos do que as reduções de danos que elas trariam. Por outro lado, com custos de transação, diminuiria o leque de medidas que poderiam ser adotadas, uma vez que a margem de ganho entre as alternativas seria reduzida.

Nesse contexto, existem autores, como FURTADO (1992), CHANG (2004) e STIGLITZ (2007), entre outros, que advogam pela intervenção governamental visando eliminar os custos de transação. COASE (2017), por seu turno, discorda dessa visão. Para ele, essa ação não resolve a questão porque a própria intervenção governamental possui os seus custos.

Na verdade, o fato de que existem custos de transação e de que estes são elevados implica que muitos efeitos das ações individuais não serão cobertos por transações de mercado. [...] O fato de que a intervenção governamental também tem seus custos torna muito provável que se deve permitir que a maioria das “externalidades” continue caso se deseje que o valor de produção seja maximizado. Esta conclusão se reforça quando reconhecemos que os governos não são iguais ao ideal de Pigou, mas são mais parecidos com sua autoridade pública – ignorante, sujeita a pressões e corrupta. (COASE, 2017).

Mas, embora seja objeto de discussão se é ou não adequada a intervenção do Estado, é indiscutível que ele tem esse poder e que muitas vezes o exerce visando a alterar comportamentos ou atitudes dos agentes econômicos. Segundo o autor, as formas de influenciar os agentes econômicos são: a alteração da lei; alteração da forma como os tribunais interpretam a lei; a imposição de tributos ou subsídios; a imposição de regulamentos. Qualquer que seja a forma, a intervenção alterará o funcionamento do sistema econômico. COASE (2017) lembra que na economia de livre mercado, os agentes econômicos perseguem os próprios interesses e agem em conformidade a isso. Assim, a forma de fazer com que modifiquem o seu comportamento está relacionada ou à mudança na lei ou na sua execução. A intervenção, de modo geral, modifica aquilo previamente estabelecido como direitos ou como deveres do

agente, mudando as regras para se adquirir algo ou para celebração de contratos vinculantes e válidos implicando custos de transação. O governo pode, também, alterar os tipos de punições impostas pelos tribunais quando se considera uma compensação a terceiros e utilizar-se de impostos ou subsídios para estimular ou desestimular atitudes. Em suma, COASE (2017) defende que modificações no sistema regulatório interferirão no funcionamento do sistema econômico.

Nessa mesma linha de raciocínio, ACEMOGLU e ROBINSON (2012) exemplificam que a forma como o Estado e as instituições econômicas agem repercute sobre o desempenho da coletividade. Segundo estes autores, existem as instituições inclusivas, que permitem à massa da população participar das atividades econômicas com seus talentos e habilidades, escolhendo o que lhes parecer melhor. Segundo eles, as características das instituições econômicas inclusivas estão na garantia da propriedade privada, na existência de um sistema jurídico imparcial e na oferta de serviços públicos que permitam tanto a livre negociação quanto o livre exercício empresarial. Complementarmente, não seriam inclusivas instituições que não garantissem tais fatores. (ACEMOGLU e ROBINSON, 2012).

A influência das instituições sobre o sistema econômico também foi enfatizada por NORTH (2018). Segundo esse autor, as instituições são determinantes do desenvolvimento econômico no longo prazo. Elas podem gerar um ambiente favorável para soluções cooperativas entre agentes econômicos, podendo tais soluções ser ou não produtivas, levar ao progresso ou, ao contrário, à estagnação e declínio. Para o autor, o contexto histórico é importante, pois o agente econômico aprende a partir de suas ações do passado e pode planejar o futuro, se acreditar na continuidade do ambiente institucional em que está inserido, isto é, na perpetuidade das instituições com as quais ele se relaciona e conhece.

Quanto à importância do ambiente MECCHERI e PELLONI (2006) e KIBLER (2013) afirmam que existem fortes indícios de que os ambientes regionais interferem nas intenções do produtor rural ou empreendedor. No entanto, na opinião deles, existe uma escassez de estudos analisando a ação do produtor rural como empreendedor e as consequências dessas atitudes.

A partir dos pressupostos da Teoria dos Jogos, NORTH (2018) argumenta que, se as partes em negociação tivessem todo o conhecimento de que necessitam (algo que acaba acontecendo em transações que se repetem indefinidamente), as partes encontrariam soluções cooperativas por si mesmas. Porém, continua ele, essa não é a realidade do mundo, as partes não possuem todo o conhecimento de que precisam, sendo necessária a existência de uma terceira parte que evite as tendências a transgressões de quaisquer das partes em interação. Segundo autor:

A inevitável conclusão a que se chega, em um mundo pautado pela maximização da riqueza, é que a contratação complexa que possibilitaria a alguém auferir os ganhos com o comércio em um mundo de trocas impessoais precisa ser acompanhada por uma terceira parte. [...] Com informações incompletas, porém, soluções cooperativas irão malograr, a menos que se engendrem instituições que forneçam informações suficientes para que os indivíduos fiscalizem transgressões (NORTH, 2018).

Portanto, se no mundo real em que existem custos de transação se faz necessária a existência de instituições para minimizá-los, diz NORTH (2018), a própria existência das instituições é, por si só, um custo. E não apenas a existência da instituição é custosa porque a instituição deve ser sustentada, mas também o é a própria verificação da eventual violação de um compromisso. A visão de NORTH (2018) sugere que a insegurança das partes acerca do cumprimento do combinado é causa de grandes distorções e custos. A necessidade de que exista um garantidor para cada uma das partes, isto é, o Estado, na defesa dos direitos de cada um e na garantia da reciprocidade do ato de troca causa alterações no nível geral de riquezas, nos regramentos que afetam o bem-estar dos indivíduos e alteram o nível de preços pela internalização de tais custos. O autor também considera que existe diferença na força dessa fiscalização quando efetuada por um Estado nação desenvolvido ou quando executado por um Estado nação do Terceiro Mundo, pelas diferenças de atitudes e de monitoramento.

Nesse contexto mais amplo, ao qual está submetido o pequeno produtor rural, também se faz necessário compreender a realidade vivenciada por ele, enquanto agente econômico. Assim, ZYLBERSZTAJN (2005), tratando sobre a coordenação agroindustrial, faz uma análise a partir da perspectiva micro institucional, tendo como fundamentos as contribuições de Oliver Williamson, Harold Demsetz, Yoram Barzel, Claude Menard, dentre outros. Para esses autores, muitos produtores rurais deixam de se guiar pelo mercado e optam por contratos que os prendem a contrapartes por conta dos custos de operação que podem ser, para eles, impraticáveis. Isso decorre da falta de clareza quanto aos direitos de propriedade na incidência de choques desestabilizadores externos e quando inexiste um comportamento econômico “benigno e cooperativo” por partes dos agentes, de tal modo que surgem os custos de transação mitigados pelo surgimento do contrato ZYLBERSZTAJN (2005). Assim, segundo esse autor, o contrato seria uma forma de minorar os custos de transação. No caso brasileiro, os pequenos produtores podem trabalhar tanto sob contrato quanto sob venda direta no mercado, as duas posições lhes estão disponíveis e a escolha é, fundamentalmente, individual. No entanto, para

o fornecimento a determinados tipos de clientes, o contrato tem se tornando cada vez mais exigido, mesmo que seja um contrato verbal.

O raciocínio de NORTH (2018) leva à conclusão de que uma economia de trocas necessita do Estado como entidade com poder e autoridade para monitorar os direitos de propriedade e para forçar o cumprimento dos compromissos assumidos, muito embora esse Estado possa utilizar tais poderes a favor do auto interesse dos gestores. Então, a existência de uma terceira parte supervisionando o comportamento e a transação das partes confere a este “monitor” um poder coercitivo que lhe faculta monitorar tanto os direitos de propriedade quanto impor a sua visão própria de como os contratos devem ser executados pelas partes e fazer cumprir efetivamente tais contratos a seu modo. Dessa forma, dada a incerteza, o Estado e a legislação são necessários para lidar com ela e com as informações incompletas. Porém, a sua existência, e seu processo regulador podem se tornar obstáculos ao desenvolvimento dos agentes econômicos regulados por conta de regras que ao invés de proteger interesses gerais, acabam por beneficiar interesses específicos.

Percebe-se, dessa forma, que a Nova Economia Institucional, tal como formulada por NORTH (2018), postula que o arcabouço institucional interfere nas trocas de mercado pois os custos de transação não são nulos. Como os agentes econômicos enfrentam incertezas quanto aos resultados de suas atitudes, suas decisões acabam se baseando nos padrões fornecidos pelas instituições. O autor postula que as instituições foram criadas com o intuito de reduzir as incertezas inerentes ao processo de interação humana. Também afirma que as incertezas são resultado tanto da dificuldade dos seres humanos em lidar com múltiplos problemas complexos quanto da questão do estado psicológico, do sentimento de segurança das pessoas, ao transacionar. Contudo, ele enfatiza que, embora a intenção seja boa, nada garante que as instituições criadas sejam eficientes em satisfazer o papel a elas destinado.

Adicionalmente, NORTH ensina que o modelo institucional de uma determinada coletividade é específico a ela, em função dos condicionamentos históricos e pelas condições próprias de uma determinada economia. O modelo institucional também tem significância por determinar quais serão “as regras do jogo” e quais as posturas possíveis dos agentes. Assim, os condicionamentos institucionais, tais como: sistema fiscal, regulações, decisões judiciais, legislação e condicionamentos formais e informais, geram os incentivos para que os agentes econômicos ajam de uma forma determinada (NORTH, 2018).

Esse enquadramento institucional proposto por North é interpretado por ACEMOGLU e ROBINSON como sendo:

O asseguramento dos serviços públicos, leis, direitos de propriedade e da liberdade de firmar contratos e relações de troca depende do Estado, instituição detentora da capacidade coercitiva de impor a ordem, impedir roubos e fraudes e fazer contratos entre as partes privadas. Para ter seu bom funcionamento garantido, a sociedade requer também outros serviços públicos: estradas e uma rede para o transporte de bens; infraestrutura pública para que a atividade econômica tenha condições de florescer; algum tipo de regulamentação básica para a prevenção de fraudes e má conduta, sobretudo por parte de autoridades (ACEMOGLU e ROBINSON, 2012).

Assim, NORTH (2018) postula que os quadros institucionais têm grande responsabilidade sobre os resultados que as economias conseguem obter tanto porque podem gerar oportunidades produtivas quanto obstáculos ao progresso, de modo que os resultados da ação dos agentes econômicos dependem, em larga medida, da qualidade do quadro institucional, diferindo assim no tempo e no espaço.

Dado o quadro institucional, o produtor rural é um empreendedor desenvolvendo sua atividade produtiva “certa” na busca de resultados “incertos”, pois dependente das diversas condições da Natureza e do seu trabalho. Inova, arrisca e produz, interagindo com um ambiente muitas vezes hostil, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico que, segundo SCHUMPETER (1996), depende da capacidade do empreendedor de agir sem possuir todas as informações necessárias. Em suas palavras:

(...) na vida econômica, deve-se agir sem resolver todos os detalhes do que deve ser feito. Aqui, o sucesso depende da intuição, da capacidade de ver as coisas de uma maneira que posteriormente se constata ser verdadeira, mesmo que no momento isso não possa ser comprovado, e de se perceber o fato essencial, deixando de lado o perfunctório, mesmo que não se possa demonstrar os princípios que nortearam a ação (SCHUMPETER, 1996).

Todavia, é importante tentar compreender justamente quais são os princípios que norteiam a ação do pequeno produtor. E a relevância dessa compreensão está no fato de que, conforme SCHUMPETER, a ação do empreendedor apresenta vital ligação com a inovação e a criação de novos mercados, pois:

É, contudo, o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores, se necessário, são por ele ‘educados’; eles são, por assim dizer, ensinados a desejar novas coisas, ou coisas que diferem de alguma forma daquelas que têm o hábito de consumir (SCHUMPETER, 1996).

O papel do empresário nesse contexto, também foi abordado por NORTH (2018) em sua obra. Unindo as contribuições de KNIGHT (1964) - o papel da incerteza - e de COASE (2017) - custos de transação -, o autor argumenta que o papel do empresário e da empresa está em inventar, descobrir e suprir mercados, avaliar produtos e técnicas de produção e gerenciar empregados. Mas essa proatividade depende de um contexto institucional favorável e estável que garanta a apropriação dos resultados alcançados pelo produtor.

Esse processo requer que as instituições sejam flexíveis e maleáveis às mudanças provocadas pelo espírito do empreendedor, pois haverá choques e disputas na sociedade. As instituições (e o Estado) precisam sopesar suas interferências, pois poderão estar alterando as rotas futuras da economia. Acerca disso, ACEMOGLU e ROBINSON (2012) comentam que sempre existirão os grupos econômicos e sociais vitoriosos e os derrotados na busca por recursos, renda e poder. E o resultado para a economia, crescimento ou paralisia econômica, dependerá do perfil do grupo vencedor. Desse modo, a depender do grupo vitorioso, as alterações nas leis resultantes da nova visão econômica podem interferir positiva ou negativamente sobre os produtores rurais de menor porte.

Quanto à expansão da atividade do produtor rural, FULLER-LOVE, MIDMORE e THOMAS (2006) discutem as dificuldades enfrentadas pelos empreendedores. Em sua visão existem fatores específicos que governam o crescimento da empresa rural, das quais se pode citar o escopo restrito da demanda local; o baixo acesso aos mercados extrarregionais; baixa densidade e falta de oportunidade de crescimento das redes de apoio local; acesso insuficiente e inadequado às tecnologias de informação, bem como dificuldade de utilizá-las e limitações de acesso ao capital (FULLER-LOVE, MIDMORE, THOMAS, 2006).

Na visão de AVRAMENKO e SILVER (2010), o empreendedor rural não apenas está no campo, mas interliga o “estar no campo” ao apoio comunitário e ao uso das redes sociais por ele construídas por meio de circunstâncias institucionais tais como cultura e regras sociais, o que já diferencia um produtor rural de um produtor urbano. Ademais, citando PETRIN (1994), CASSON (1995) e STATHOPOULOU et al. (2004), bem como CÉCORA (1999); MORRISON (2000); GLADWIN et al. (1989); NORTH e SMALLBONE (2006); o segundo fator diferenciador do produtor rural está no papel desempenhado pela família no negócio tanto por lhe conferir credibilidade quanto por lhe proporcionar suporte financeiro (e operacional) para o negócio.

Os autores citados indicam que o empreendedor rural é altamente influenciado pelas condições institucionais ao seu redor. Em relação a esse aspecto, a Teoria do Empreendedorismo, como proposta por FILION (1999) permite identificar essas condições

também pelo campo comportamental. Segundo MELATTI et al (2013) e BRACHT e WERLANG (2015), existem “diversas teorias e discussões acerca do tema”, porém, todas apontam para alguns tipos de atitudes como: correr riscos; “*know-how*”; iniciativa; persistência e autonomia, conforme inicialmente desenvolvidas por MCCLELLAND (1971).

Portanto, observa-se que em função dos custos de transação serem diferentes de zero, há a necessidade de um intermediário entre os agentes econômicos em negociação. Ou seja, em relação ao objeto deste estudo, há a necessidade de que o Governo seja o intermediário entre os produtores rurais e os seus clientes. Essa interferência do “intermediário neutro”, muitas vezes é realizada por meio de regras, de legislações que a depender de sua complexidade no âmbito institucional, econômico e ambiental podem gerar oportunidades, mas sobretudo, dificuldades ao pequeno produtor rural limitado em conhecimentos e em capital. Assim a capacidade do produtor em enfrentar tais regras impostas depende tanto de sua condição econômica quanto de seu conhecimento técnico que não são distribuídos igualmente entre todos os produtores, mas resultado da realidade de cada um, moldada pelo contexto histórico de desenvolvimento em geral e da região em que ele está inserido.

2.2.A legislação pertinente ao pequeno produtor rural

Os produtores rurais no Brasil são afetados por uma extensa gama de regras legais que assumem formas de dispositivos constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, decretos do Poder Executivo, Decretos do Poder Legislativo e regramentos infralegais, tais como portarias, instruções normativas, dentre outros. Essa coletânea regulamentadora abrange tanto a esfera Federal quanto a Estadual e a Municipal, envolvendo possíveis inconsistências e conflitos de definições e competências que podem ser evidenciadas no Quadro 1 que apresenta uma lista do arcabouço legal atual incidente sobre os produtores da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo.

Quadro 1 - Legislação Federal Pertinente aos Produtores Rurais

LEGISLAÇÃO FEDERAL		
Instrumento	Identificação	Finalidade
Constituição Federal	Artigo 185 – 1988	Garantia de Propriedade
	Artigo 186 – 1988	Define Propriedade Produtiva
	Artigo 187 – 1988	Definição de Política Agrícola
Lei Complementar	Lei Complementar 93 – 04/02/1998	Institui o Banco da Terra
	Lei Complementar 123 – 14/12/2006	Regramento das Microempresas Urbanas e Rurais
Lei Ordinária	Lei 8.629 – 25/02/1993	Conceito de Pequena Propriedade
	Lei 13.465 - 11/07/2017	Conceito de Pequena Propriedade
	Lei 6.746 - 10/12/1979	Definição de Módulo Fiscal
	Lei 4.504 – 30/11/1964	Estabelece o Estatuto da Terra
	Lei 12.651 - 25/05/2012	Novo Código Florestal
	Lei 11.326 – 24/07/2006	Regras de Agricultura Familiar
	Lei 10.406 – 10/01/2002	Novo Código Civil – art. 966
	Lei 8.171 – 17/01/1991	Política Agrícola
	Lei 9.393 – 19/12/1996	Imposto Territorial Rural
	Lei 10.831 – 23/12/2003	Regra da Produção “Orgânica”
	Lei 11.947 – 16/06/2009	Regras para Alimentação Escolar
	Lei 12.188 – 11/01/2010	Assistência Extensão Rural
	Lei 5.889 – 08/06/1973	Trabalho Rural
continua...		

LEGISLAÇÃO FEDERAL		
Instrumento	Identificação	Finalidade
Lei Ordinária	Lei 8.212 – 24/07/1991	Seguridade Social Trabalho Rural
	Lei 8.213 – 24/07/1991	Benefícios da Previdência Social
	Lei 11.718 – 20/06/2008	Trabalho Rural Temporário
	Lei 9.782 – 26/01/1999	Sistema de Vigilância Sanitária e ANVISA
	Lei 11.346 – 15/09/2006	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
	Lei 1.283 – 18/12/1950	Inspeção Industrial e Sanitária de Produtores de Origem Animal
	Lei 7.889 – 23/11/1989	Inspeção Industrial e Sanitária de Produtores de Origem Animal
	Lei 12.512 – 14/10/2011	Programa de Conservação Ambiental/Fomento Atividade Produtiva Rural
	Lei 9.712 – 20/11/1998	Defesa Agropecuária
	Lei 9.972 – 25/05/2000	Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal
	Lei 6.902 – 27/04/1981	Criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental
	Lei 13.680 – 14/06/2018	Altera a lei 1.283/1950 e institui o Selo Arte
Decreto	Nº 7.775 – 04/07/2012	Programa Aquisição de Alimentos
	Nº 7.794 – 20/08/2012	Política Nacional Agroecologia e Produção Orgânica
	Nº 8.538 – 06/10/2015	Tratamento favorecido em compras dos pequenos produtores
	Nº 9.013 – 29/03/2017	Regulamenta Inspeção Industrial e Sanitária de Origem Animal
	Nº 6.268 – 22/11/2007	Regulamenta Classificação dos Produtos de Origem Vegetal
Resolução Diretoria Colegiada ANVISA	Nº 49 – 31/10/2013	Regulação exercício atividade sanitária MEI, empreendimento familiar, empreendimento econômico solidário

Fonte: Autor

O Quadro 1 mostra a existência de 36 dispositivos legais em nível federal regulamentando a atividade produtiva rural. Os regramentos alcançam diversas esferas da atuação rural compreendendo a questão da propriedade rural, seu tamanho e uso, vantagens ao pequeno produtor em compras públicas; o processo de produção e sua qualificação para disponibilidade ao mercado e ao Setor Público; regras trabalhistas no campo e, também, a

questão ambiental que merece destaque tanto pela conservação da terra quanto do meio ambiente (florestas, vegetação nativa, rios e encostas) uma vez que é questão de debate e compromisso internacional assumido pelo país.

No âmbito do Estado de São Paulo, existem também regramentos que atingem os produtores rurais como se pode verificar no Quadro 2.

Quadro 2 - Legislação Estadual Pertinente aos Produtores Rurais

LEGISLAÇÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO		
Instrumento	Identificação	Finalidade
Constituição Estadual	Artigo 178	Tratamento diferenciado às microempresas e pequenos produtores rurais
	Artigo 186	Tratamento preferencial em órgãos públicos aos pequenos produtores rurais
Emenda Constitucional	Nº 21 – 14/02/2006	Tratamento diferenciado às microempresas e pequenos produtores rurais
Lei Ordinária	Lei 8.208 – 30/12/1992	Inspeção Sanitária Animal
	Lei 17.373 – 26/05/2021	Atualiza Inspeção Sanitária
	Lei 17.054 – 06/05/2019	Tratamento dos agrotóxicos
Decreto Estadual	Nº 64.320 – 05/07/2019	Cidadania no Campo 2030
	Nº 63.280 – 19/03/2018	Financiamento agrícola
	Nº 60.582 – 27/06/2014	Regras para Aquicultura
	Nº 58.211 – 12/07/2012	Organização dos produtores em microbacias
	Nº 58.107 – 05/06/2012	Estratégia de desenvolvimento sustentável no campo
	Nº 58.016 – 02/05/2012	Poupatempo do produtor rural
continua...		

LEGISLAÇÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO		
Instrumento	Identificação	Finalidade
Decreto Estadual	Nº 57.812 – 27/02/2012	Agricultura em Ambiente Protegido
	Nº 56.999 – 17/05/2011	Agricultura Moderna para Todos
Portaria Defesa Agropecuária	Portaria CDA-22 – 27/10/2016	Regulamento técnico de boas práticas de fabricação
	Resolução SAA-03 – 10/01/2008	Regras funcionamento de produção de leite
	Resolução SAA-04 – 10/01/2008	Regulamentos para leite A, B, pasteurizado e cru
	Resolução SAA-12 – 19/04/1995	Normas técnicas de produção e classificação dos produtos de origem animal
	Resolução SAA-24 – 01/08/1994	Normas técnicas de produção e classificação dos produtos de origem animal

Fonte: Autor

O Quadro 2 acima mostra o objetivo estadual de complementar a legislação federal e nesse contexto o Estado de São Paulo regulamenta por meio de 19 dispositivos legais básicos - não contando diversas atualizações desses mesmos dispositivos - um amplo conjunto de aspectos relacionados a produção rural que abrange desde políticas de incentivo, passando por ações estruturantes e organizadoras e atingindo a fiscalização do uso de insumos agrícolas (agrotóxicos), do processo de fabricação e mesmo a classificação dos produtos.

No âmbito dos municípios, o processo legislativo toma formas específicas e peculiares a cada municipalidade, porém, em geral, quando existente, a forma de regramento ou está contida na Lei Orgânica Municipal ou, alternativamente, em Leis Municipais e Decretos do Prefeito.

As realidades municipais são diversas começando pela própria classificação de quem é um pequeno produtor, pois a partir da determinação legal estipulada pela lei federal por intermédio do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em sua definição do valor do Módulo Fiscal local (EMBRAPA, 2020), um pequeno produtor de um município pode ser considerado médio em outro, pela variação do tamanho do módulo fiscal.

O módulo fiscal, além de sua utilização para o aspecto arrecadatário de impostos, é utilizado como meio de classificação dos produtores segundo porte e serve também, por

imposição da lei 12.651 de 25 de maio de 2012 (BRASIL, 2012) que institui o Novo Código Florestal, como determinante dos benefícios atribuídos a pequena propriedade e da definição das obrigações relacionadas a recomposição das Áreas de Preservação Permanente (APP) e da manutenção ou recomposição da Reserva Legal (EMBRAPA, 2020), ou seja, as obrigações relacionadas a preservação ambiental são diferentes conforme a localidade e o tamanho do produtor, de acordo com o módulo fiscal específico ao local.

Pode-se observar que a questão do Novo Código Florestal se imbuí de enorme importância, pois afeta a produção rural em três aspectos: obrigação de preservação ambiental; obrigações de preservação e recomposição ambiental e interpretação de ambas as variáveis em conformidade com o tamanho da propriedade do pequeno produtor que pode variar conforme o módulo fiscal do município.

No entanto, na realidade municipal, o fator mais importante é a existência ou não do Sistema de Inspeção Municipal. Observando-se os 39 municípios da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, conforme a Tabela 1, 19 municípios possuem o SIM (Sistema de Inspeção Municipal), com a maior parte destes tendo sido estruturado em 2018 e 2019, de acordo com a Tabela 2. E outros 20 municípios sequer o possuem ou o regulamentaram. A existência ou não de SIM com reconhecida equivalência com o SISBI/POA dificulta a venda de produtos fora do município.

Tabela 1 – Existência de Sistema de Inspeção Municipal por Cidade

Cidades do Vale do Paraíba	Número de Municípios
Com Previsão de Serviço de Inspeção Municipal	19
Sem Previsão de Serviço de Inspeção Municipal	20
TOTAL DE MUNICÍPIOS	39

Fonte: Autor

Tabela 2 – Sistema de Inspeção Municipal por Período de Instituição

Cidades do Vale do Paraíba	Número de Municípios
Instituição do SIM na Década de 1990	6
Instituição do SIM na Década de 2000	2
Instituição do SIM na Década de 2010	7
Instituição do SIM na Década de 2020	4
TOTAL DE MUNICÍPIOS COM SIM	19

Fonte: Autor

2.3.A questão ambiental e o produtor rural de alimentos

Como já indicado, a legislação interfere no funcionamento do empreendimento rural. É ampla, há sobreposições, envolvendo diversos aspectos. Entre esses, a questão ambiental merece especial atenção por seu caráter limitador da produção agropecuária, sem contar a sua relevância para o planeta bem como a sua repercussão em nível internacional.

O Brasil tem hoje um complexo sistema institucional de gestão do meio ambiente, regido por vasto aparelho legal. A legislação vigente foi constituída em diferentes momentos, sob distintos contextos sociais, políticos e econômicos (SÁNCHEZ, 2013).

Segundo MONOSOWSKI (1989), SÁNCHEZ, (2013) e SILVA-SÁNCHEZ (2010), podem-se identificar quatro fases na política ambiental brasileira, com os consequentes ordenamentos jurídicos, que correspondem a diferentes concepções do meio ambiente e do seu papel nas estratégias do desenvolvimento econômico. E embora elas praticamente se sucedam cronologicamente, não há substituição de uma política por outra, mas, sim, superposição, o que transforma a política ambiental brasileira em um mosaico, onde coexistem os conceitos dos anos de 1930, com aqueles do final do século XX (SÁNCHEZ, 2013).

A partir dos anos de 1930, com a reorganização do Estado brasileiro promovida por Getúlio Vargas e o processo mais intenso de industrialização, a principal preocupação inerente a essa fase da política ambiental foi racionalizar o uso e a exploração dos recursos naturais mediante políticas públicas setoriais que regulamentavam o acesso e a apropriação desses recursos como o Código Florestal, o Código de Águas e o Código de Minas, os três do ano de 1934, o Código de Pesca de 1938, entre outros diplomas legais (SÁNCHEZ, 2013).

Houve também uma tendência conservacionista, com a criação de parques nacionais. Nesse período houve uma centralização da administração. Órgãos públicos foram criados para implementar as regras criadas por esses diversos códigos, mas não se cogitava qualquer tipo de participação e envolvimento da sociedade ou de grupos sociais específicos na política (NUSDEO, 2012).

A segunda fase, que ocorreu nos anos 1970, voltou-se ao controle da poluição industrial, resultado do processo de industrialização sem controle dos efeitos ambientais. As primeiras iniciativas de edição de normas legais voltadas a esse controle foram estaduais (NUSDEO, 2012).

Também de meados da década de 1970 são os primeiros planos de uso do solo no Brasil, que procuravam ordenar as formas de ocupação do espaço urbano. Essa terceira fase do planejamento territorial pode ser identificada com a criação da Lei do Parcelamento Urbano –

Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979, que surge como reação ao processo de urbanização descontrolada das décadas anteriores e da necessidade de controlar seus efeitos. Além da lei do parcelamento do solo urbano, em vigor até o presente por meio da Lei 9.785 de 29 de janeiro de 1999, nessa fase editaram-se também leis sobre o zoneamento industrial e, no Estado de São Paulo, leis de proteção aos mananciais. Em todos esses processos, não havia mecanismos de participação pública na formulação dos planos de uso do solo e as atividades reguladas eram as atividades essencialmente de caráter privado SÁNCHEZ (2013) e NUSDEO (2012).

Observa-se que essas diferentes fases não se substituem, mas se sobrepõem, até o surgimento da quarta e atual fase, iniciada com a edição da Lei 6.938/81 que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), ainda em vigor com ajustes proporcionados por leis posteriores. Nela os problemas que deram ensejo às fases anteriores são tratados de forma interligada, dentro de uma abordagem ecológica, na qual as diferentes questões são vistas como interdependentes (NUSDEO, 2012).

No plano dos instrumentos de ação, essa Lei instituiu, entre outros, a avaliação de impacto ambiental e o licenciamento ambiental, até então existente apenas na legislação de alguns Estados. No plano organizacional, criou uma estrutura articulada de órgãos governamentais dos três níveis de governo, o SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente) e CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Ambos compostos por representantes de diferentes órgãos federais, estaduais, sendo que a composição do segundo ainda inclui um mecanismo formal de participação com representantes da sociedade civil (SÁNCHEZ, 2013).

Ainda que a arquitetura institucional da política nacional do meio ambiente não tenha garantido êxito completo da consecução de seus objetivos (preservação e melhoria da qualidade ambiental existente, com desenvolvimento econômico, dignidade humana e segurança do país), ou mesmo a excelência quanto à conciliação e consideração dos interesses dos diferentes agentes econômicos, representa um grande progresso em comparação às características centralizadoras dos modelos adotados nas fases anteriores, propiciando um avanço de sua efetividade, com o respaldo dado pelo Poder Judiciário (NUSDEO, 2012).

Se de um lado, a atual legislação ambiental tem promovido a proteção do meio ambiente ainda não foi discutida as suas implicações econômicas no que concerne à pequena produção. Um levantamento do rol de Leis e Decretos mostra a complexidade e prováveis inconsistências inerentes ao mosaico de normas e regras expedidas por diferentes esferas do governo, pois existe legislação sem regulamentação e legislação cuja regulamentação sofreu diversas alterações após sua edição, por meio de leis posteriores aumentando a insegurança jurídica que permeia os negócios que envolvem recursos naturais. A Lei 6.902/1981 criou as Áreas de

Proteção Ambiental (APA) e estipulou restrições ao direito de propriedade das áreas que nela se enquadrarem. A regulação de tais áreas somente se efetuou pela Lei 9.985/00 que instituiu o Sistema Nacional de Conservação da Natureza e determinou que Áreas de Proteção Ambiental podem ser públicas ou privadas. A depender das alterações que o proprietário deseje fazer em sua propriedade, é necessária que seja obedecida a Resolução CONAMA nº 1 de 1996 que estipula a realização de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para obter o licenciamento de suas atividades caso elas possam alterar o meio ambiente.

Para que um produtor rural esteja em conformidade com as determinações do Código Florestal Brasileiro, ele precisa garantir a existência da Reserva Legal, da Área de Preservação Permanente (APP) e da Área Rural Consolidada. Os tamanhos dessas áreas são definidos por localidade e sofreram alterações com a intenção de reduzir perdas de áreas agricultáveis, mediante compensações. As disposições referentes a isso estão no Quadro 3.

Quadro 3- Regulamentações de Uso das Propriedades Rurais Conforme Legislação Ambiental

Legislação	Ações
Lei 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro	Existência da Reserva Legal
	Criação da Área de Preservação Permanente (APP)
	Determinação da Área Rural Consolidada
Lei 12.651/2002 – Novo Código Florestal	Novo Cálculo de Reserva Legal (RL)
	Novo Cálculo de APP
	Nova Área Rural Consolidada
	Permissão de Compensação de APP em RL em Outras Localidades ou Ambientes
	Inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR)
Lei 9.433/1997 – Gestão das Águas	Gerenciamentos Recursos Hídricos da Propriedade
Lei 9.984/2000 – Agência Nacional de Águas	Institui o Órgão Regulador e Fiscalizador do Gerenciamento de Recursos Hídricos
Lei 766/1991 – Estado de São Paulo	Políticas de Gestão de Recursos Hídricos no Âmbito Estadual
Lei 9.605/1998 – Crimes Ambientais	Regras para Fauna, Flora, Poluição e Afins

Fonte: Autor.

3. METODOLOGIA

3.1. Tipo de pesquisa: documental e qualitativa

A pesquisa é do tipo documental e qualitativa e buscou compreender as variáveis e relações que interferem na produção de alimentos dos pequenos empreendedores rurais. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. A primeira realizou uma análise do arcabouço legal e revisão da literatura pertinente ao objeto de estudo, buscando inconsistências e aspectos favoráveis à pequena produção. Na segunda etapa realizou uma pesquisa de campo de caráter qualitativo, adotando-se o método do Discurso do Sujeito Coletivo que possibilita uma análise das respostas dos participantes ao questionário desenvolvido pelo pesquisador, aplicada a uma amostra de 35 (trinta e cinco) pequenos produtores rurais, visando investigar a percepção desses atores acerca das oportunidades e obstáculos ao seu progresso. As amostras contemplaram as principais atividades rurais dos produtores regionais: agricultura, agricultura novos modos; pecuária (leiteira); criação de animais diversos; apicultura e silvicultura.

3.1.1. Primeira etapa: a pesquisa documental

A pesquisa documental se iniciou com uma busca nas bases de dados Scielo, *Web of Science* e *Scopus* para a seleção de trabalhos relacionados ao tema proposto. Dos resultados encontrados, a partir do *abstract* ou resumo, selecionaram-se aqueles que apresentam temas de interesse ou proximidade com a proposta.

O processo de seleção dos textos nas bases de dados internacionais, efetuou-se com a busca com dois conjuntos de palavras-chave, o primeiro com: “*small farms, food production AND institutional environment*”. Da mesma forma se fez com o segundo conjunto de palavras-chave: “*small farm, food production AND rural entrepreneurship*”. Na plataforma Scielo, foi feito o mesmo com as palavras-chave em português.

Na base *Web of Science*, o primeiro conjunto de palavras-chave reportou 19 artigos e por meio da leitura dos resumos, foram selecionados 10 artigos cuja abordagem contribuía para esse trabalho. O segundo conjunto de palavras-chave reportou seis artigos, e da mesma forma, após consulta ao resumo, três artigos foram selecionados.

Na base *Scopus*, o primeiro conjunto de palavras-chave reportou 18 trabalhos e, também pela leitura dos resumos, foram selecionados 7 artigos. O segundo conjunto reportou 6 artigos, tendo sido selecionados três trabalhos.

Na base *Scielo*, o primeiro conjunto de palavras-chave em português encontrou um artigo. No segundo conjunto de palavras-chave, foram encontrados 14 trabalhos e selecionados quatro.

A legislação em vigor no Brasil foi levantada utilizando-se o Portal da Legislação da Presidência da República. Inicialmente, foram encontrados cerca de 35 regramentos legais relacionados ao setor. As leis referentes ao Estado de São Paulo foram acessadas por meio do *site* de Legislação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e, o primeiro levantamento encontrou 11 regramentos. Posteriormente, novos levantamentos foram realizados, incrementando as legislações registradas com a utilização da ferramenta de buscas Google® a partir de palavras-chave e, também, se servindo das indicações de representantes setoriais dos produtores rurais. As leis municipais em vigor nos municípios do Vale do Paraíba paulista foram conferidas com o uso da Plataforma Leis Municipais ou pelo acesso ao *site* das Câmaras Municipais e o levantamento inicial reuniu 39 leis orgânicas analisadas.

Também foram consultados dados disponibilizados nos acervos públicos do IBGE, Fundação SEADE, IPEA e CATI-SP (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral do Governo do Estado de São Paulo), para contextualização e caracterização da região quanto aos parâmetros produtivos da produção de cada localidade.

3.1.2. Segunda etapa: a pesquisa qualitativa

Para esta etapa, foi aplicado um questionário virtual com dois conjuntos de questões, o primeiro composto de 15 perguntas fechadas para caracterização socioeconômica, demográfica e tipo de produção; e o segundo composto de 4 (quatro) questões abertas, que visaram investigar as maiores dificuldades, obstáculos e facilidades legais associados à produção, e que melhorias ou benefícios o produtor considera fundamental para o desenvolvimento de sua atividade). Com a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, a aplicação do questionário só aconteceu após a visualização, pelo respondente, do TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na página inicial da pesquisa no *Survey Monkey*®. Após a leitura do TCLE, o respondente teve de pressionar o botão aceite, para então acessar as questões. Aqueles que clicaram em “não aceito”, foram redirecionados para a página de agradecimento.

O questionário foi enviado pela internet por meio da plataforma do *Survey Monkey*®, através de e-mail ou de mensagem de texto do aplicativo de mensagens WhatsApp. Devido ao modelo de aplicação do questionário, além do TCLE, foi introduzido, como questão, um vídeo do pesquisador apresentando a si mesmo, explicando a pesquisa e informando os meios de

contato para os respondentes. Os produtores foram contatados por acessibilidade por intermédio das seguintes instituições: Prefeituras Municipais, através das Secretárias da Agricultura (ou pasta equivalente); Sindicatos, Cooperativas e Associações Rurais e Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade de Taubaté (que tem rede regional de contatos). Tais entidades, utilizando os seus próprios métodos de comunicação com afiliados, informou da existência da pesquisa, do convite do pesquisador a participação com a divulgação do link para acesso a pesquisa. Cada entidade recebeu um link próprio e personalizado, que a plataforma Survey Monkey denomina “coletor”. O sistema foi configurado para impedir usos repetitivos do coletor em uma mesma máquina (computador, tablet ou celular) visando a resguardar confidencialidade dos dados e integridade da pesquisa.

A partir da divulgação, houve retorno de 50 questionários com descarte de 15 questionários, sendo 7 (sete) descartados por concordarem em participar da pesquisa ao assistir ao vídeo ao pressionar “sim”, mas não pressionarem “sim” ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. E outros 8 (oito) questionários foram descartados por terem sido entregues em branco. Desse modo, os questionários válidos totalizaram 35 (trinta e cinco) respondentes.

O pesquisador permaneceu, durante todo o período de coleta de dados, ao dispor para atender por videoconferência utilizando-se de uma das seguintes plataformas: Zoom, Microsoft Teams; Skype; Google Hangouts; WhatsApp ou telefone tanto as lideranças e entidades que atuaram gentilmente como disseminadores da existência da pesquisa quanto respondentes. As lideranças efetuaram diversos contatos e apenas 3 (três) respondentes solicitaram contato direto ao pesquisador e o fizeram por WhatsApp.

As perguntas fechadas visavam a obter conhecimento sobre as características do produtor respondente. Assim, tratavam da localidade da propriedade; sexo do produtor; estado civil; existência de filhos; se os filhos ajudavam na propriedade; a idade do produtor; o grau de escolaridade; a ocupação; o setor de atividade; o tamanho da propriedade; o tipo de vínculo com a propriedade; o modelo de vendas; o método de produção, a indicação de dificuldades na produção e a fonte de subsistência.

As perguntas abertas visavam conhecer a percepção do produtor sobre a sua atividade produtiva. Tratavam sobre os conhecimentos dos produtores sobre as leis e regras que regem a atividade produtiva desenvolvida; sobre as dificuldades que o produtor vivencia em seu labor. Nesta questão, o produtor poderia desenvolver com maior detalhamento o que antes ele apenas indicava de forma resumida. Outra pergunta também proporcionava a oportunidade de elaborar sobre órgãos que auxiliam ou poderiam auxiliar, na visão dele, no desenvolvimento da atividade

produtiva. O produtor também pôde desenvolver a sua visão sobre políticas e fatores que seriam favoráveis ao desenvolvimento e melhoria de sua atividade.

As questões abertas foram analisadas utilizando a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo - DSC (LEFREVE e LEEFREVE, 2014) adequada ao fato de que se pretende obter as opiniões e crenças dos produtores sobre a legislação, sobre os contratos bem como sobre outros fatores que interferem no seu desempenho econômico. Trata-se de uma análise não quantificável por estar relacionada a crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2002).

Ainda de acordo com MINAYO (2014) citando Schutz (1971) e MARINHO (2015) a pesquisa qualitativa se revela ideal para que o pesquisador possa criar um saber a partir de três fatores muito próprios do entrevistado, a consistência lógica de sua vivência; a interpretação que ele dá ao real vivido e como ele se adequa a tal realidade.

De acordo com LEFREVE e LEEFREVE (2010) e FIGUEIREDO; CHIARI; GOULART (2013) o Discurso do Sujeito Coletivo permite recuperar as visões dos sujeitos da pesquisa, articulando tanto a visão individual quanto a coletiva, o que é importante quando se resgata as vivências pessoais dos empreendedores e as articula num escopo regional,

A partir dos depoimentos dos produtores, se fez, manualmente, a categorização das Representações Sociais (conhecimento comum dos entrevistados), por meio do software Microsoft Excel utilizando-se da ferramenta Tabela Dinâmica, acerca de cada tópico abordado neste trabalho. Opiniões ou pareceres semelhantes foram agrupados em sentidos semânticos gerais e analisados segundo categorias escolhidas pelo pesquisador. Os conteúdos reunidos em categorias, por sua vez, formaram um conteúdo síntese, redigido na primeira pessoa do singular que representou a opinião do pequeno produtor rural do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Esse método proporciona o conhecimento das narrativas de vida percebidas pelos produtores, como diria MINAYO (2014) e JODELET (2003) em que são capturadas informações que “formam uma totalidade coerente e enraizada na experiência social real” a partir do saber do “senso comum”.

A pesquisa buscou determinar a percepção dos pequenos produtores rurais em quatro aspectos relacionados ao exercício da atividade profissional: conhecimento legal; dificuldades percebidas; visão sobre os órgãos públicos e desejo por políticas públicas. Em conhecimento legal, o objetivo era verificar o conhecimento da legislação que incide sobre a atividade. Em dificuldades percebidas, era verificar os problemas percebidos pelo produtor sobre os resultados de sua atividade. Na questão dos órgãos públicos se desejava descobrir a quem os produtores recorrem e seu sentimento em relação ao apoio recebido. E na questão de Políticas Públicas, buscou-se saber que tipos de políticas os produtores sentem que deveria existir.

A composição do Eixo Dutra abrange os municípios cortados pela Rodovia Presidente Dutra, cuja facilidade de acesso pressupõe vantagens econômicas e comerciais. São integrantes os municípios (no sentido de São Paulo para Rio de Janeiro): Jacareí; São José dos Campos; Caçapava; Taubaté; Pindamonhangaba; Roseira; Aparecida; Lorena; Canas; Cachoeira Paulista; Cruzeiro; Lavrinhas e Queluz, totalizando 13 municípios.

A composição da região Litoral Norte abrange os quatro municípios litorâneos de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba.

A composição da Serra da Mantiqueira abrange os cinco municípios da região de montanha que são: Monteiro Lobato; Santo Antonio do Pinhal; São Bento do Sapucaí; Campos do Jordão e Piquete.

A Região Interior é a mais vasta e agrega os dezessete municípios remanescentes cuja caracterização majoritária é de cidades de notável predominância agrícola.

O andamento dos trabalhos mostrou não haver grandes distinções nas respostas e contextualizações dos produtores da chamada Região Interior e os das regiões Serra da Mantiqueira e Litoral Norte. Mas, havia distinção entre estes e os produtores do Eixo Dutra. Assim, simplificou-se a divisão para apenas duas: Eixo Dutra e Região Interior.

A atividade agrícola da região é bastante rica e diversificada com predomínio da pequena produção. As culturas mais abrangentes são: milho, arroz irrigado, arrozes especiais, cana-de-açúcar, banana e laranja. Outras culturas perenes e significativas são: café, manga, coco, poncã e caqui. Há as culturas semiperenes como forragem e, também, feijão das águas e a produção de hortaliças. Existe também significativo investimento em culturas exóticas como *blueberry* (mirtilo), na região serrana e oliveiras (no chamado Vale Histórico). (IEA, 2002; SÃO PAULO, 2017).

A atividade pecuária é significativa na região, existindo tanto a pecuária bovina de corte quanto a pecuária leiteira, esta, mais expressiva. Com o intuito de apoiar a pecuária leiteira da região, o Estado de São Paulo deu suporte à constituição de um Arranjo Produtivo da Pecuária Leiteira. Além de bovinos, há também pecuária suína, ovina e caprina.

A região conta também com significativo desenvolvimento da apicultura, contando com um polo referencial apícola na Universidade de Taubaté que supervisiona o Arranjo Produtivo Estadual da Apicultura (SÃO PAULO, 2017).

3.3.Descrição dos Instrumentos da Pesquisa Qualitativa

O questionário quantitativo constituiu-se de 15 perguntas com o objetivo de oferecer uma identificação do produtor rural respondente. Desse modo, após a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do vídeo de apresentação do pesquisador responsável, que apareceu como questão 1, foram efetuadas as seguintes perguntas: Pergunta de número 2. Senhor, por favor, responda conforme a sua situação. Qual é a localização aproximada de sua propriedade? Essa pergunta tinha como primeiro objetivo saber a qual região de categorização pertencia o respondente. Como segundo objetivo, detectar se o respondente possuía propriedade com localização em mais de um município para que se pudesse efetuar a análise e a classificação de acordo com a localização da atividade mais importante.

A pergunta de número 3 – qual é o seu sexo - indagava o sexo do respondente. O objetivo dessa pergunta era proporcionar a possibilidade de uma análise das respostas pelo prisma do gênero. A pergunta 4 – qual é o seu estado civil - questionava o estado civil e foi formulada para que se pudesse analisar as respostas pela situação civil. Na pesquisa, inclusive, os diversos estados civis foram agrupados em “casados ou comprometidos” e “solteiros ou não comprometidos”. A questão de número 5 – qual a quantidade de filhos - buscou saber da existência de filhos dos produtores e sua quantidade. E a questão 6 – seus filhos trabalham com o senhor - perguntava sobre se os filhos trabalhavam com o produtor. Estas duas questões foram efetuadas com o objetivo de permitir que fosse avaliado se o senso comum que considera que os filhos dos produtores automaticamente trabalham nas propriedades ainda corresponde a realidade.

A pergunta 7 – qual a sua idade (em anos completos) indagou a idade e foi efetuada para permitir avaliação de existência de tendência modernizante ou tradicional entre os produtores e se haveria relação de idade. A pergunta 8 – qual a sua escolaridade - questionou a escolaridade e visou a identificar se eventual facilidade para lidar com as dificuldades ou grau de crítica a realidade teria relação com escolaridade. A pergunta de número 9 – qual a sua ocupação - buscou identificar a ocupação, isto é, se o respondente era um produtor em tempo integral ou se exercia outra atividade e atuava na propriedade em tempo parcial. Tal questão permite aferir o grau de intimidade do produtor com os problemas elencados a partir do tipo de atuação. Já a questão 10 – qual o seu setor de atividade - indagava o setor de atividade. Seu objetivo era permitir a categorização profissional do respondente para permitir a análise das questões abertas a partir do prisma de ação profissional.

A questão de número 11 – qual o tamanho aproximado de sua propriedade rural – indagou sobre o tamanho da propriedade rural. O objetivo era proporcionar a capacidade de entender se as diferenças de tamanho das propriedades faziam com que os produtores vissem as questões de modo distinto. E a questão de número 12 – a sua propriedade rural é própria ou de terceiros – questionou o status da propriedade, se própria ou de terceiros e permitia que o produtor descrevesse em detalhes o modelo de posse. O objetivo era verificar se havia diferenças de comportamento quantos aos problemas por conta do perfil de propriedade.

A questão 13 – o senhor disponibiliza a sua produção – buscava obter a informação se o produtor trabalhava sob contrato ou se vendia a sua produção no mercado e tinha a intenção de verificar se o tipo de atuação modificava a visão dos fatos. Na questão 14 – como produtor rural, qual é, na sua opinião, a maior dificuldade de seu trabalho – buscou-se fazer os produtores apontarem as dificuldades a partir de algumas opções padrões apresentados para poder testar se as opções estimuladas seriam condizentes com as informações espontâneas das questões abertas.

A questão de número 15 – como você considera a sua propriedade e os métodos de produção – buscou aferir se os produtores respondentes tinham afinidade com técnicas modernas ou preferências por técnicas tradicionais. Na questão 16 – a produção rural é a sua única fonte de subsistência – visava verificar o grau de dependência do respondente em relação as atividades desenvolvidas em sua propriedade.

O questionário qualitativo foi composto de 4 (quatro) perguntas abertas, na sequência do questionário quantitativo. Logo, a primeira questão qualitativa recebeu o número 17 e consistia na seguinte pergunta: o senhor conhece as leis e regras que envolvem a sua atividade econômica? Pode falar um pouco sobre elas? Essa questão visava entender qual era o conhecimento do respondente sobre a legislação relacionada a área de atuação dele. E o grau de desenvoltura que ele tinha para abordar a questão.

A segunda pergunta qualitativa, de número 18 do questionário foi: o senhor pode falar das dificuldades que o senhor enfrenta em sua atividade, em seu trabalho? Nessa questão, o objetivo era permitir que o respondente livremente pudesse expressar os seus sentimentos e insatisfações relacionadas ao desempenho na atividade produtiva.

A terceira pergunta qualitativa, que recebeu a numeração 19 no questionário era: o senhor pode falar das coisas ou órgãos que o auxiliam em sua atividade? Essa pergunta tinha por objetivo aferir quais eram os pontos de apoio percebidos pelo produtor e o que ele considerava como apoio.

A quarta e última questão, a de número 20 do questionário era: que tipos de políticas o senhor consideraria favoráveis ao seu trabalho? Ao seu cultivo? Que políticas o senhor gostaria de ver implantadas em seu município? Pode falar um pouco sobre elas? Nessa questão, a proposta era permitir que o produtor informasse o que ele enxergava como melhorias, independentemente de origem, que apoio considerava interessante, que suporte desejava para a atividade produtiva.

As respostas obtidas pelo software de pesquisas *Survey Monkey*® foram transportadas para o Microsoft Excel versão 365 e trabalhadas por meio da ferramenta Tabela Dinâmica do citado software. As respostas foram categorizadas segundo as ideias principais predominantes de acordo com o agrupamento. Efetuou-se a análise individual para cada pergunta formulada, complementada pelas entrevistas informais dadas pelos respondentes, lideranças e técnicos das associações permitindo a construção do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC na sequência.

3.4. Aspectos éticos

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de São Paulo e aprovada sob o Nº CAAE 37080120.2.0000.0067 com o parecer de número 4.314.377 em 01 de outubro de 2020. O respondente recebeu o convite para participar da pesquisa bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) onde constavam as informações de que sua identidade seria preservada; de que poderia desistir a qualquer momento, caso quisesse; e que a pesquisa era de risco mínimo ao participante, pois se tratava apenas de levantamento de informações gerais de cunho econômico e de opiniões sobre diversos aspectos da atividade profissional do produtor

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização dos Pequenos Produtores

Dentre os 35 produtores que responderam à pesquisa, 31 são do sexo masculino e 04 (quatro) do sexo feminino, conforme Tabela 3. Todos os respondentes podem ser classificados como micro ou pequenos produtores rurais, pois nenhum possui mais de 04 (quatro) módulos fiscais, que na região, a depender do município, varia de 48 hectares a 160 hectares. São 15 respondentes que possuem menos de 20 hectares e 20 respondentes que possuem mais de 20 hectares. Os dados mostram ligeira preferência de atividade por gênero. As respondentes do sexo feminino possuem representação nas atividades de agricultura novos modos, apicultura e pecuária, concentrando-se em apicultura. Os respondentes homens possuem representantes em todas as áreas do agronegócio.

Tabela 3 – Setor de Atividade por gênero e idade, média de idade, Vale do Paraíba, 2021

Atividade Econômica	Sexo Feminino	Média Idade F	Sexo Masculino	Média Idade M	TOTAL RESPONDENTES	Total Média Idade
Agricultura			10	44,9	10	44,9
Agricultura Novos Modos²	1	67	1	39,0	2	53,0
Apicultura	2	49	4	63,5	6	58,7
Criações Diversas³			2	60,5	2	60,5
Pecuária	1	27	10	49,0	11	47,0
Silvicultura			4	58,3	4	58,3
TOTAL	4	48	31	50,9	35	50,6

Fonte: Autor.

Na Tabela 3, pode-se também verificar a idade média da amostra é de 50,6 anos, sendo as mulheres um pouco mais jovens (48 anos) do que os homens (50,9 anos). Entre as mulheres, ao contrário do que poderia levar a crer, a área emergente de novas atividades agrícolas e criação de animais possui representantes com média de idade mais elevada (67 anos) ao passo que a tradicional pecuária possui representante mais jovem (27 anos). Entre os homens é a apicultura conduzida por produtores com média de idade mais elevada (63,5 anos), sendo que o grupo mais representativo, os pecuaristas, tinham em média 49 anos.

² Agricultura novos modos: trata-se de agricultura focada em orgânicos, plantas aromáticas e similares.

³ Criações diversas: trata-se de criação de animais de menor porte: ovelhas, cabras, carneiros e aves exóticas.

Em função do pequeno número de participantes na pesquisa e da relativa dispersão entre as atividades econômicas, optou-se por agregá-los em dois grupos. O primeiro reunindo os respondentes dedicados à agricultura, agricultura novos modos e silvicultura, relacionadas ao cultivo da terra; e o segundo reunindo os produtores que atuam na pecuária, criações diversas e apicultura, relacionado a criação de animais. Esses dois grupos, doravante são denominados Cultivadores e Criadores, respectivamente conforme Tabela 4.

Tabela 4 – Composição agregada da atividade econômica dos respondentes, Vale do Paraíba, 2021

Atividade Econômica	Cultivadores	Criadores	TOTAL
Agricultura	10		10
Agricultura Novos Modos	2		2
Apicultura		6	6
Criações Diversas		2	2
Pecuária		11	11
Silvicultura	4		4
TOTAL	16	19	35

Fonte: Autor.

A Tabela 5 apresenta a distribuição dos participantes segundo sexo e tamanho de propriedade, observando-se que a maioria, tanto de um como do outro sexo, possuíam propriedades com mais de 20ha, mas, como já mencionado, nenhuma excedendo o módulo fiscal da respectiva região.

Tabela 5 – Distribuição de gênero e tamanho da propriedade, Vale do Paraíba, 2021

Sexo	Menos 20 ha	Mais 20 ha	TOTAL	%
Feminino	1	3	4	11,4
Masculino	14	17	31	88,6
RESPONDENTES	15	20	35	100,0
%	42,9	57,1	100,0	

Fonte: Autor.

Analisando-se as respostas por região de origem, observa-se um equilíbrio: 18 respostas vieram de propriedades localizadas em cidades do “eixo Dutra” enquanto os outros 17 produtores vieram de propriedades localizadas nas cidades da “região interior”. Se for analisado

pela divisão tradicional utilizada pelo Estado de São Paulo, a distribuição se configura sendo 30 para o Vale do Paraíba, 5 para a Serra da Mantiqueira e ninguém do Litoral Norte.

Quanto ao estado civil (Tabela 6), agrupou-se em “casados” todos os que possuem compromisso com outra pessoa, não importando o formato e em “solteiros” aqueles que não possuíam compromisso. Do total, 24 respondentes eram “casados” e 11 “solteiros”.

A ideia tradicional de que os produtores rurais possuem filhos e que estes atuam nas propriedades junto aos pais e que as propriedades rurais têm metade de sua força de trabalho constituída de parentes, conforme IBGE (2019), DATASEBRAE (2019) e EMBRAPA (2013), não encontra respaldo na situação dos respondentes da pesquisa. Entre os 24 que se declaram casados ou compromissados, em 22 os filhos não trabalham na propriedade. Dentre os 11 solteiros ou não compromissados, 10 informaram que os filhos não trabalham na propriedade.

Tabela 6 – Filhos trabalhando na propriedade segundo estado civil do respondente, Vale do Paraíba, 2021

Filhos Trabalham na propriedade?	Casado	Solteiro	Total Geral	%
Não	22	10	32	91,4
Sim	2	1	3	8,6
Total Geral	24	11	35	100,0
%	68,6	31,4	100,0	

Fonte: Autor

Tal resultado obtido com os respondentes da região contradiz os achados de AVRAMENKO e SILVER (2010) que citando diversos outros autores, afirmam que a atuação das famílias nos negócios rurais é uma característica forte e importante desse tipo de negócio. Possivelmente, na região, esteja se verificando uma modificação nesse costume, optando-se por uma maior profissionalização

Os respondentes mostraram um dado interessante quanto ao nível educacional, que pode ser observado na Tabela 7. Geralmente, se pressupõe menores índices educacionais para o trabalhador do campo, no entanto, dos 35 respondentes, apenas cinco afirmaram possuir apenas o ensino fundamental, oito o ensino médio, 14 o superior e oito afirmaram possuir pós-graduação. Isso pode retratar um viés da pesquisa pelo fato de ter sido conduzida pela Internet. De todo modo, mostra que, na região, a educação tem sido valorizada pelo menos por alguns produtores rurais, o que é um fator favorável para as melhorias nas condições gerais de produção, bem como para oferecer uma visão dos problemas que a pequena produção enfrenta.

Tabela 7 – Escolaridade dos respondentes segundo atividade econômica, Vale do Paraíba, 2021

Atividade Econômica	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós-graduação	TOTAL
Cultivadores	3	3	7	3	16
Criadores	2	5	7	5	19
TOTAL	5	8	14	8	35
%	14,2	22,9	40,0	22,9	100,0

Fonte: Autor.

Esse resultado, contudo, é bastante discrepante da composição educacional indicada pelos dados da PNAD Contínua do IBGE (2019) e dados do SEBRAE (2019) e EMBRAPA (2013). De acordo com essas fontes, 82,31% dos produtores possuem apenas o ensino fundamental enquanto na presente pesquisa essa proporção foi de apenas 14,2%. Já no outro extremo, os dados do IBGE indicam apenas 2,51% dos produtores com ensino superior ao passo que na presente pesquisa esse nível de educação foi declarado por 62,9% dos participantes.

Quanto ao tempo dedicado à atividade, 20 dos produtores participantes alegaram atuar em tempo integral, como se pode constatar na Tabela 8. A maior proporção de produtores pesquisados, que se dedica em tempo integral à atividade agropecuária, concentra-se na agricultura e na pecuária (65%). Em tempo parcial, destacam-se a pecuária (5 produtores) e a apicultura (4 produtores).

Tabela 8 – Tempo dedicado a atividade por categoria de atividade desenvolvida, Vale do Paraíba, 2021

	Cultivadores	Criadores	TOTAL	%
Produtor rural tempo integral	11	9	20	57,1
Produtor rural tempo parcial	5	10	15	42,9
Total Geral	16	19	35	100,0
%	45,7	54,3	100,0	

Fonte: Autor.

Sobre o status da propriedade, definiu-se duas categorias: “própria ou assentamento” e “alugada ou cedida”. A primeira categoria pressupõe não apenas a posse, mas também o pertencimento da propriedade. A segunda categoria pressupõe que o produtor disponha da posse, não o direito sobre a propriedade. Na Tabela 9, percebe-se que 12 respondentes informaram que a propriedade por eles utilizada é cedida por parentes, alugada de terceiros ou

cedidas por sistema de parceria com algum empreendimento. Os outros 23 informaram que as propriedades são próprias ou foram obtidas em programa de reforma agrária. Verificando-se, assim, que, independentemente do tipo de atividade econômica, a maioria das propriedades são próprias.

Importante explicitar que é costume de muitos apicultores não trabalhar em propriedade própria, mas obter concessão de pequenos espaços em propriedades de terceiros. Essa prática visa beneficiar tanto ao apicultor quanto o cedente do espaço. O apicultor se beneficia ao não precisar imobilizar capital adquirindo propriedade própria. O cedente, se cultivador, por se beneficiar do “serviço” de polinização executado pelas abelhas e se criador, por obter parte dos resultados da produção do apicultor (mel, pólen, geleia e cera). Um exemplo clássico de externalidade.

Tabela 9 – Atividade econômica e tipo de propriedade, Vale do Paraíba, 2021

Atividade Econômica	Alugada ou Cedida	Própria ou Assentamento	TOTAL
Cultivadores	5	11	16
Criadores	7	12	19
TOTAL	12	23	35
%	34,3	65,7	100,0

Fonte: Autor.

Visando conhecer o tipo de relacionamento que os produtores desenvolviam para a comercialização da produção, questionou-se como ocorria o processo de vendas, se a “mercado” no qual o produtor vende a produção a preços correntes no momento da negociação ou a “contrato” em que o produtor venderia a sua produção previamente com determinação de preços e prazos de entrega acordados também previamente ao processo produtivo. Como pode ser verificado na Tabela 10, os respondentes indicaram por maioria, 26 de 35, que atuam a “mercado”. Ou seja, a maioria dos produtores da região pesquisados não veem a vantagem de redução de custos defendida por ZYLBERSZTAJN (2005) em relação às vendas sob contrato. Apesar da volatilidade dos preços e das condições de venda e de entrega para o mercado, esta forma apareceu como predominante entre os participantes da pesquisa.

Tabela 10 – Atividade econômica e tipo de relacionamento comercial, Vale do Paraíba, 2021

Atividade Econômica	Contrato	Mercado	TOTAL
Cultivadores	5	11	16
Criadores	4	15	19
TOTAL	9	26	35
%	25,7	74,3	100,0

Fonte: Autor.

Examinando-se o grau de escolaridade e o relacionamento comercial (Tabela 11), observa-se uma proporção maior de produtores menos escolarizados comercializando sua produção direto no mercado (11 de 26 pesquisados ou 42,3%) ao passo que apenas 2 de 9 ou 22,2% dos que optaram pela modalidade de contrato possuíam esse nível de instrução (com ensino fundamental e médio). De fato, tomando-se apenas os possuidores de escolaridade fundamental e média, nota-se que a modalidade “mercado” representa 84,6% da preferência deles ou 11 de 13 respondentes. Para o agrupamento mais escolarizado essa preferência é menor, 68,2% ou 15 de 22 respondentes.

Tabela 11 - Escolaridade e tipo de relacionamento comercial, Vale do Paraíba, 2021

Escolaridade/Tipo de Venda	Contrato	Mercado	Total Geral	%
Ensino Fundamental	1	4	5	14,3
Ensino Médio	1	7	8	22,9
Ensino Superior	4	10	14	40,0
Pós-graduação	3	5	8	22,9
Total Geral	9	26	35	100,0
%	25,7	74,3	100,0	

Fonte: Autor.

Assim, os dados do grupo pesquisado apontam que a projeção feita pelos pesquisadores em meados da década de 2000, de que a modalidade contrato ganharia importância e relevância como meio de venda dominante no agronegócio (ZYLBERSZTAJN, 2005), ainda está longe de se concretizar para os pequenos negócios. E, ainda assim, a modalidade contrato está mais afeita aos produtores de maior escolaridade, o que pode indicar eventuais dificuldades do grupo de menor escolaridade para lidar com aspectos jurídicos relacionados a transações comerciais reguladas por contratos.

Buscando aferir a existência de um apego aos métodos tradicionais de produção, foi indagado aos produtores se eles efetuavam o processo produtivo de forma “tradicional”, tal

como executado pelos pais e avôs ou se atuavam de forma “moderna” com uso de tecnologia e suporte técnico. De acordo com a Tabela 12, as respostas mostram que a maioria dos pequenos produtores respondentes (30) informaram atuar sob o prisma moderno e apenas cinco deles disseram atuar sob a forma tradicional. Esse indicador mostra a sintonia também dos micros e pequenos produtores com modernização tecnológica e produtiva do agronegócio nacional e a sintonia com a tendência internacional, nas economias desenvolvidas, de modernização tecnológica das propriedades rurais a partir das transformações das sociedades locais e de ações estatais (CIPRANDI, FERT NETO, 1996). Este é, novamente, um resultado que diverge dos dados levantados pela EMBRAPA (2013) no qual apenas 9,9% dos pequenos produtores apresentavam essa tendência. Desse modo, no presente estudo obteve-se indícios de que o pequeno produtor da região não se adequa à classificação de tradicional, mas sim a de produtor em transição, conforme a caracterização de NANTES e SCARPELLI (2010) pelo fato de que se trata de uma região economicamente avançada e produtores com nível de escolaridade mais alto.

Tabela 12 – Distribuição dos Produtores segundo Atividade Econômica e Método de Trabalho, Vale do Paraíba, 2021

Atividade Econômica	Método de Trabalho		TOTAL
	Moderno	Tradicional	
Cultivadores	13	3	16
Criadores	17	2	19
TOTAL	30	5	35
%	85,7	14,3	100,0

Fonte: Autor.

Também foi questionada sobre a importância da propriedade para a subsistência familiar. A maior parte dos respondentes, 25, afirmou possuir outras fontes de subsistência, muito embora, entre o grupo com as menores propriedades (menos de 20ha) a resposta da maioria tenha sido afirmativa, ou seja, a produção era a única fonte de subsistência.

Finalizando a caracterização da amostra de produtores que concordaram em participar da pesquisa, apresenta-se na Tabela 13, as principais dificuldades indicadas por eles para o exercício de sua atividade produtiva.

Tabela 13 – Dificuldades mais apontadas pelos produtores segundo atividade econômica, Vale do Paraíba 2021

Dificuldades	Cultivadores	Criadores	TOTAL	%
Escoamento	9	2	11	31,4
Regras governamentais	4	5	9	25,7
Mão de obra	2	3	5	14,3
Preço		4	4	11,4
Certificação	1	1	2	5,7
Financiamento		2	2	5,7
Assistência	1		1	2,9
Tributação		1	1	2,9
TOTAL	17	18	35	100,0

Fonte: Autor.

As duas principais dificuldades apontadas foram o escoamento da produção, com 11 indicações e as regras governamentais, com nove indicações. O problema com o escoamento da produção independe do tamanho da propriedade ao passo que as questões ligadas à legislação apareceram com leve preponderância entre as maiores propriedades. Nesse contexto, duas informações chamam a atenção. A primeira é o escoamento da produção ser fonte de preocupação, pois se trata de produtores instalados na região, em tese, mais bem servida de vias de escoamento do país e que está em localidade estratégica, entre as três maiores regiões metropolitanas do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e próxima da região metropolitana de Campinas. A segunda dificuldade, regras governamentais, também foi mais mencionada pelos proprietários com maior extensão de terra. A indicação de problemas com as regras governamentais vai ao encontro da hipótese do presente trabalho, corroborando com a percepção de que a questão institucional pode interferir nos resultados das propriedades rurais, como também encontrado por NICHELE e WAQUIL (2011):

(...) as regras e normas que são simplesmente dadas através de leis, portarias, normativas, etc., podem prejudicar o bom funcionamento do mercado agroindustrial familiar rural, exatamente por não atender à demanda dos agricultores e consumidores e consequentemente serem diferentes das convenções por eles já determinadas.

ACEMOGLU e ROBINSON (2012) afirmam que cabe ao Estado prover contexto e estrutura, todavia esta pesquisa mostrou reclamações tanto em relação ao contexto – as regras governamentais, assim como o trabalho de NICHELE e WAQUIL (2011), – quanto à estrutura

– dificuldades com o escoamento e comunicações. Tais achados sugerem que a ação do Estado é importante, mas que deve ser implantada com base em uma avaliação completa das condições e das diferenças dos que deveriam ser protegidos, estimulados, enfim beneficiados por ela.

A esse respeito, cabe mencionar a questão das dificuldades pelo prisma da localidade, observa-se que o problema do escoamento afeta tanto aos produtores da “região Interior”, mais distantes dos principais eixos de ligações e assistidos por redes de ligação com menor qualidade de conservação quanto aos produtores situados no “eixo Dutra” e, portanto, mais favorecidos pelas redes de estradas.

As regras governamentais, por seu turno, foram mais mencionadas pelos produtores situados na “Região Interior”, 56% dos respondentes. Possivelmente, isso tenha ligação com o fato de que muitos municípios da região Interior não possuem uma fiscalização mais efetiva como nas cidades mais desenvolvidas que estão no eixo Dutra. Observando-se o recorte educacional, o problema com o escoamento da produção foi indicado pelos produtores de todos os graus de escolaridade, enquanto as dificuldades com as regras foram mais indicadas pelos produtores com o ensino médio e ensino superior. Ao se analisar a questão pelo tipo de atividade, o escoamento da produção, embora tenha sido levantado por representante de cada uma das atividades desenvolvidas, foi citada, principalmente, por agricultores e silvicultores e isso faz sentido, pois as vendas fora do município requerem um sistema de inspeção municipal (SIM) e detectou-se que muitos municípios da região não o possuem. Quanto aos silvicultores, a preocupação pode estar relacionada às dificuldades de escoamento, transporte nas estradas locais, dos eucaliptos florestais. Quanto as regras governamentais, foram citadas por representantes de todos os setores, porém, com maior ênfase entre os agricultores.

4.2 A visão dos produtores rurais sobre a realidade de sua atividade - DSC

Conforme descrito na metodologia, a avaliação da percepção dos produtores sobre as oportunidades e obstáculos ao desenvolvimento de suas atividades foi realizada por meio de uma análise qualitativa, baseada em quatro questões abertas que buscavam obter a visão do produtor sobre as leis e regras que envolvem a atividade econômica desenvolvida por ele na região; sobre as dificuldades de operacionalização do trabalho; sobre eventuais auxílios que recebe ou gostaria de receber; e a percepção sobre políticas que auxiliariam no desenvolvimento da atividade produtiva.

Esta seção está estruturada segundo as quatro perguntas mencionadas, e os discursos foram construídos a partir da fala dos respondentes segundo o grupo de atividades produtivas desenvolvidas a que foram agrupados, a saber: Cultivadores e Criadores. Cada discurso foi identificado com uma ordem alfanumérica, em que o primeiro dígito se refere à pergunta, o segundo, o grupo de produtores (A = Cultivadores; B = Criadores) e o terceiro dígito referente à ideia principal do discurso.

Pergunta 1: O senhor conhece as leis e regras que envolvem a sua atividade econômica? Pode falar um pouco sobre elas?

A análise das respostas a essa pergunta levou à identificação de três ideias principais, a saber: conhecimento das normas, conhecimento superficial da norma e desconhecimento da norma. A Tabela 14 apresenta a distribuição das respostas a essa pergunta que deram origem aos discursos apresentados, segundo os dois grupos de atividade econômica.

Tabela 14 – Atividade Econômica e Conhecimento da Legislação, Vale do Paraíba, 2021

Atividade Econômica	Conhecimento da Legislação			TOTAL
	Conhece e Cita	Diz Conhecer	Diz Não Conhecer	
Cultivadores	3	4	9	16
Criadores	4	11	4	19
TOTAL	7	15	13	35
%	20,0	42,9	37,1	100,0

Fonte: Autor.

Observa-se que é minoritário o grupo capaz de indicar leis e regras que incidem sobre as suas atividades, apenas sete de 35. Os que dizem ter conhecimento superficial são a maior parte do grupo entrevistado, 15 de 35. E, significativamente, 13 de 35 assumem não conhecer a legislação.

No que concerne ao grupo de cultivadores construíram-se dois discursos.

Discurso 1.A.1 – Cultivadores que conhecem e citam as normas.

“Eu conheço as regras e respeito a legislação. São regras ambientais, controle de pragas e insetos, mas não consigo colocar em prática por conta de a propriedade ser pequena. ”

É interessante observar, que apesar de predominar o nível de escolaridade superior entre o grupo que conhece e cita, ainda assim observa-se certa insegurança na aplicação das regras e embora mencionem o pequeno tamanho da propriedade, eles não estão na faixa de tamanho inferior a 20ha (Discurso A.1). Entre os que afirmam apenas conhecer, a maioria tem nível de escolaridade relativamente mais baixo, e concentram-se em propriedades menores (Discurso 1.A.2). E os que não conhecem, não se preocuparam em se explicar (Discurso 1.A.3)

Discurso 1.A.2 – Cultivadores que dizem conhecer as regras.

“Parcialmente sim. Não conheço muito bem, não sei muito, não é de fácil acesso para mim. Estou pesquisando, mas não implemento todas.”

Discurso 1.A.3 – Cultivadores que dizem não conhecer as regras.

“Não conheço”.

No que diz respeito aos Criadores, a maioria afirma apenas conhecer, mas o grupo que conhece mais profundamente é bastante eloquente, demonstrando um conhecimento adequado das normas pertinentes à sua atividade bem como uma avaliação bastante crítica (Discurso 1.B.1). A escolaridade mais elevada predomina entre esses produtores, ao passo que os criadores que conhecem, superficialmente, as Leis e regras (Discurso 1.B.2) estão no estrato de menor escolaridade, mas, como o outro grupo, criticam-nas veemente, indicando a grande dificuldade enfrentada pelos produtores ante o emaranhado de regras e normas. O grupo dos que não conhecem (Discurso 1.B.3), como o dos cultivadores, também não se explicam.

Discurso 1.B.1 – Criadores que conhecem e citam as normas.

“Conheço sim. Um pouco de código florestal, código civil, constituição, leis trabalhistas e algumas normas técnicas. As leis do meio ambiente, a qual tenho grande preocupação e tenho me adequado, o não desmatamento, a não contaminação das nascentes e o não às queimadas. Tem a questão da vacinação, o guia de trânsito de animais, a qualidade do leite e, nas atividades apícolas, as leis e regras são muito esclarecidas pelas associações. Todavia, enrosco nas regras governamentais. Elas deveriam ser mais acessíveis a toda a cadeia produtora e menos burocrática, principalmente no processo de

certificação do Selo de Inspeção. As leis não possuem adequação de escala para o pequeno produtor.”

Discurso 1.B.2 – Criadores que dizem conhecer as regras.

“Conheço mais ou menos, não muito bem. Conheço pouco como a norma ambiental, a normativa 76 e 77 que trata da qualidade do leite e um pouco sobre a lei trabalhista. São tantas leis federais, estaduais, municipais, além de portarias de ministérios e secretarias que fica difícil saber o que é válido. E cada lei aponta para normas dentro do Ministério, Secretarias Estaduais, Institutos e agências sanitárias que são um universo à parte. Bem difícil de entender. Nas propriedades em região montanhosa fica difícil de aplicar 100% das leis. Devido a escala de produção, é inviável a legalização em função do investimento inicial necessário.”

Discurso 1.B.3 – Criadores que dizem não conhecer as regras.

“Não conheço e não entendo.”

A pesquisa permite perceber nas respostas dos respondentes como eles percebem a questão da legislação, como um entrave, a origem das suas dificuldades. Isso está em consonância com a visão de SCHUMPETER (1996) no qual o empreendedor, o produtor, mesmo sem ter todas as informações, busca agir. E se estiver certo, terá sucesso. Porém, se não consegue resolver a questão, obterá insucesso. Pois conforme NORTH (2018), KNIGHT (1964) e COASE (2017), eles buscam suprir os mercados e alcançar resultados favoráveis para si. Neste ponto, as dificuldades que apontam para a não existência de flexibilidade e maleabilidade das instituições, vai ao encontro do defendido por ACEMOGLU e ROBINSON (2012) não otimizando as chances de sucesso destes produtores.

Pergunta 2: O senhor pode falar das dificuldades que o senhor enfrenta em sua atividade, em seu trabalho?

A Tabela 15 apresenta a distribuição das respostas a essa pergunta, das quais foram extraídas três ideias principais (escoamento; regulação; fatores externos e viabilidade dos

negócios) as quais deram origem aos discursos apresentados, segundo os dois grupos de atividade econômica.

Tabela 15 – Categorização das Principais Dificuldades Apontadas por Atividade Econômica, Vale do Paraíba 2021

Ideias Principais	Atividade Econômica		TOTAL	%
	Cultivadores	Criadores		
Viabilidade dos negócios e fatores externos	7	8	15	42,9
Regulação	4	8	12	34,3
Escoamento	4	2	6	17,1
Não respondeu	1	1	2	5,7
TOTAL	16	19	35	100,0

Fonte: Autor.

Dentre as dificuldades apresentadas, tanto cultivadores quanto criadores foram majoritários em apontar a viabilidade dos negócios e os fatores externos associados (Discursos 2.A.1 e 2.B.1). É uma questão ligada a rentabilidade da operação, tecnologia e enfrentamento das variações naturais do clima. A questão da rentabilidade está, muito provavelmente, ligada ao fato de que a maioria de cultivadores e criadores optarem por venda a mercado e, portanto, no mercado à vista, sujeito às variações da economia e dos resultados da produção. As questões relacionadas à tecnologia necessária ao aumento da rentabilidade da propriedade podem estar vinculadas à educação, já que 11 dos 26 respondentes que vendem a mercado têm, no máximo, o ensino médio.

Discurso 2.A.1 – Cultivadores e as dificuldades com a viabilidade econômica nos negócios e fatores externos.

“A maior dificuldade é a má remuneração financeira e a mão de obra (na propriedade atuamos somente eu e minha esposa). Alto custo de agrotóxicos e afins. Falta financiamento. A atividade não é rentável o suficiente para investir em tecnologia e treinamento. São muitas dificuldades. São as intempéries do clima, o solo, o controle e a coleta de dados da propriedade (coordenadas geográficas, dados topográficos, hidrográficos, climáticos e geomorfológicos do local).”

Observe-se que a dificuldade apontada para obtenção dos dados da propriedade é empecilho de grande envergadura para o produtor rural, pois tais dados são indispensáveis tanto para fixação legal dos limites das propriedades quanto para caracterização das mesmas e definição das leis e regras ambientais que deverão ser obedecidas, inclusive estipulando-se a existência ou não de faixas de terra que devem ser restauradas, das que são classificadas ou como APP (áreas de preservação permanente) ou RL (reserva legal) e não podem ser utilizadas produtivamente, bem como para transparência quanto à existência de cursos de água que estão protegidos pela Lei Federal nº 9.433/1997 que instituiu a política nacional de recursos hídricos. Essas informações, inclusive, devem ser prestadas quando da atualização do CAR (Cadastro Ambiental Rural) da propriedade.

Em relação à regulação e assessoria técnica, os cultivadores mencionam a falta de apoio e acessibilidade e as dificuldades de obtenção juntos aos órgãos públicos (Discurso 2.A.2). Pode-se também observar que os cultivadores da Região Interior apontam mais questões relacionadas à regulação, assessoria técnica e viabilidade econômica, possivelmente relacionada ao maior custo de distribuição. Ironicamente, os cultivadores do Eixo Dutra reclamam da questão da regulação, assessoria técnica e do escoamento (Discurso 2.A.3). Ou seja, embora estejam, nominalmente, mais bem servidos de infraestrutura, parecem ser mais exigentes que seus pares da Região Interior, como já observado quando da caracterização da amostra.

Discurso 2.A.2 – Cultivadores e as dificuldades com a regulação e assessoria técnica.

“A dificuldade está na falta de Assessoria Técnica de Extensão Rural (ATER) acessível e apoio pelos órgãos públicos. É depender da visita de um agrônomo da Casa da Agricultura. No caso das ervas aromáticas, a dificuldade está na Anvisa e suas leis para óleos essenciais e hidrolatos⁴.”

Discurso 2.A.3 – Cultivadores e o problema do escoamento da produção.

“Acredito que o escoamento e a venda sejam a maior dificuldade. As estradas não são pavimentadas e na época das chuvas não é possível o escoamento. Falta ajuda do governo para o escoamento da produção

⁴ Hidrolatos são resultado do processo de destilação da água com plantas ou substâncias aromáticas.

com estradas rurais péssimas. Sabemos produzir, vender é para comerciantes.”

Em relação à viabilidade econômica nos negócios (Discurso 2.B.1), os criadores demonstram grande ressentimento acerca de suas atividades e às circunstâncias no entorno. Enfrentam volatilidade dos preços, mão de obra de baixa qualidade, aumento de custos dos insumos. No que tange à escassez de mão de obra adequada, vale ressaltar que os criadores estando no Eixo Dutra, não deveriam enfrentar a dificuldade para a chegada da mão de obra necessária. No entanto, se o acesso não deve ser o problema, pressupõe-se que é a qualidade dela que tem trazido insatisfação. Os produtores da Região Interior também compartilham da insatisfação com mão de obra, e nela, é mais justificada pela localização menos privilegiada. Aqui, o fato de a Região Interior estar composta por municípios menos desenvolvidos e com maiores dificuldades econômicas e de recursos humanos pode estar repercutindo nas queixas dos criadores.

Além desses aspectos, apresentam ainda insatisfação em relação à cooperativa e à própria classe. Em particular, entre os apicultores que participam desse grupo emerge o problema da falta de espaço e de equipamentos cuja utilização dever ser, rigorosamente, em conformidade com a legislação. Indicam também a baixa rentabilidade e não conseguem perceber que investimentos em tecnologia poderiam aumentar a produtividade e assim melhorar a viabilidade econômica de seus negócios.

Na questão da regularização e assistência técnica, os criadores já haviam apresentado críticas contundentes quanto a legislação (Discursos 1.B.1 e 1.B.2). Agora, no Discurso 2.B.2, eles explicam a crítica. Na visão deles a regularização, de qualquer atividade, é quase impossível porque tal processo exige investimentos que são muito elevados. Os apicultores, por exemplo, informam que para a regularizar de suas atividades, se exige investimentos em veterinários, na construção de uma Casa do Mel e, para o envase, investimento adicional na construção de um entreposto. Ademais, em conversa com as lideranças da apicultura, elas informaram que mesmo que se siga todas as exigências acima apresentadas, que o processo não transcorrerá com tranquilidade, porque dependente da interpretação pessoal do técnico enviado para validação. E, segundo eles, técnicos diferentes interpretam de maneira diferente gerando distinção de condições aceitas, conforme o técnico e a localidade por ele atendida.

O Selo Arte, surgido de uma proposição federal para burlar a não efetividade do Selo SIM dos municípios, e, portanto, esperança, como disseram os produtores, também já apresenta problemas, pois no Estado de São Paulo, a Defesa Agropecuária estabelece, pela Portaria nº

01/2020 que só serão elegíveis a este selo os possuidores do selo SISP, não podendo possuidores de selo SIM e SIF também requerer o selo Arte. Em suma, a inovação que veio para descomplicar já foi enredada no rol das burocracias.

Na questão do escoamento, os criadores, no Discurso 2.B.3, apresentaram críticas distintas das que foram efetuadas pelos cultivadores no Discurso 2.A.3. Os últimos limitaram a crítica a infraestrutura viária. Os primeiros também a contestaram, mas não se limitaram a ela: criticaram a baixa qualidade de infraestrutura de comunicação e a falta de segurança pública. Ambas as questões afetam pesadamente os criadores, visto que as comunicações deficientes tornam ineficiente qualquer investimento em tecnologia que se efetue, pois, na atualidade, quase toda tecnologia é dependente da Internet. Ou seja, embora exista um consenso de que a tecnologia é importante para o aumento da produtividade do campo, a falta da infraestrutura de comunicação termina por sabotar quaisquer esforços nesse sentido. E de outro lado, a insegurança pública reduz incentivos a busca por melhorias porque os criadores não sabem se serão vítimas de descaminho.

Discurso 2.B.1 – Criadores e as dificuldades com a viabilidade econômica nos negócios e fatores externos.

“Falta dinheiro para adquirir veículo adequado. Falta mão de obra de qualidade, especializada. Existe variação de preço, queda no preço do produto e alta nos preços de custo de produção. Ocorre aumento diário dos insumos, assim não conseguimos fechar nosso custo de produção mensal, com isso, não conseguimos fazer outras coisas importantes com medo de não fechar a conta. A remuneração é baixa e o cooperativismo poderia ser mais eficiente. A atividade não é rentável para investimentos em tecnologia e treinamentos. Falta de união da classe, falta de apoio de quem compra nosso produto. É necessário muito espaço e muito equipamento para produção em pequena escala, sem cooperativas, a produção apícola é quase impraticável para pólen e geleia real, por exemplo. Sinto um grande desvio de situação referente a produção rural. Somos tratados como bandidos pelas pessoas da zona urbana.”

Discurso 2.B.2 – Criadores e as dificuldades com a regulação e assessoria técnica.

“Há dificuldade na aquisição de um veterinário da casa de agricultura e, depois, de manter ou atingir as metas do zootécnico e o calendário de alguns serviços como, por exemplo, na produção de silagem. A maior dificuldade com certeza é a regularização do negócio. Fiz uma pesquisa intensa de como regularizar a queijaria, depois de ler muito, a conclusão que eu cheguei é que seria impossível conseguir qualquer registro. A aprovação do Selo Arte deu alguma esperança, mas as demandas são tantas e tão confusas que ainda falta muito. Para a regularização da atividade apícola, por exemplo, é necessário ter a casa do mel e para certificar, é necessário contratar um médico veterinário responsável e fica caro e inviável para quem não tem propriedade própria. Para envase do produto, precisa de entreposto. Precisa de orientações por parte dos órgãos reguladores que possibilitem a legalização dos produtos a um custo viável.”

Discurso 2.B.3 – Criadores e as questões do escoamento

“As estradas são ruins, péssimas, faltam cantoneiras nas estradas, bem como limpeza e cuidado dos trechos. Não são pavimentadas. O governo não ajuda deixando-as adequadas. Há problemas para comunicação (telefonia e internet). Existem ataques de ladrões e vândalos e furtos que ocorrem muitas vezes em todas as caixas de nosso apiário: quando não levam tudo, colhem todo o mel. Falta uma Casa do Mel local para troca de cera que funcione e permita o escoamento. ”

A análise dos discursos extraídos das respostas à pergunta 2, é enriquecida incorporando-se o sistema de comercialização adotado pelos produtores de cada grupo. Entre os que destacaram como dificuldade a viabilidade dos negócios predominou a venda direta ao mercado, tanto entre Cultivadores quanto entre Criadores e as flutuações de preço e de demanda dos mercados agropecuários contribuem nesse processo. Porém, entre aqueles que vendem por contrato, também houve reclamações: os Cultivadores atuantes em Silvicultura se queixaram sobre a dificuldade de relacionamento com a empresa que fomenta a atividade e os Criadores que atuam na Pecuária se expressaram sobre cooperativismo ineficiente. E de acordo com o trabalho de CUNHA, SAES e MAINVILLE (2015), a modalidade contrato se mostraria mais

vantajosa aos produtores, ao reduzir os custos de transação, mas é o sistema de mercado dominante em congruência com a reclamação de baixa rentabilidade dos negócios. Essa perspectiva também aparece quando se considera o grau de escolaridade e o tamanho das propriedades. Os mais escolarizados e justamente os que possuem propriedades maiores, que seriam pretensamente mais favorecidos com a prometida previsibilidade dos contratos, apontam mais dificuldades, destacando-se as questões de viabilidade econômica, sob a preponderância do sistema de mercado entre os participantes da pesquisa (Cultivadores). De modo que a modalidade contrato, pelo menos para os produtores respondentes, parece não ter mostrado vantagens ainda que a rentabilidade dos negócios não seja a desejada. Cabe ainda considerar que os contratos, no país, possuem elevada imprevisibilidade devido ao próprio ambiente institucional, com leis divergentes e, às vezes, conflitantes, que proporcionam divergências interpretativas nos julgamentos dos processos judiciais, e, também, com modificações de jurisprudências antes consolidadas, gerando insegurança para as partes quanto ao pactuado.

Por outro lado, o discurso dos respondentes mostrando as dificuldades para regularização, a necessidade de uma boa infraestrutura para produção e escoamento do produto gerado, a necessidade de que os custos de seguir a regulação sejam viáveis aos produtores corrobora a visão de PATO e TEIXEIRA (2016) que apontam a organização interna e o quadro institucional como impactantes sobre os produtores. Se o estudo desses autores, feito em países desenvolvidos e institucionalmente mais estáveis, aponta o impacto das regras, a realidade brasileira, mais instável, se mostra ainda mais sujeita, aspecto que emergiu em diversas falas dos respondentes apontando a geração de custos pela legislação para as suas atividades produtivas tanto para Cultivadores quanto para Criadores que pedem por assistência técnica.

A questão da rentabilidade insuficiente apontada no discurso 2.A.1 e 2.B.1 e que também é retomada na próxima pergunta, foi tratada, de certa forma, no estudo de HASAN, KOBEISSI, WANG e ZHOU (2015), na China, sobre o financiamento ser necessário para viabilizar mudanças institucionais. Os produtores pesquisados indicam que algumas mudanças institucionais formuladas para auxiliá-los não teve efeitos desejados pela sua falta de capitalização. A Lei no. 8.171/1991 que dispõe sobre a Política Agrícola, determina, no Capítulo XIII, que: “o crédito rural, instrumento de financiamento da atividade rural, será suprido por todos os agentes financeiros sem discriminação entre eles, mediante aplicação compulsória, recursos próprios livres, dotações das operações oficiais de crédito, fundos e quaisquer outros recursos”. O fato é que o Governo Federal disponibiliza vultosos valores para financiamento do agronegócio, o Plano Safra 2019/2020 recebeu 222,74 bilhões para crédito rural e deste total, R\$ 31,22 bilhões para agricultura familiar (BRASIL, 2019), mas esses

recursos não estão chegando à pequena produção, A questão se coloca, então, é se as regras para acessar o financiamento são factíveis para a pequena produção.

Ainda sobre a questão da viabilidade econômica, o trabalho de FULLER-LOVE, MIDMORE e THOMAS (2006) aponta a existência seis fatores possíveis de insucesso para um produtor, a saber: demanda local restrita; baixo acesso extrarregional, baixa densidade (de produtores e consumidores); baixo crescimento de redes de apoio locais; baixo acesso à tecnologia da informação e restrição de acesso a capital. Destes fatores, dois aparecem nos discursos extraídos da questão 2, se observa a questão da demanda local e do acesso extrarregional, associado à dificuldade de acesso fora do município de origem pelas incertezas quanto ao Selo SIM⁵ e o Selo Arte⁶.

Lembrando que o Selo Arte, como já mencionado, foi uma ação do Governo Federal para tentar sanar uma situação criada pela inoperância dos Municípios em cumprir com as tarefas que lhes cabem de criar e operar um Sistema de Inspeção Municipal. Assim, a partir da ação federal, muitos municípios buscaram ajustar suas condutas e, como este trabalho mostra, a legislação em camadas produz resultados muito estranhos, como, por exemplo, a interdição efetuada pela Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo (órgão estadual) de uma queijaria de São Luiz do Paraitinga, em julho 2021, por esta não possuir registro SIM (competência municipal) que o município não possuía, então, em funcionamento (REVISTA DO QUEIJO, 2021).

O estudo de FULLER-LOVE, MIDMORE e THOMAS (2006) também trata da importância das redes locais de suporte para o sucesso dos produtores, o que corrobora com os achados do presente estudo, que constatou a insatisfação de Cultivadores e de Criadores com as redes de apoio locais (“falta de união da classe”), havendo críticas moderadas sobre os resultados dessas redes no que tange a facilitar o acesso à tecnologia e ao capital. Houve reclamação de custos elevados para cumprimentos de regras e críticas pela não existência de capital suficiente para cumprir as contrapartidas, questões que, sem dúvida, repercutem na viabilidade e sobrevivência do empreendimento rural.

⁵ Selo SIM: selo da Secretaria Municipal de Agricultura ou equivalente que indica que um produto passou por inspeção da Vigilância Sanitária Municipal.

⁶ Selo criado pelo Governo Federal, Lei nº 13.680 com objetivo de regularizar a produção artesanal dos pequenos produtores.

Pergunta 3: O senhor pode falar das coisas ou órgãos que o auxiliam em sua atividade?

Esta questão visou observar o quê cada grupo de produtores – Cultivadores e Criadores - entendem como órgãos ou entidades que lhes prestam auxílio. Observa-se, conforme Tabela 16, que tanto para os Cultivadores quanto para os Criadores, os principais pontos de apoio são as associações, sindicatos e mutirão de pares (capital social) representando 16 respostas em 35. Logo após, existem 10 respondentes que não estão satisfeitos e se consideram abandonados em suas atividades. E apenas 9 respondentes consideram que o Poder Público os auxilia em suas atividades.

Tabela 16 – Referências de Apoio por Atividade Econômica, Vale do Paraíba, 2021

Atividades Econômicas				
Ideias Principais	Cultivadores	Criadores	Total	%
Capital Social	7	9	16	45,7
Abandono Social	6	4	10	28,6
Poder Público	3	6	9	25,7
TOTAL	16	19	35	100,0

Fonte: Autor.

A distribuição das respostas segundo as ideias principais mostra que a maior parte dos produtores reconhece o apoio das associações, sindicatos ou de outros produtores, e essa percepção está presente tanto entre os Cultivadores como entre os Criadores, como fica bem claro por meio dos Discursos 3.A.1 e 3.B.1, apesar de alguma crítica presente do discurso dos Criadores.

O sentimento de abandono social está presente igualmente nos dois grupos, embora entre os Cultivadores transpareça no Discurso 3.A.2 uma certa passividade e apatia, ao passo que entre os Criadores percebe-se uma proatividade, buscando cursos e informação pela Internet (Discurso 3.B.2).

Ao se inserir na análise o sistema produtivo, “moderno ou tradicional”, verifica-se que dentre os que se enquadram como modernos, metade dos respondentes dizem que o apoio vem das associações, sindicatos ou outros produtores. Esse achado corrobora a visão de AVRAMENKO e SILVER (2010), destaca que o produtor rural é intensivo no uso tanto do apoio comunitário quanto das redes sociais locais, corroborando este achado do presente estudo. Adicionalmente, pode-se afirmar que a viabilização do presente estudo foi garantida, em uma

grande medida, graças a interação do pesquisador com os respondentes por meio das redes, intensivamente, utilizadas por eles.

Por outro lado, significativo é que do total de respondentes, cinco em 35 consideram que não possuem apoio algum. Essa falta de apoio é fonte de irritação para os pesquisados, indicando que o bom funcionamento das instituições são fontes de otimização nas negociações pela capacidade de suas ações minimizarem os custos dos produtores, e que o mal funcionamento atrapalha além de que as próprias ações das instituições podem gerar custos (NORTH, 2018). Nas falas informais, observou-se que o produtor não se importa tanto em pagar, desde que ele perceba que há eficiência e retorno por parte da instituição, isto é, que a instituição está funcionando. E o já citado caso da queijaria de São Luiz é um exemplo de que há instituições que não estão funcionando como deveriam pela legislação.

Analisando-se as respostas obtidas na Tabela 16, foram encontradas três ideias principais (capital social; abandono social; Poder Público não funciona tão bem) apresentadas na representação social da questão proposta.

Em relação à ideia principal associada ao Capital Social, os Cultivadores no Discurso 3.A.1 enfatizam a questão da rede. A realização dessa pesquisa aferiu isso, pois precisou recorrer às redes para ter acesso aos respondentes. Porém, existe nítida divergência entre representantes das redes lembrados primeiramente. Os dados colhidos mostram que é mais forte entre os cultivadores de menor porte (menos de 20 ha) a rede de iguais, outros Cultivadores, enquanto os de maior porte destacam primeiramente o Capital Social representado pelas instituições formais. Possivelmente a importância da rede tenha relação com a sensação de abandono apresentada pelos cultivadores no Discurso 3.A.2. Tal sensação em relação ao Poder Público fez com que os respondentes acreditassem que só poderiam ter apoio de outros em situação similar. Assim, a deficiência do Estado foi preenchida com o capital social constituído pela rede local.

O Discurso 3.A.3 complementa a crítica apresentada anteriormente no Discurso 2.A.3. Lá, a crítica é que o Estado não comparecia para fazer cumprir seus deveres quanto a infraestrutura. Aqui em 3.A.3 existe uma fina ironia: ao afirmar que há visitas frequentes dos órgãos ambientais, o Cultivador diz, nas entrelinhas, que o Estado não aparece para fazer a sua parte (atuação em infraestrutura), mas aparece com frequência para cobrar do cultivador o cumprimento das regras ambientais.

Discurso 3.A.1 – Cultivadores e sua avaliação de que o Capital Social funciona.

“O que auxilia são os amigos e associações. A Rede Agroecológica, o Sindicato Rural que dá suporte para a parte burocrática dos colaboradores, dos outros órgãos, pois não tenho conhecimento. É a rede de agricultores, é o trabalho dessa rede que mais auxilia o nosso trabalho.”

Discurso 3.A.2 – Cultivadores e seu sentimento de abandono social.

“Não sei. Ninguém ajuda. Não temos subsídios. Infelizmente estamos completamente abandonados pelos órgãos públicos. Nenhuma assistência”.

Discurso 3.A.3 – Cultivadores e sua avaliação do Poder Público.

“Infelizmente estamos abandonados pelos órgãos públicos. Há dificuldade em obter auxílios dos órgãos governamentais. Somente um agrônomo na Casa de Agricultura para atender ao município é muito pouco. Há visitas frequentes dos órgãos ambientais”.

Os Criadores, como os Cultivadores, acreditam na importância das redes e citam diversos componentes dela (Discurso 3.B.1). Mas, diferentemente dos Cultivadores, os Criadores com propriedades menores que 20 ha são mais céticos que aqueles das propriedades maiores. Todos apresentam como importante tal Capital Social, mas a crítica de que as entidades poderiam fazer mais e melhor vem principalmente dos menores.

No Discurso 3.B.2 os Criadores fizeram coro a crítica a qualidade da rede de comunicação, mas mostram que apesar da baixa qualidade, dela necessitam e utilizam como podem. Isso, é claro, repercute nas possibilidades de desenvolvimento produtivo já que, como já citado, uma Internet estável e ágil é necessária para o incremento da questão da gestão das propriedades. Ou seja, os Criadores não estão se preocupando apenas com a otimização da produção, mas também com a melhoria da gestão e têm consciência que uma boa Internet é fundamental para a correção de ambas as questões. Por isso, no Discurso 3.B.1 houve crítica à atitude das entidades de enfatizar a produção e não o incremento da gestão, que, claramente, também repercute na viabilidade econômico-financeira.

O Discurso 3.B.3 dos Criadores enfatiza muito a deficiência da ação do Estado. Os Criadores fazem, sutilmente, um comparativo entre o grande número de regras existentes,

independentemente de conhecer profunda ou superficialmente, como abordado na primeira pergunta, com a quantidade de ajuda que eles recebem que, na visão deles, é incipiente e mais atrapalha que auxilia.

Discurso 3.B.1 – Criadores e sua avaliação de que o Capital Social funciona.

“Temos o apoio da Cooperativa (Comevap), Sindicato Rural, Casa da Agricultura, SENAR, SEBRAE, a associação de produtores. Mas pouco fazem pelo setor por falta de união e de diversidade de atividades relacionadas com os produtores. Temos o mutirão com parceiros. Temos o APL (Arranjo Produtivo Local) ativo graças aos parceiros UNITAU (CEA); CDRS (antiga CATI); CDA (Defesa Agropecuária); Sindicato Rural de Taubaté; SEBRAE e a SUZANO (Projeto Colmeia) que fazem um trabalho com as associações do Vale e, em conjunto, possibilitaram que entrássemos no processo de certificação do Entrepasto NUTRIR usando a infraestrutura da UNITAU e adquirindo os equipamentos por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo. Normalmente as associações e sindicatos atuam com apoio na produção e pouco enfoque na gestão”.

Discurso 3.B.2 – Criadores e seu sentimento de abandono social.

“Não há, até o momento, nenhum órgão apoiando nosso trabalho. O que nos ajuda na atividade são associações e amigos. Uma das coisas que auxilia muito é a internet (apesar de ser de baixa qualidade a que eu tenho) e cursos que me possibilitam aplicar técnicas que melhoram a produtividade”.

Discurso 3.B.3 – Criadores e sua avaliação sobre a funcionalidade do Poder Público

“Temos assistência técnica deficiente em relação aos órgãos públicos. Auxiliam a CATI, o APL. Na apicultura, o arranjo produtivo foi reconhecido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e esse processo possibilitou a vinda de muitos parceiros: Centro de Estudos Apícolas da UNITAU; CDRS, Defesa Agropecuária, Sindicatos, Sebrae e empresas que possibilitou

um entreposto e a compra de equipamentos com recursos estaduais. Mas, órgão público não tem nenhum que auxilia na produção. Sinto que nenhum órgão apoia nosso trabalho, nenhum auxílio diretamente. Tem quem fale muito, mas pouco faz. Os órgãos estaduais e federais ao invés de ajudar, só atrapalham. As prefeituras ajudam esporadicamente com máquinas, arados e manutenção de estradas. Agora tiveram a iniciativa de lançar o SIM (serviço de inspeção municipal), é um avanço, um caminho, mas gera incerteza. Ajuda mesmo vem das associações, amigos e cooperativa.”

Interessante observar que os criadores reconhecem o papel da organização público-privada APL (Arranjo Produtivo Local) compondo o Capital Social deles e como parte da ação do Poder Público, mas somente 2 em 35 respondentes informaram receber auxílio do APL, o que pode ser um indicativo de que esta estrutura poderia ser melhor aproveitada e que seria conveniente ao Poder Público dinamizar tal processo. Tal percepção vai ao encontro as informações passadas verbalmente pelos participantes que mencionaram a percepção de que o APL leiteiro, por exemplo, não produziu bons resultados.

As respostas, apesar de mostrarem alguma insatisfação, permitem perceber nos produtores a cultura da busca por solução, ou seja, um comportamento ativo para resolver os problemas. Algumas questões institucionais são percebidas, ao citarem as associações como fonte de ajuda e o governo pouco funcional. Nota-se que eles se veem como pessoas que agem como deveriam, fazendo o que se espera deles enquanto agentes produtores, buscando o resultado, apesar das regras. Essa autopercepção dos produtores está em sintonia com os resultados do trabalho que BOSWORTH (2012) desenvolveu para descrever as características dos produtores rurais da Grã Bretanha. Nele, demonstra a ação do produtor como fundamental para a sua sobrevivência e que a sua realidade vai além da busca por lucratividade, eficiência e uso de externalidades, requerendo o uso de redes de relacionamento para lidar com as políticas públicas. Todavia, o autor não fez escrutínios sobre a interferência da legislação, como aqui. No presente estudo, a investigação da percepção acerca da legislação mostrou que os produtores se ressentem dos seus efeitos sobre a sua atividade. Por outro lado, essa visão e modo de agir estão adequados ao que FILION (1999); MELATTI et al. (2013), BRACHT e WERLANG (2015) E McCLELLAND (1971) definem como comportamento empreendedor ativo, isto é, a busca por resolver os problemas.

As organizações parecem auxiliar os produtores em suas dificuldades, porém, existe entre eles discordância quanto a efetividade do auxílio prestado por elas, principalmente, quando se trata de órgão público. Os discursos mostraram maior rigor na avaliação do Estado do que com as associações da sociedade civil. Possivelmente isto esteja relacionado a questão dos impostos, observada nos Discursos 3.A.2; 3.A.3 e Discursos 3.B.2 e 3.B.3 e, também, apenas nas conversas informais com os respondentes, a visão do retorno que o governo dá a partir do que arrecada (“estamos abandonados pelos órgãos públicos”; “não temos subsídios”; “ao invés de ajudar, só atrapalham”, “não apoiam nosso trabalho”). Contudo, é perceptível nas respostas, a busca das soluções de maneira compartilhada por eles, por meio de associações e organizações dos próprios produtores. É um resultado diferente do encontrado por SURIE (2018) que apontou em seu trabalho sobre energia renovável que a constituição do empreendedorismo social na população rural da Índia só ocorreu mediante uma capacitação institucionalmente ofertada, uma vez que os produtores atuavam de maneira passiva. Nos participantes dessa pesquisa, ao contrário, se observou uma proatividade.

É possível que o rigor dos respondentes esteja relacionado a idade e as experiências de vida que já tiveram. Como a idade média das mulheres entrevistadas foi de 48 anos e a dos homens foi de 50,9, possivelmente as experiências diversas que os respondentes devem ter tido ao longo da vida profissional, muitas, desagradáveis, contribua para a avaliação mais rigorosa da funcionalidade do Estado e com a maior confiança na própria categoria. Além disso, a grande maioria dos produtores não tem filhos atuando conjuntamente no trabalho, portanto, a sensação de isolamento dos produtores (“na propriedade atuamos somente eu e minha esposa”), Discurso 2.A.1, leva também a sensação de que estão por conta própria e de que precisam agir por si mesmos. Como a maior parte dos pesquisados possuem ensino superior, possuem capacidade para agir, porém, o sentimento de abandono sugere que falta autoconfiança.

Pergunta 4: Que tipos de políticas o senhor consideraria favoráveis ao seu trabalho? Ao seu cultivo? Que políticas o senhor gostaria de ver implantadas em seu município? Pode falar um pouco sobre elas?

As ideias principais extraídas dessa pergunta foi uma lista de políticas indicadas consideradas relevantes para suas atividades.

A partir da análise das respostas dos participantes dos dois grupos foi possível identificar três linhas de raciocínio principais, dando origem a dois discursos extraídos das falas dos produtores do grupo de Cultivadores e dois do grupo de Criadores, conforme distribuição

apresentada na Tabela 17. Não se abordará a questão do capital social já tratada na anterior, que reapareceu nessa com o mesmo conteúdo.

Tabela 17 - Distribuição das respostas que deram origem aos discursos segundo os grupos de produtores, Vale do Paraíba, 2021

Ideias principais	Atividades Econômicas		
	Cultivadores	Criadores	TOTAL
Políticas Públicas e desburocratização	4	10	14
Políticas de escoamento	4	8	12
Não respondeu	3	2	5
Políticas de Capital Social	3	1	4
TOTAL	14	21	35

Fonte: Autor.

A fala dos Cultivadores no Discurso 4.A.1 mostra que eles desejam políticas públicas para conseguir lidar com as exigências do próprio Poder Público. Eles não desejam menos fiscalização, mas, ao contrário, fiscalização efetiva. A questão da efetividade, conforme as falas mostraram, está relacionada à concorrência desleal quando um Cultivador segue todos os ditames e o outro não e passa também pela viabilidade do mercado em que aquele que burla e não é pego, implicando uma maior lucratividade as custas dos concorrentes que se adequam às regras institucionais e do mercado. No mesmo discurso, transparece uma preocupação com a viabilidade econômico-financeira percebida com o pedido de menor tributação e uma política de desburocratização da fiscalização das atividades. O pedido de melhorias de infraestrutura bem como de incentivos à cadeia de distribuição, que aparece no Discurso 4.A.2, é uma indicação de proposta de solução para o problema de escoamento mencionado em outras respostas. A demanda de incentivos à cadeia de distribuição, por sua vez, sugere que tanto as leis da facilitação de compra de pequenas empresas^{7,8,9} quanto a de aquisição de produtos para a alimentação escolar¹⁰ não estão funcionando adequadamente.

⁷ Decreto no. 8.538 de 06/10/2015 – Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares e produtores rurais pessoa física.

⁸ Constituição do Estado de São Paulo. Artigo 178 – Tratamento diferenciado às microempresas e pequenos produtores rurais.

⁹ Constituição do Estado de São Paulo – Emenda Constitucional no. 21 de 14/02/2006 – Idem ao item 8.

¹⁰ Lei no. 11.947 de 16/06/2009 – Dispõe sobre atendimento da alimentação escolar.

Discurso 4.A.1 – Cultivadores sobre adoção de Políticas Públicas.

“Seria bom políticas que valorizem o produtor. Financiamento para agricultura familiar. Impostos menores. Acredito que a assistência técnica com visitas periódicas de agrônomos é a melhor ferramenta para o desenvolvimento da pequena propriedade. Tanto da porteira para dentro quanto da porteira para fora. Na porteira para fora, as pessoas da cidade também precisam ser educadas sobre o que fazemos. A zona rural é a nossa casa. Cuidamos dela como podemos. Quanto mais ganhamos, mais reinvestimos e cuidamos dela. Na porteira para dentro, é importante incentivar a troca de experiências entre produtores para facilitar a comercialização. Poderia existir um centro com tecnologia ligado às burocracias na ajuda ao produtor rural para emissão de documentos, alvarás e atendimento de solicitações com resolução rápida e mais fácil.”

Discurso 4.A.2 – Cultivadores sobre adoção de políticas de escoamento.

“As prefeituras poderiam cuidar das estradas e oferecerem mais facilidades e atendimento técnico. Prover uma fiscalização municipal que funcione. Poderia incentivar a cadeia de distribuição e fomentar políticas de valorização do produtor, pois não temos apoio de nenhuma política em nosso trabalho”.

Os Criadores no Discurso 4.B.1 apresentam um desejo de que o Poder Público seja “parceiro”. Nota-se que a crítica está relacionada não a existência de regras de conservação, política de segurança alimentar, mas sim, a de que estas ações fossem adotadas com conhecimento da realidade efetiva do produtor, por isso, por exemplo, a sugestão da autorregulação e desburocratização (Discurso 4.B.2) ou pedido de desoneração de valor dos suportes técnicos necessários. Na verdade, trata-se de um pedido de participação e de decidir conjuntamente e, nesse caso, por intermédio das redes ao qual conforme o discurso anterior, os produtores mostram confiar.

Discurso 4.B.1 – Criadores sobre adoção de Políticas Públicas.

“Os órgãos governamentais poderiam ajudar na conservação das nascentes, no combate aos incêndios. As Casas da Agricultura poderiam

apoiar os produtores rurais, pois todos dizem amar o verde, mas ninguém apoia quando está em perigo. Pode existir uma política de segurança alimentar que esteja em sintonia com as dificuldades da roça, pois estruturas, maquinários, combustível e mão de obra custam caro. Uma autorregulação sanitária desenvolvida pela Embrapa que desse autonomia aos produtores. Ou uma desoneração nos custos de acesso a veterinários e laboratórios, facilitando o acesso a análises complexas. Poderia existir uma política de educação e pesquisa, voltada ao produtor rural com base nas aptidões dos produtores e da realidade da região. Sem paternalismo. Um incentivo ao empreendedorismo que valorize a categoria, construído de forma que o produtor entenda o que se quer dele e com uma legislação mais realista.”

Discurso 4.B.2 – Criadores e o pedido de desburocratização.

“Poderia existir a liberação das pequenas associações rurais dos encargos e das regras complicadoras da atividade como pessoa jurídica (livros contábeis, documentos em cartórios). Nos editais de auxílio da Secretaria Estadual, poderia ser eliminada a exigência de contrapartida, pois já perdemos verba por não ter capital para fornecer a contrapartida. Precisa desburocratizar o sistema SISP (sistema de inspeção de São Paulo). A adoção do SIM facilitaria, desburocratizaria o processo de certificação e eliminaria o poder do atravessador.”

O discurso dos cultivadores e dos criadores, ao afirmar que as políticas públicas relacionadas aos alimentos não contemplam a posição, situação e dificuldades dos pequenos produtores corrobora a pesquisa de VIANA (2017) na análise da RDC nº 49/2013 da ANVISA. Essa resolução trata da regularização das atividades de interesse sanitário tanto para o MEI (microempreendedor individual) quanto para o empreendimento familiar rural e o empreendimento econômico solidário. A autora, em seu trabalho diz:

A partir da análise dos discursos dos atores sociais participantes da Consulta, depreendeu-se que os empreendimentos atendidos pela norma precisam ser capacitados para conseguir se inserir no mercado e assim conquistarem autonomia e dignidade. O paradigma do risco sanitário precisa ser discutido sob uma ótica mais ampla que leve em conta a cultura e os saberes tradicionais,

porém, o risco de doenças transmitidas por alimentos (DTA) é real e existe em todos os tipos de produção alimentícia, por isso, a preocupação com a qualificação e a disponibilidade de recursos humanos das vigilâncias sanitárias é extremamente relevante. Dessa maneira, é necessário que haja um equilíbrio para que as normas sanitárias sejam coerentes com as especificidades existentes na pequena produção, garantindo, contudo, a segurança sanitária dos alimentos.

Verifica-se, pelo trabalho de VIANA (2017) que a questão da segurança alimentar compatível com a pequena produção é fonte de debates desde, ao menos, 2013. No entanto, pelos discursos dos produtores, a questão permanece ainda em aberto em 2021. É um assunto importante para o pequeno produtor e para o país visto que, como já citado, 70% da alimentação consumida no país advém dos pequenos produtores (BRASIL, 2015a) e os custos relacionados a essa produção recaem sobre as famílias de menor renda, conforme já citado em LO, CHANG e LEE (2009). O fato de que a questão da segurança alimentar ainda estar em aberto quase oito anos após a publicação da normativa, conjugado com tudo o que foi explanado nos Discursos pelos Cultivadores e Criadores são indicativos fortes em favor da hipótese desse trabalho.

Ainda se tratando da contribuição de VIANA (2017) e contemplando-a à luz dos Discursos dos produtores, é possível aferir que a questão sanitária está subjugada pela questão da legislação, isto é, o existir de uma lei é preponderante sobre o objetivo protetivo que se almeja com existência dessa mesma lei. Em outras palavras, o formal e externo como a existência de um número, se impõe sobre o real, que é o alimento produzido de forma segura, mas, tradicional e não industrial, gerando choque entre a fiscalização e os produtores.

Outra questão importante citada pelos produtores foi a exigência, pelo governo, da contrapartida financeira (Discurso 4.B.2) para que o produtor pudesse ser considerado habilitado a fornecer para o governo. Essa exigência atua como uma barreira aos pequenos produtores que são, em grande maioria, desprovidos de capital excedente que possa ser utilizado como depósito de garantia. Essa é, portanto, uma exigência que vai na contramão de todas as medidas legais que visam franquear e facilitar o acesso dos pequenos produtores ao fornecimento para os órgãos públicos, pois a lei habilita, mas a exigência de capital impede que o produtor efetivamente forneça.

Nota-se, portanto, que medidas que dificultem a atuação das pequenas empresas rurais são um contrassenso não só pelo fato de serem elas as responsáveis pela produção de 70% dos alimentos do país (BRASIL, 2015a), como o próprio governo federal reconhece, mas também porque são grandes empregadoras tanto no número de empreendedores (15% do total do país)

quanto de empregos, por sua capacidade de absorver mão de obra, cuja falta, contudo, foi bastante mencionada nesta pesquisa. Ademais, a produção de alimentos, a segurança alimentar, é uma questão estratégica para a sociedade brasileira e, embora haja medidas nesse sentido, elas aparentam não ter solução de efetividade e continuidade e foi, inclusive, um dos clamores dos produtores respondentes da pesquisa.

A maioria dos respondentes informa efetuar a produção a mercado e reclama das oscilações inerentes a essa instituição, tendo havido pedidos por subsídios, ação econômica revestida de polêmica tanto internamente quanto no exterior. No entanto, se o subsídio por questões políticas e fiscais se mostra impraticável, a oferta de tecnologia, treinamento, desburocratização e otimização de infraestrutura parecem ações necessárias para garantir a sobrevivência e melhoria da viabilidade econômico-financeira das pequenas propriedades dos Cultivadores e de Criadores. A melhoria das condições da pequena produção gerará ganhos sociais tanto relativos ao emprego quanto a qualidade da produção de alimentos, tornando-a mais acessível, repercutindo favoravelmente sobre a saúde da população e até nos índices inflacionários (DHEHIBI e LAAJIMI, 2009), contribuindo assim, segundo THOMAS e FRANKENBERG (2002), para a prosperidade econômica por garantir pessoas melhor nutridas e aptas ao trabalho.

Os discursos obtidos com a pesquisa, tanto de Cultivadores quanto de Criadores, contemplados à luz do trabalho de BRACHT e WERLANG (2015) permitem inferir que os pequenos produtores rurais, cientes das características institucionais do meio em que vivem e atuam, profissionalmente, buscam ou tentam, como percebido na pergunta 3, atuar em redes para superar dificuldades. Assim, para eles, a ação empreendedora, não é um mero conceito teórico, mas uma forma de agir, um modo de compreender a realidade e um meio para fazer algo diferente, inovar conforme já citado na abordagem de BOSWORTH (2012). As respostas mostram uma percepção de que a obtenção de novos resultados requer novas ações e atitudes. Adicionalmente, os pedidos de “educação”, “valorização” e “incentivo” sugerem que a proposição de COASE (2017), segundo a qual se houver mudança de regulação ocorre mudança de comportamento econômico - em outras palavras, mudança de contexto gera mudança de resultado - tem potencial de se realizar com esses produtores.

Também se evidencia nos discursos a importância da possibilidade de contar com o apoio de outros produtores na mesma situação para enfrentarem as dificuldades conjuntamente por intermédio de associações, sindicatos, cooperativas e mesmo redes informais. Tal fato se coaduna com o trabalho de FORTUNATO, ATER e ADAPA (2017) que mostra que as redes sociais de aprendizagem e inovação constituem pilares importantes para os produtores. Apesar dessa importância, os autores identificaram a existência de resultados desiguais dessas redes.

Isso também pode ser percebido neste trabalho. A Política de Arranjo Produtivo Local apresentou resultados, na região, muito mais efetivos para a apicultura do que para a pecuária leiteira, apesar desta estar organizada em cooperativas, um sistema de longa data consolidado em comparação à organização da apicultura regional. A esse respeito, o trabalho de ILIC, BAUER e NESKOVIC (2017) evidencia que a estruturação financeira e educacional é insuficiente para o sucesso de certas políticas. Situação observada nestes dois arranjos Produtivos, em que os resultados alcançados são diferentes apesar dos dois conjuntos de produtores terem realizados investimentos financeiros e educacionais. Logo, não bastam disponibilidades financeiras e educacionais. Algo mais é necessário. E as respostas dos produtores pesquisados indicam que a questão legal interfere, assim como a questão estrutural, do quadro de ações das instituições.

O quadro 4 apresenta a lista completa de ações e políticas sugeridas pelos dois grupos de produtores, onde se pode observar a similaridade das indicações dos Cultivadores e dos Criadores.

Quadro 4 - Indicação de Políticas para Adoção pelos Produtores segundo Atividade Econômica, Vale do Paraíba, 2021

Cultivadores - Agricultura, Novos Modos, Silvicultura
Assistência técnica abrangente acessível
Incentivo à produção
Valorização do produtor
Menores impostos
Financiamento na agricultura familiar
Mostrar a realidade do campo para a cidade
Política de apoio
Município presente
Criadores - Pecuária, Criações Diversas, Apicultura
Desburocratização e apoio menos burocrático
Selo SIM e desburocratização de seu acesso
Divulgação de conhecimento sobre o campo
Políticas para pequenos com legislação realista
Segurança alimentar. Compra dos pequenos
Investimento em infraestrutura
Autorregulação sanitária
Valorização da categoria
Ajuda do poder público para cumprimento das leis
Políticas voltadas a educação e pesquisa
Incentivar os produtores conforme aptidão e mercado

Cultivadores - Agricultura, Novos Modos, Silvicultura
Fiscalização que funcione
Estabilidade de preços

Fonte: Autor.

Os Cultivadores propuseram oito ideias distintas em termos de políticas que gostariam de ver em funcionamento. As ideias estão relacionadas a produção, com assistência técnica acessível e incentivo do Estado; a melhoria da interação do produtor com o Estado com menores impostos e financiamento da agricultura familiar; ações para valorização do produtor e apresentação da realidade do campo para a sociedade e a existência de fato de políticas de apoio com órgãos públicos presentes.

Os Criadores, por sua vez, elencaram 13 ideias diferentes. As ideias giram em torno da relação com o Estado com proposição de autorregulação sanitária, desburocratização de selos, política de compra dos pequenos, constituição de política de segurança alimentar, legislação compatível com o pequeno produtor e apoio para que ele consiga se adequar a elas e fiscalização efetiva. Também foi apontada a necessidade de melhorar a visão social dos produtores com pedidos de valorização e divulgação da realidade do campo. Abordou-se também a questão do mercado com pedido de melhoria da infraestrutura e de apoio para que os produtores possam produzir conforme a aptidão e a demanda. Houve também pedido por investimento em educação e pesquisa, possivelmente para melhoria da qualidade e produtividade e houve indicação para intervenção nos preços de modo a se gerar maior estabilidade para os mesmos.

Um olhar atento para as informações tanto dos Cultivadores quanto dos Criadores mostra que eles não desejam, como, talvez, se poderia imaginar, um *laissez faire*¹¹, uma desregulamentação total e descontrolada. Ao contrário, eles pedem por regulamentação que seja efetiva e factível para a dimensão deles. Desejam ser reconhecidos e possuir um apoio que torne suas atividades mais produtivas. Eles almejam que suas atividades contribuam para a segurança alimentar da sociedade, respeitando-se a sua realidade de produção e a maioria não deseja suporte do tipo *subsídio*, mas apoio que lhes permita um mínimo de previsibilidade e viabilidade comercial. Não desejam que o Estado substitua o mercado, mas que os direcione, corretamente, para que possam participar do mercado em condições mais igualitárias tanto com aqueles de mesmo porte que são vistos como concorrentes desleais por se beneficiar de fiscalização fraca como com aqueles de maior porte que têm vantagem por seu tamanho.

¹¹ Laissez faire, em português, deixe fazer. Expressão de origem francesa utilizada pelos economistas clássicos para simbolizar a não intervenção do Estado na economia.

4.3 O emaranhado de Leis, regras e normas atrapalha

O trabalho de PRETTY et al (2010) ao tratar das 100 questões mais importantes para o futuro da agricultura global indicou, no contexto da governança, investimento econômico e formulação de políticas que a habilidade de gerenciamento de agendas e interesses entre Estado, setor privado e sociedade civil seria indispensável para o sucesso desse objetivo. Assim, no contexto da relação Estado e setor privado (produtores rurais) este trabalho postulou que o grau de insucesso dos produtores rurais brasileiros estava relacionado a complexidade regulatória estruturada no Brasil que impediria o avanço sustentável desses produtores, uma vez que cabe ao complexo regulatório definições chave como uso da propriedade; regulação do processo de produção; normatização ambiental; regras sanitárias, dentre outros aspectos. E, notadamente, trabalhos do IPEA (2014) e IPEA (2018) apontavam avanços e recuos no estado geral do campo. Logo, um estudo da situação do pequeno produtor tinha significado para o avanço do conhecimento da área. O levantamento feito neste estudo mostrou que o Estado brasileiro, configurado no Governo Federal, visando disciplinar a questão rural buscou regulamentar praticamente tudo: propriedade privada; pequena propriedade; estatuto da terra; módulo fiscal; política agrícola; microempresa rural; agricultura familiar; código florestal; assistência técnica rural; trabalho e seguridade rural; vigilância sanitária; qualidade dos produtos; agroecologia e tratamento favorecido aos pequenos produtores. Os Estados, no caso deste trabalho, o Estado de São Paulo, não ficou atrás: também abordou tratamento diferenciado e favorecido às pequenas empresas rurais; tratou da inspeção sanitária; dos agrotóxicos; do financiamento agrícola; da aquicultura; da agricultura em ambiente protegido e da moderna agricultura. Regulamentou a produção de leite, as práticas de fabricação, dentre outras medidas. E os Municípios atuam de forma complementar na fiscalização sanitária. O que se observou, apesar do detalhamento, é que as medidas, ao invés de proteger e ajudar ao produtor, produziram justamente o contrário: elas não chegam ao produtor e, quando chegam, dificultam sobremaneira a sua atuação deixando-os em situação vulnerável ante a fiscalização. Essa foi, aliás, uma reclamação dos respondentes: o apoio esclarecedor não chega, mas a fiscalização punitiva sim!

Evidentemente as teorias econômicas e de gestão mostram que o ambiente construído interfere na tomada de decisão e nas escolhas. O próprio COASE (2017) diz que a economia estuda as escolhas que o produtor faz considerando as suas finalidades e os recursos escassos que têm disponíveis. Assim, há significado em investigar a interferência da legislação sobre a propriedade, pois a teoria da firma advoga pela capacidade da empresa de alocar a atividade

produtiva com economia de recursos. Portanto, se uma empresa não está poupando recursos por interferência externa, ela está sendo impedida de ser eficiente. A interferência externa no âmbito da produção rural, desconsiderando-se os fatores climáticos e biológicos advém precisamente do ambiente institucional que tem o poder de influir sobre o agente econômico ou pela alteração da lei, ou pela interpretação da lei, ou com alteração dos cálculos econômicos por meio de subsídios ou tributação ou por imposição de regulamentos.

É de conhecimento geral que o ambiente institucional brasileiro é considerado hostil aos pequenos negócios, basta ver as posições desfavoráveis (em 2020, posição 124 de 190) com que o Brasil é posicionado sempre nos relatórios “*Doing Business*” elaborados pelo Banco Mundial (WORLD BANK, 2020). Logo, se considera que as instituições regulatórias brasileiras não contam com a característica de serem inclusivas, na definição de ACEMOGLU e ROBINSON (2012). Mas, que características deveriam possuir as instituições brasileiras para serem inclusivas? De acordo com os autores, permitir a participação econômica da população com seus talentos e habilidades; garantir a propriedade privada; ofertar justiça imparcial; ofertar serviços públicos e permitir o livre negócio.

Tendo esse panorama, a investigação junto aos pequenos produtores rurais do Vale do Paraíba mostrou que, na visão deles, não se pode considerar o ambiente brasileiro inclusivo. Houve críticas a garantia de propriedade, pela questão da insegurança pública; houve crítica a oferta de serviços públicos, que rivalizou com as críticas ao aspecto regulatório. E, finalmente, o próprio processo regulatório foi bastante criticado, por justamente atravancar os negócios. Nisso, cabe a crítica da Professora Inês Rugani apud VIANA (2017) de que não basta à agenda regulatória coibir más práticas, mas encorajar boas práticas e que não será possível mudar estruturalmente o setor alimentar brasileiro enquanto as normas de regulação sanitária não viabilizarem a produção de alimento de qualidade e seguro pelo pequeno produtor. Ou seja, a preocupação com a segurança é necessária, mas ela não pode ser impeditiva para atuação dos pequenos, e, pela crítica dos produtores pesquisados, é que isso acontece.

Portanto, a crítica dos produtores às instituições está relacionada a incapacidade, dificuldade ou morosidade das instituições em cumprirem o papel que NORTH (2018) atribui a elas que é de reduzir os custos de transação e reduzir a incerteza no exercício da atividade econômica. Para os produtores não basta que exista a previsão do como fazer, pois existe - com minúcias - determinações sobre como diversos aspectos devem ser abordados. Para saber, basta consultar a legislação, vasta, detalhada tanto pela perspectiva federal quanto pela perspectiva estadual. Os municípios, pelo menos os da região, nesse ínterim, se mostram bastante tímidos e inativos. As normatizações são amplas, porém, aparentemente, muitas não funcionam, pois

os produtores, em seus discursos, solicitaram por providências que já existem, como uma regulamentação municipal que permita a venda fora do município, que é o SIM, previsto desde a década de 1990, de competência dos municípios e muito pouco trabalhado, o que levou o Governo Federal a criar, em 2018, algo com o mesmo objetivo, mas que pode lhe substituir, o Selo Arte.

Há solicitação dos produtores para que as pequenas propriedades rurais sejam tratadas de maneira mais favorável, porém isso já existe, a Instrução Normativa 16/2015, federal. Mais, existe Lei Complementar com definição de microempresa rural para atender a essa necessidade. Pior, existe também a mesma previsão na Constituição do Estado de São Paulo, o que mostra, no mínimo, uma inefetividade de garantia desse direito.

Da mesma forma, os produtores pediram por ATER (Assistência Técnica de Extensão Rural), porém, ela está prevista na legislação ordinária federal. Houve produtores que chamaram a atenção para a questão da segurança alimentar, como algo que precisava ser trabalhado. No entanto, ela já foi tratada em lei comum federal. Tais dissonâncias mostram não apenas a dificuldade de conhecimento sobre a legislação pelo produtor. Mostra que as fortes redes de associação também não estão recebendo tais informações ou que essa legislação não está operando a contento.

Da mesma forma em que os produtores desejam modificações, eles precisam saber quais são as suas obrigações. Nessa questão existem problemas, pois a legislação abre brechas ao definir pequeno produtor em conformidade com o módulo fiscal (Lei no. 6.746/1979) e por estabelecer distinção de tamanho do módulo conforme o município. Assim, o limite para que um produtor seja considerado pequeno varia de 48 hectares a até 160 hectares na região (EMBRAPA, 2020). Afora a curiosidade do fato, está a questão de que a mesma elasticidade na interpretação de tamanho, devido ao módulo fiscal ocorre também com a interpretação sobre obrigações perante a legislação ambiental, gerando condutas distintas quanto a preservação do meio ambiente e recomposição da área ambiental entre os pequenos produtores. Além disso, a obrigatoriedade de manter reserva legal, a área de preservação permanente (APP) e a área de proteção ambiental (APA) em conformidade ao Código Florestal (Lei no. 12.651 de 25/05/2012) também está intimamente relacionado a isso. E, dado o problema gerado, alterações legais foram propostas, o que não reduziu a insegurança jurídica.

Note-se, portanto, que a própria definição de pequeno produtor, por conta da variação do módulo fiscal, pode variar por município, muito embora existam duas leis federais tratando dessa definição, a Lei no. 8629/1993 e a Lei no. 11.326/2006.

No aspecto da produção propriamente dita, existem diversos regramentos estaduais que tentam determinar tudo. Há previsão para aquicultura, microbacias, agricultura em ambiente protegido, desenvolvimento sustentado, agricultura moderna, produção de leite. Mas as respostas dos produtores mostram que isso não está chegando ao campo. Os produtores pediram por um Poupatempo (programa estadual paulista de agilização de documentação) específico para o campo. Mas isso já existe na legislação paulista. Portanto, sobra previsão e falta efetividade.

Ainda nesse assunto, a inspeção de origem animal possui duas leis federais regulatórias mais decretos tanto para produtos de origem animal quanto vegetal. Não sendo suficiente, o Estado de São Paulo também trata da questão em vários decretos e portarias. A definição do que são as boas práticas de fabricação é do Estado, mas a supervisão e fiscalização é definida como um trabalho conjunto com os Municípios. No entanto, na região, 19 dos 35 municípios da região nem possuem serviço de inspeção municipal estruturado. Os outros 20 (vinte) municípios estruturaram, tais serviços, em boa parte, nas décadas de 2000 e 2010, com a estruturação mais recente ocorrendo no ano de 2020. Então, o processo funciona de maneira incompleta. E para fazer frente a esse problema, lembre-se do Selo Arte federal, gerado para tentar prestar conta para a produção tradicional dos pequenos negócios.

Os discursos dos produtores mostram que a questão legislativa afeta e tem importância, como foi proposto nesse trabalho. No entanto, este estudo traz também uma contribuição a mais. A questão estrutural também afeta fortemente a produção dos pequenos produtores rurais. Pensava-se que, por estes produtores estarem em uma das regiões mais ricas do país e que conta com o melhor sistema rodoviário nacional (SÃO PAULO, 2019b), que escoamento da produção não representasse problemas. Além disso, a região está próxima das três principais regiões metropolitanas do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, além da região de Campinas, com a qual é ligada pela Rodovia Dom Pedro I. No entanto, se, na teoria, escoamento da produção não poderia ser problema, na prática, foi apontado como problema significativo. Nesse ponto, o problema não se relaciona às grandes vias de escoamento, mas sim, ao que se chama, em logística, de “problema do último quilômetro” que segundo GEVAERS, VAN DE VOORDE; VANESLANDER (2014) e OLSSON, HELLSTRÖM (2019) é descrito como uma das partes mais caras, ineficientes e poluentes de uma cadeia de abastecimento. Na produção rural seria como facilitar o acesso a propriedade, um problema, nessa circunstância, de responsabilidade dos municípios, um ente federativo com as maiores fragilidades.

5. CONCLUSÃO

O trabalho teve como objetivo identificar os obstáculos e oportunidades institucionais, ambientais e econômicas para o avanço da produção dos pequenos proprietários rurais da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e pode-se concluir que a pesquisa foi bem-sucedida nessa tarefa. Para a realização do empreendimento, foi lançada a hipótese de trabalho de que o insucesso das pequenas propriedades se devia a realidade regulatória que impedia o avanço economicamente sustentável dos produtores e a hipótese mostrou-se verdadeira, pois a análise do discurso dos produtores apontou que duas questões afetam-nos de maneira significativa, a primeira, a complexidade regulatória e, a segunda, não esperada no trabalho, as dificuldades de infraestrutura que dificultam o escoamento da produção.

O trabalho se propôs a caracterizar os produtores segundo as suas regiões. A ação foi executada com as cinco subdivisões oficiais reorganizadas em duas: eixo Dutra e Região Interior. O Litoral Norte não participou, pois não houve devolutiva de questionários daquela sub-região. Observa-se que não existem diferenças significativas entre os produtores localizados com maior proximidade das vias principais de escoamento (eixo Dutra) daqueles mais distantes (região Interior). Ambos criticam as condições de escoamento, o que é uma surpresa para a região mais estratégica e bem servida de infraestrutura do país, o que mostra que os municípios estão falhando em algum ponto. Ademais, foi possível caracterizar os produtores como pequenos Cultivadores ou Criadores cujas propriedades, próprias ou alugadas, não ultrapassam o limite de quatro módulos fiscais. Porém, verificou-se que, não existe uniformidade nessa caracterização, pois como o módulo fiscal pode mudar conforme o município, um pequeno produtor em uma localidade, pode ser considerado médio em outra dentro da mesma região.

Verificou-se, também, que as condições econômicas e ambientais interferem no processo, pois a regulação ambiental, considerada complexa pelos produtores, afeta a utilização e consequente rentabilidade de seu negócio.

Assim, obteve-se também a percepção dos produtores sobre os obstáculos e oportunidades. Como obstáculos foram apontados o desconhecimento ou pouco conhecimento das normas; a dificuldade de regulação e assessoria bem como de legalização; a questão de infraestrutura que dificulta o escoamento, um ponto importante a ser considerado e ao qual não existia expectativa de apontamento e as dificuldades tanto de ser realizar investimento e obtenção de apoio para isso quanto de mão de obra. Interessante que, dentre os respondentes, a

questão da mão de obra derrubou o mito de uso das relações familiares para suprimento, pois a grande maioria não as usa, bem como destacou a procura por conhecimento e competência técnica. Ainda no campo da percepção dos produtores, dois fatos se destacaram: o primeiro, a percepção da importância e valorização do capital social identificado como pares, associações, cooperativas e sindicatos, reconhecidos como fonte de informação, atualização e apoio em caso de necessidade. Como destaque, não esperado, a pesquisa trouxe à tona a sensação destes pequenos produtores de abandono social, isto é, que não são compreendidos e nem valorizados tanto pelo governo quanto pela sociedade civil. Uma questão, portanto, que merece ser melhor avaliada. Finalmente, no que tange ao assunto principal desse trabalho, os produtores não desejam a abolição da legislação, nem a consideram impertinente. Eles desejam que elas sejam de cumprimento facilitado (desburocratização), reconhecem que ela é difícil e, por isso, anseiam por um suporte que reconheça a realidade deles (assessoria técnica), identificam a importância da fiscalização e segurança alimentar (pedem por fiscalização efetiva, universal e coerente).

Embora a pesquisa tenha alcançado todos os objetivos inicialmente propostos, algumas questões devem ser consideradas: a primeira é a forma digital de obtenção dos questionários por conta da situação de saúde pública. Essa forma pode ter gerado um viés, pois somente possuidores de internet puderam responder ao questionário. Isso gera também um viés de localização, pois produtores de regiões com deficiência nos serviços de comunicação podem não ter participado. Outro viés pode estar relacionado a escolaridade, pois a maior escolaridade facilita o uso das ferramentas digitais, portanto, pode ter existido um favorecimento não intencional a escolaridade pela coleta digital dos dados.

Finalmente, sugere-se que esse tema continue a ser abordado agora buscando o aprofundamento da questão do escoamento sobre a viabilidade da produção desses pequenos proprietários.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, DARON; ROBINSON, JAMES. **Por que as nações fracassam:** as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

AVRAMENKO, ALEX; SILVER, JANE, A.K. Rural entrepreneurship: Expanding the horizons. *International Journal of Entrepreneurship and Innovation Management*. v.11. n. 2. 2010.

BOSWORTH, GARY. Characterising rural businesses – tales from the paperman. *Journal of Rural Studies*. N.28, 2012.

BRACHT, D. E.; WERRLANG, N. B. Competências empreendedoras: uma investigação com produtores rurais catarinenses. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*. v.4, n.1, 2015.

BRASIL. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro.** (2015a). Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

BRASIL. Legislação Informatizada - **LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Publicação Original.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8629-25-fevereiro-1993-363222-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.629%2C%20DE%2025%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201993,T%3%ADtulo%20VII%2C%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal>. Acesso em: 10 de março de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 de maio de 2020.

BRASIL. **LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.504%2C%20DE%2030%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201964.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da%20Terra%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=Art.%20e%20promove%20a%20da%20Pol%C3%ADtica%20Agr%C3%ADcola. Acesso em: 15 de maio de 2020.

BRASIL. **LEI Nº 6.746, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1979.** Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6746.htm. Acesso em: 10 de março de 2020.

BRASIL. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 10 de março de 2020.

BRASIL. LEI Nº 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002. Cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10420.htm. Acesso em: 10 de março de 2020.

BRASIL. LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 10 de março de 2020.

BRASIL. LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm. Acesso em: 10 de março de 2020.

BRASIL. LEI Nº 9.872, DE 26 DE JANEIRO DE 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9782.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.782%2C%20DE%2026%20DE%20JANEIRO%20DE%201999.&text=Define%20o%20Sistema%20Nacional%20de,Sanit%C3%A1ria%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.,-1%C2%BA%20O%20Sistema&text=VIII%20%2D%20manter%20sistema%20de%20informa%C3%A7%C3%B5es,Distrito%20Federal%20e%20os%20Munic%C3%ADpios.. Acesso em: 10 de março de 2020.

BRASIL. LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 10 de março de 2020.

BRASIL. LEI Nº 12.512, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm. Acesso em: 10 de março de 2020

BRASIL. DECRETO Nº 8.538, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015. Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8538.htm. Acesso em: 10 de março de 2020

BRASIL. **DECRETO Nº 5.741, DE 30 DE MARÇO DE 2006.** Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5741.htm. Acesso em: 10 de março de 2020

BRASIL. **DECRETO Nº 30.691 DE 29 DE MARÇO DE 1952.** Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d30691.htm. Acesso em: 10 de março de 2020.

BRASIL. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17 DE 06 DE MARÇO DE 2020.** Estabelece os procedimentos para equivalência e adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA), dos Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-17-de-6-de-marco-de-2020-247281167>. Acesso em 12 de março de 2020.

BRASIL. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16 DE 23 DE JUNHO DE 2015.** Estabelece, em todo o território nacional, as normas específicas de inspeção e a fiscalização sanitária de produtos de origem animal, referente às agroindústrias de pequeno porte. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/suasa/sisbi-1/legislacao/instrucao-normativa_16_2015.pdf. Acesso em: 12 de março de 2020.

BRASIL. **Agronegócio: um dos motores da economia brasileira:** movimentação do mercado, incremento ao PIB e geração de emprego são algumas das características desse setor que coloca o Brasil no mapa mundial de negócios. Disponível em: www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/300-dias-agronegoci-um-dos-motores-da-economia-brasileira. Publicado em: 01/11/2019. Acesso em: 03 de março de 2021.

CHANG, HA-JOON. **Chutando a escada:** a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004

CIPRANDI, OLÍVIO; FERT NETO, JOÃO. **As perspectivas da pequena produção familiar na agricultura.** Ciência Rural [online]. 1996, v. 26, n. 1 [Acessado 20 Junho 2019] , pp. 135-141. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-84781996000100025>>.

COASE, RONALD H. **A firma, o mercado e o direito.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017. (Coleção Paulo Bonavides).

CNM – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. A Importância do Serviço de Inspeção Municipal (Sim) na Gestão Pública e para o Desenvolvimento Agroindustrial. Brasília: CNM, 2015. Disponível em: [https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Servi%C3%A7o%20de%20Inspe%C3%A7%C3%A3o%20Municipal%20-%20SIM%20\(2015\).pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Servi%C3%A7o%20de%20Inspe%C3%A7%C3%A3o%20Municipal%20-%20SIM%20(2015).pdf). Acesso em: 15 de março de 2021.

CUNHA, CHRISTIANO F.; SAES, MARIA S. M.; MAINVILLE, DENISE Y. **Custo de Transação e Mensuração na Escolha da Estrutura de Governança entre Supermercados e Produtores Agrícolas Convencionais e Orgânicos no Brasil e nos EUA.** Gestão e Produção. São Carlos. v.22, n.1, 2015.

DHEHIBI, B.; LAAJIMI, A. **Effects of food prices and consumer income on nutrient availability: an application of the demand for dairy products in Tunisia**. *Economia Agrária y Recursos Naturales*. ISSN: 1578-0732. Vol. 9, 1 (2009). Pp.25-36

EMBRAPA. **Concentração geográfica da agricultura familiar no Brasil**. Documentos 155. Agosto, 2013. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/965105/1/doc155.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

EMBRAPA. **Módulos Fiscais**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

EMPLASA. **Mapa da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**. (2012). Disponível em: <http://www.emplasa.sp.gov.br/mapa>. Acesso em: 15 de março de 2019.

FILION, L. J. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios**. *Revista de Administração*, v. 34, n. 2, p. 6-28, 1999.

FIGUEIREDO, MARÍLIA Z.A.; CHIARI, BRASÍLIA M.; GOULART, BÁRBARA N. G. DE. **Discurso do sujeito coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa quali-quantitativa**.; *Distúrb Comum*, São Paulo, 25 (1): 129-136, abril 2013.

FORTUNATO, M.W.P.; ALTER, T.R.; ADAPA, S. T. P. **Intentional Innovation Communities: Concepts and Preliminary Evidence**. v.31, ed.2. *Economic Development Quarterly*. May, 2017.

FULLER-LOVE, NERVS; MIDMORE, PETER; THOMAS, DENIS. HENLEY, ANDREW. **Entrepreneurship and rural economic development: a scenario analysis approach**. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, Vol. 12 Issue: 5, pp.289-305, 2006.

FURTADO, CELSO. "O subdesenvolvimento Revisitado". *Economia e Sociedade*, nº 1, agosto, IE-Unicamp, 1992. p. 5-19.

GEVAERS, Roel; VAN DE VOORDE, Eddy; VANELSLANDER, Thierry. **Cost modelling and simulation of last-mile characteristics in an innovative B2C supply chain environment with implications on urban areas and cities**. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, Volume 125, 2014, Pages 398-411. ISSN 1877-0428. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.01.1483>. Acesso em: 31 de março de 2020.

HAHN, FRANK. **General equilibrium theory**. The Public Interest. Special edition 1980. National Affairs. Disponível em: <https://www.nationalaffairs.com/storage/app/uploads/public/591/ee4/e51/591ee4e5110d5121452909.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2019.

HASAN, I.; KOBEISSI, N.; WANG, HZ; ZHOU, MM. **Banking Structure, Marketization, and Small Business Development: Regional Evidence from China**. *Pacific Economic Review*. v.20, ed.3. Aug..2015.

HISRICH, R. D.; PETERS, M.P. **Empreendedorismo**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

ILIC, V.; BAUER, I. DELIC, A.T.; NESKOVIC, A. **Institutional Support for Strengthening Entrepreneurship in Agricultural Production of the Republic of Serbia**. Ekonomika Poljoprivreda-Economics of Agriculture. v.64. ed.4, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. PNAD Contínua. Disponível em:

https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/.

Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO [IBPT] (2013). **Causas de desaparecimento das micro e pequenas empresas**. Disponível em:

<https://www.ibpt.org.br/img/uploads/ novelty/ estudo/701/CausasDeDesaparecimentoDasMicrosEPequeenasEmpresas.pdf>. Acesso em: 12 de outubro de 2014.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA – IEA. **No Vale do Paraíba, o sexto polo regional de desenvolvimento**. Disponível em:

<http://www.iea.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=665>. Publicado em: 27/09/2002. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**. Brasília, 2014. Disponível em:

http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=23986. Acesso

em: 25 de janeiro de 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Crescimento e produtividade da agricultura brasileira de 1975 a 2016**. Carta de Conjuntura. Nota Técnica IV. N. 38. 1º trim. 2018. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/180302_cc38_nt_crescimento_e_producao_da_agricultura_brasileira_1975_a_2016.pdf. Acesso em: 25 de janeiro de 2018.

INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO e NATUREZA – ISPN. **A produção brasileira de alimentos e as dificuldades enfrentadas para sua regularização sanitária**. Disponível em: <http://www.ispn.org.br/a-producao-brasileira-de-alimentos-e-as-dificuldades-enfrentadas-para-sua-regularizacao-sanitaria/>. Acesso em: 28 de novembro de 2016.

JODELET, DENISE. Les représentations sociales: un domaine en expansion. resses Universitaires de France. Sociologie d'aujourd'hui », 2003 (7e éd.), p. 45-78. Disponível em: <http://www.cairn.info/les-representations-sociales--9782130537656-page-45.htm>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

KIBLER, E. Formation of entrepreneurial intentions in a regional context. **Entrepreneurship & Regional Development: An International Journal**, v. 25, n. 3- 4, p. 293-323, 2013.

KNIGHT, FRANK H. **Risk, uncertainty and profit**: reprints of economic classics. New York: Augustus M. Kelley Bookseller, 1964.

LEFREVE, FERNANDO; LEFREVE, ANA M.C. **Discurso do Sujeito Coletivo: Representações Sociais e Intervenções Comunicativas**. Relato de Experiência. Texto Contexto Enferm. Florianópolis. V.23. 2. Abr.-Jun. 2014.

LEFREVE, FERNANDO; LEFREVE, ANA M.C. **Pesquisa de representação social: um enfoque qualiquantitativo: metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo**. 2ª ed. Série Pesquisa. Autores Associados, 2010.

LO, YUAN-TING; CHANG, YU-HUNG; LEE, Meei S. **Health and nutrition economics**: diet costs are associated with diet quality. *Asia Pac J Clin Nutr*. v. 18. Ed. 4 p.598-604, 2009.

MARINHO, MARY LUCIA C. **O discurso do sujeito coletivo**: uma abordagem qualiquantitativa para a pesquisa social. *Trabajo Social Global. Revista de Investigaciones en Intervención Social* 5 (8), 90-115, 2015.

MATOS, Leonardo de. **Quebrei** – guia politicamente incorreto do empreendedorismo. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.

McCLELLAND, D. C. *Entrepreneurship and Achievement Motivation: Approaches to the Science of Socioeconomic Development*. Paris: UNESCO, 1971.

MECCHERIN, N.; PELLONI, G. Rural Entrepreneurs and Institutional Assistance: an Empirical Study from Mountainous Italy. **Entrepreneurship and Regional Development**, v. 18, n. 5, p. 371-392, 2006.

MELATTI, G. A.; NEGREIROS, L. F.; OGUIDO, W. S.; PELISSON, C.; VIEIRA, S. F. A. Ensino de empreendedorismo em cursos de Administração: um levantamento da realidade brasileira. *Revista de Administração FACES Journal*, v. 12, n. 2, p. 93-114, abr./jun. 2013.

MINAYO, MARIA C. de S. (org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis, Vozes, 2002.

MINAYO, MARIA C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª Hucitec, 2014.

MONOSOWSKI, E. **Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil**. Cadernos Fundap. Planejamento e gerenciamento ambiental, 16 (9), pp.15-24, 1989.

NANTES, JOSÉ F.D.; SCARPELLI, MOACIR. Elementos de Gestão na Produção Rural. In: Batalha, Mário Otávio. **Gestão Agroindustrial**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. cap. 10.

NICHELE, Fernanda Severo; WAQUIL, Paulo Dabab. **Agroindústria familiar rural, qualidade da produção artesanal e o enfoque da teoria das convenções**. *Ciência Rural* [online]. 2011, v. 41, n. 12 [Acessado 20 Junho 2019] , pp. 2230-2235. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-84782011001200030>>

NORTH, DOUGLAS C. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

NUSDEO, ANA MARIA. **Pagamento por serviços ambientais**: Sustentabilidade e Disciplina jurídica. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

OLSSON, J.; HELLSTRÖM, D; PALSSON, H. **Framework of last mille logistics research: a systematic review of the literature.** Sustainability. 2019; 11(24):7131. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su11247131>.

PATO, MARIA L; TEIXEIRA, AURORA A.C. **Twenty years of rural entrepreneurship: a bibliometric survey.** Sociologia Ruralis, v.56, n.1, 2016.

PRETTY, JULES; SUTHERLAND, WILLIAM J.; ASHBY, JACQUELINE; AUBURN, JIL; BAULCOMBE, DAVID; BELL, MICHAEL et. al. **The top 100 questions of importance to the future of global agriculture.** International Journal of Agricultural Sustainability, (2010) 8:4, 219-236.

REVISTA DO QUEIJO. **Queijaria é interditada por falta de registro que o próprio município não possui.** Porto Alegre, 07 de julho de 2021. Disponível em: <https://revistadoqueijo.com.br/2021/07/07/queijaria-e-interditada-por-falta-de-registro-que-o-proprio-municipio-nao-possui/>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

SÁNCHEZ, LUIS HENRIQUE. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos.** 2ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Projeto LUPA [2017]: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo.** São Paulo: SAA: IEA: CDRS, [2017].

SÃO PAULO (ESTADO). **Constituição estadual de 05 de outubro de 1989.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/constituicao/1989/compilacao-constituicao-0-05.10.1989.html>. Acesso em: 07 de abril de 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). **Emenda constitucional nº 21 de 14 de fevereiro de 2006.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/emenda.constitucional/2006/compilacao-emenda.constitucional-21-14.02.2006.html>. Acesso em: 07 de abril de 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). **LEI Nº 17.054 DE 06 DE MAIO DE 2019.** Dispõe sobre o registro de empresas, o cadastro de produtos e a fiscalização do uso, do consumo, do comércio, do armazenamento, do transporte, da prestação de serviço na aplicação e da destinação de embalagens dos agrotóxicos e afins de uso fitossanitário em área agrícola Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2019/lei-17054-06.05.2019.html> Acesso em: 07 de abril de 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). **DECRETO Nº 64.320 DE 05 DE JULHO DE 2019.** Institui, junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, diretrizes de política pública denominadas "Cidadania no Campo 2030", e dá providências correlatas Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2019/decreto-64320-05.07.2019.html> Acesso em: 07 de abril de 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). **DECRETO Nº 63.280 DE 19 DE MARÇO DE 2018.** Reorganiza e Consolida os Programas e Projetos de financiamento ou de subvenção econômica para o desenvolvimento da agropecuária de São Paulo realizados com recursos provenientes do Fundo

de Expansão do Agronegócio Paulista - O Banco do Agronegócio Familiar (FEAP-BANAGRO) Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2018/decreto-63280-19.03.2018.html>

Acesso em: 07 de abril de 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). **DECRETO Nº 60.582 DE 27 DE JUNHO DE 2014.** Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, cria Parques Aquícolas estaduais, estabelecendo as condições para o desenvolvimento sustentável da produção aquícola no Estado de S.Paulo, e dá providências correlatas. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/decreto-60582-27.06.2014.html>.

Acesso em: 07 de abril de 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). **DECRETO Nº 60.385 DE 22 DE ABRIL DE 2014.** Aprova o Projeto Agricultura Irrigada Paulista, através do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - O Banco do Agronegócio Familiar FEAPBANAGRO, de interesse para a economia estadual, e dá providências correlatas. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/decreto-60385-22.04.2014.html>.

Acesso em: 07 de abril de 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). **DECRETO Nº 58.211 DE 12 DE JULHO DE 2012.** Aprova o Projeto de Incentivo às Iniciativas de Negócio das Organizações de Produtores Rurais - Microbacias II, previsto no Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II, de interesse para a economia estadual e dá providências correlatas. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58211-12.07.2012.html>.

Acesso em: 07 de abril de 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). **DECRETO Nº 58.107 DE 05 DE JUNHO DE 2012.** Institui a Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo 2020, e dá providências correlatas. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58107-05.06.2012.html>.

Acesso em: 07 de abril de 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). **DECRETO Nº 58.016 DE 02 DE MAIO DE 2012.** Institui o Projeto Estadual Poupatempo do Produtor Rural e dá providências correlatas. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58016-02.05.2012.html>.

Acesso em: 07 de abril de 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). **São Paulo tem as 20 melhores ligações rodoviárias do país:** ranking divulgado pela CNT mostra que 17 rodovias de SP e três que cortam o Estado são as primeiras colocadas. (2019b). Disponível em: saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/sao-paulo-tem-as-20-melhores-ligacoes-rodoviaras-do-pais/. Acesso em: 23/05/2021.

SCHUMPETER, J. A. (1934/1996) Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. (Coleção Os Economistas). Nova Cultural, 1996.

SEBRAE. **Empresários, potenciais empresários e produtores rurais no Brasil.** Série Estudos e Pesquisas. Brasília: Maio de 2015. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/f767852e0f0362b43d506711b195b34b/\\$File/5455.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/f767852e0f0362b43d506711b195b34b/$File/5455.pdf). Acesso em: 28 de novembro de 2016.

SEBRAE. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. (Coleção Estudos e Pesquisas). 2013.

Disponível em:

[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/93772f4f62b0716c573d3a9ed5a6a3aa/\\$File/4456.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/93772f4f62b0716c573d3a9ed5a6a3aa/$File/4456.pdf). Acesso em: 12 de outubro de 2014.

SEBRAE (org.). **Nota conjuntural 18/2012**: setor de alimentos. Observatório das Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2012a. Disponível em:

http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Menu%20Institucional/Sebrae_SET_dez12_alim.pdf. Acesso em: 07 de outubro de 2016.

SEBRAE (org.) **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**. 6ª ed. 2012b. Disponível em: <http://gestaoportal.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/anuario-do-trabalho-na-mpe/anuario-do-trabalho-na-micro-e-pequena.pdf>. Acesso em: 12 de outubro de 2014.

SEBRAE (org.). **DATA SEBRAE**. Perfil do Produtor Rural. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/perfil-do-produtor-rural/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

SILVA-SANCHEZ, SOLANGE. **Cidadania ambiental**: Novos direitos no Brasil. São Paulo: Annablume, 2ª. Ed., 2010.

SINGH, N.; SANGEET; KAUR, R.; SINGH, P. **An Analysis of Transformation of Agro-Skills into Income through Vocational Trainings**. Indian Journal of Economics and Development. v.13, ed. 2a. Apr. 2017.

STIGLITZ, JOSEPH. Uma agenda para o desenvolvimento no século XXI. In: GIDDENS, Anthony (org.) O debate global sobre a terceira via. São Paulo: UNESP, 2007.

SURIE, GITA. **Creating the innovation ecosystem for renewable energy via social entrepreneurship**: Insights from India. Technological Forecasting and Social Change. v.121. Aug. 2018.

THOMAS, DUNCAN; FRANKENBERG, ELIZABETH. **Health, nutrition and prosperity: a microeconomic perspective**. Bulletin of the World Health Organization, 2002, pp. 106- 113.

TOMEL, PATRÍCIA A.; SOUZA, DANIELA A.A.L.A. **Análise das barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural no contexto brasileiro**. Revista Ibero-Americana de Estratégia-RIAE, v.13, n.13, 2014.

VIANA, CLARA LEONEL. **Inclusão produtiva com segurança sanitária: uma análise crítica da percepção dos atores sociais sobre os possíveis impactos da RDC nº49 publicada em 2013 pela Anvisa**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2017.

WORLD BANK. **Doing Business 2020**: comparing business regulation in 190 economies. Washington DC. International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 2020.

ZYLBERSZTAJN, Decio. **Papel dos contratos na coordenação agro-industrial**: um olhar além dos mercados. Rev. Econ. Sociol. Rural. Brasília, v. 43, n. 3, p. 385-420, Sept. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320032005000300001&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Jan. 2019.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

A proposta do termo de consentimento, aplicada via SurveyMonkey® apresentada ao pesquisado:

1. Informações do Participante da Pesquisa

Nome:	
Sexo: () M () F	
Local de Nascimento:	Data de Nascimento: / /
Cidade onde mora:	Estado:
E-mail:	
Escolaridade:	
Ocupação profissional:	

2. Título do Projeto de Pesquisa

Oportunidades e obstáculos para o avanço da pequena produção de alimentos: a percepção dos pequenos empreendedores da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo.

3. Duração da Pesquisa (Coleta de Dados)

Outubro de 2020 a Abril de 2021

4. Nome dos Pesquisadores Responsáveis

Profa. Dra. Denise C. Cyrillo – Departamento de Economia, FEA –PRONUT/USP Professora Orientadora	
Drauzio Antonio Rezende Junior - Orientando	
Cargo/ Função: Doutorando	Nº de registro do Conselho Regional: CORECON nº 29.981 CRC-SP nº 1-SP302330
Telefone: (12) 3674-2636	E-mail: drauzio@usp.br

5. Instituição/Instituições

Universidade de São Paulo

Prezado(a) Participante:

Drauzio Antonio Rezende Junior, doutorando do Programa de Nutrição Humana Aplicada (PRONUT) da Universidade de São Paulo, nº. USP. 9408122, gostaria de convidá-lo(a) para participar da pesquisa intitulada **Oportunidades e obstáculos para o avanço da pequena produção de alimentos: a percepção dos pequenos empreendedores da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo** em que se busca verificar quais são os entraves legais e institucionais que dificultam o trabalho do produtor rural. Assim, gostaríamos que V.Sa. nos ajudasse no estudo de sua realidade como produtor(a) rural ou representante da categoria respondendo ao questionário proposto. Informo que o(a) senhor(a) é livre para aceitar este convite bem como se retirar da pesquisa a qualquer momento. Esse pesquisador estará ao seu dispor para contato por meio do e-mail (drauzio@usp.br) ou pelo telefone: (12) 3674-2636 ou WhatsApp (12) 99188-1551 para qualquer informação que julgar necessária. Todas as informações aqui prestadas têm caráter sigiloso e sua identidade será preservada. Sua participação só será facultada após a leitura, entendimento e aceite deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Nenhum tipo de ajuda, doação ou pagamento serão solicitadas a V.Sa., pois as despesas dessa pesquisa correm por conta do pesquisador responsável, bem como não há previsão para qualquer contrapartida monetária aos participantes. Essa pesquisa impõe risco mínimo aos participantes, pois depende exclusivamente de respostas a um questionário relativo à atividade econômica desempenhada pelo participante. Os dados colhidos por essa pesquisa serão arquivados pelo período de 5 anos e destinam-se exclusivamente a estudo acadêmico.

Consentimento Pós-Esclarecido

Declaro que, após ter sido convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Protocolo de Pesquisa.

Vale do Paraíba, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante de Pesquisa

ou do Responsável Legal

Assinatura do Pesquisador Responsável

Para qualquer questão, dúvida, esclarecimento ou reclamação sobre aspectos éticos relativos a este protocolo de pesquisa, favor entrar em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da **Faculdade de Ciências Farmacêuticas** da **Universidade de São Paulo**: Av. Prof. Lineu Prestes, 580, Bloco 13 A, Butantã, São Paulo, CEP 05508-000, Telefones 3091-3622 e 3091-3677, e-mail: cepfcf@usp.br.

APÊNDICE B – Caracterização do empreendedor na produção de alimentos

Perguntas formuladas no aplicativo Survey Monkey®.

Senhor produtor, por favor assinale ou responda conforme a sua situação:

- 1) Localização aproximada de sua propriedade (município):

- 2) Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino

- 3) Idade (em anos completos): _____

- 4) Estado civil:

☐ Solteiro/a

☐ Casado(a)

☐ Viúvo(a)

☐ União Estável

☐ Divorciado(a)

☐ Separado(a)

- 5) Quantidade de filhos:

menores de 18 anos _____

maiores de 18 anos _____

- 6) Trabalham com o senhor? Sim ☐ Não ☐

- 7) Escolaridade:

☐ Analfabeto

☐ Fundamental Incompleto

☐ Fundamental Completo

☐ Ensino Médio Incompleto

☐ Ensino Médio Completo

☐ Ensino Superior Incompleto

☐ Ensino Superior Completo

☐ Pós-graduação Incompleto

☐ Pós-graduação Completo

8) Ocupação:

Produtor rural em tempo parcial

Produtor rural em tempo completo

Outros (especificar): _____

9) Setor de Atividade:

☐ Agricultura,

☐ Pecuária,

☐ Piscicultura,

☐ Silvicultura,

☐ Apicultura,

☐ Outros: (especificar) _____

10) Qual é o tamanho aproximado de sua propriedade rural

☐ 1 a 2 ha

☐ 3 a 5 ha

☐ 6 a 10 ha

☐ 10 a 20 ha

☐ Mais de 20 ha

11) A sua propriedade rural é:

☐ Própria ☐ Alugada ☐ Outro

12) O senhor:

☐ Vende a sua produção no mercado

☐ Entrega a produção sob contrato

☐ Vende ao Governo

13) Como produtor rural, qual é, na sua opinião, a maior dificuldade de seu trabalho?

- ☐ Financiamento para a produção
- ☐ Atendimento de regras fitossanitárias
- ☐ escoamento da produção
- ☐ Certificação
- ☐ Regras governamentais

Outras. Explique.

14) Como você considera a sua propriedade e os seus métodos de produção

- ☐ Tradicional. Faço o trabalho como meus pais e avôs faziam.
- ☐ Moderno (uso maquinário, insumos modernos e tecnológicos e peço ajuda de especialistas para resolver os problemas).

15) A produção rural é a sua única fonte de subsistência? ☐ Sim ☐ Não

APÊNDICE C – Obstáculos e Oportunidades para desenvolvimento do empreendedor rural no Vale do Paraíba

Entrevista – Construção do Discurso Sujeito Coletivo

Respondida via Survey Monkey com atendimento adicional disponível por voz pelos telefones (12) 3674-2636 ou (12) 99188-1551, pelo WhatsApp (12) 99188-1551 ou pelas plataformas de vídeochamadas Zoom ou Microsoft Teams ou Skype no qual o pesquisador envia o link de acesso por WhatsApp ou e-mail ao respondente.

- 1) O senhor conhece as Leis e regras que envolvem a sua atividade econômica? Pode falar um pouco sobre elas?
- 2) O senhor pode falar das dificuldades que o senhor enfrenta em sua atividade, em seu trabalho?
- 3) O senhor pode falar das coisas ou órgãos que o auxiliam em sua atividade?
- 4) Que tipos de políticas o senhor consideraria favoráveis ao seu trabalho? Ao seu cultivo? Que políticas o senhor gostaria de ver implantadas em seu município? Pode falar um pouco sobre elas?

A pesquisa pretendeu determinar a percepção dos pequenos produtores rurais em cinco aspectos relacionados ao exercício da atividade profissional: conhecimento legal; dificuldades percebidas; visão sobre os órgãos públicos; desejo por políticas públicas. Em conhecimento legal, a proposta foi verificar o conhecimento da legislação que incide sobre a atividade. Em dificuldades percebidas, verificar os problemas percebidos pelo produtor em sua atividade. Na questão dos órgãos públicos descobrir a quem os produtores recorrem e seu sentimento em relação ao apoio recebido. Na questão de Políticas Públicas, saber que tipos de políticas os produtores sentem que deveria existir.

APÊNDICE D – Municípios integrantes da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e do Litoral Norte.

Em acordo com Lei Complementar 1.166 de 09 de janeiro de 2012, atualizada pela Lei Complementar 1.258 de 12 de janeiro de 2015, é constituída a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e os Municípios são oficialmente agrupados em conformidade com o artigo 4º da referida lei da seguinte forma:

Sub-região 01 cujos composta pelos municípios componentes são Caçapava, Igaratá; Jacareí, Jambeiro; Monteiro Lobato; Paraibuna; Santa Branca e São José dos Campo. **Sub-região 02** que é composta pelos municípios de Campos do Jordão; Lagoinha; Natividade da Serra; Pindamonhangaba; Redenção da Serra; Santo Antonio do Pinhal; São Bento do Sapucaí; São Luiz do Paraitinga; Taubaté e Tremembé.

Sub-região 03, municípios que a integram são os seguintes: de Aparecida; Cachoeira Paulista; Canas; Cunha; Guaratinguetá; Lorena; Piquete; Potim e Roseira.

Sub-região 04, constitui-se dos municípios de Arapeí; Areias; Bananal; Cruzeiro; Lavrinhas; Queluz; São José do Barreiro e Silveiras.

Sub-região 05 agrega os quatro municípios do litoral norte, Caraguatatuba, Ilhabela; São Sebastião e Ubatuba.

No trabalho, as regiões foram agrupadas em duas, segundo o nível de proximidade: Eixo Dutra, englobando os municípios que sofrem interferência direta da Rodovia Presidente Dutra e Região Interior, englobando os municípios afastados dessa rodovia.

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Oportunidades e obstáculos para o avanço da pequena produção de alimentos: a percepção dos pequenos empreendedores da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo

Pesquisador: Denise C Cyrillo

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 37080120.2.0000.0067

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.314.377

Apresentação do Projeto:

No Brasil, parcela significativa da produção de alimentos está sob a responsabilidade das pequenas propriedades rurais. E a literatura mostra que as pequenas empresas enfrentam diversas dificuldades para subsistirem. De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2013, p. 19) e SEBRAE (2016, p. 17), nos primeiros 2 (dois) anos, a mortalidade das empresas iniciantes atinge valores de 24,4% a 28,4% do total de empreendimentos. A elevada taxa de mortalidade dos pequenos empreendimentos tem repercussões econômicas importantes, como desemprego – uma vez que as microempresas, em seu conjunto, respondem por 50% dos empregos do país (SEBRAE, 2012, p. 31). Quando se observa apenas os produtores rurais, os dados da PNAD Contínua mostram existir 4,08 milhões de produtores (IBGE, 2018), sendo que estes representam 15% do total de empreendedores do Brasil (SEBRAE, 2019). O pessoal empregado, incluindo o produtor, constitui-se de pessoas com baixos níveis educacionais (69,72% com ensino fundamental incompleto, 12,59% com fundamental completo, 15,18% ensino médio completo e 2,51% superior completo). Com base nos dados de 2006, as propriedades apresentam reduzido uso de tecnologia comparativamente a suas congêneres no exterior: 9,9% dos estabelecimentos no Brasil usavam tratores contra 84% na França e 89% nos Estados Unidos (EMBRAPA, 2013). Ante o exposto, cabe ainda destacar o interesse adicional que o estudo destas empresas de pequeno porte se reveste, na medida em que 70% dos alimentos

Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 580, Bloco 13A, sala 112
 Bairro: Butantã CEP: 05.508-000
 UF: SP Município: SAO PAULO
 Telefone: (11)3091-3622 Fax: (11)3031-8986 E-mail: cepfcr@usp.br

USP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS
DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - FCF/USP

Continuação do Parecer: 4.314.377

consumidos pelo brasileiro são por elas produzidos (BRASIL, 2015). Devido a importância desse segmento na economia e os indícios que se vislumbram de perda de espaço na produção de alimentos, cabe investigar obstáculos e oportunidades para o desenvolvimento da pequena produção de alimentos. A esse respeito, um tema promissor relaciona-se à legislação, que envolve a produção agropecuária e suas normas envolvendo a pequena produção. A análise inicial da legislação incidente sobre o pequeno produtor rural mostra existirem cinco eixos temáticos que regulam, por meio de diversos instrumentos jurídicos, o produtor: a definição e uso de pequena propriedade; regulamentação sobre o processo de produção; regimento sobre trabalho e seguridade rural; normatização ambiental e regulamentação de vigilância sanitária. O objetivo do trabalho é identificar oportunidades e obstáculos institucionais, ambientais e econômicos para o avanço dos pequenos empreendimentos produtores de alimentos da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo. Entende-se pequeno produtor rural aquele que possua propriedade de, no máximo, 4 módulos fiscais, trabalhe com a família e tenha a maior parte de sua renda oriunda de sua propriedade (Lei 11.326 de 24/07/2006). E são objetivos específicos da pesquisa: caracterizar os produtores de alimentos da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo segundo sub-regiões: eixo Dutra; litoral Norte; Serra da Mantiqueira e região interior; analisar as condições institucionais e econômicas que regem o funcionamento dos pequenos empreendimentos produtores de alimentos da Região e investigar os obstáculos e as oportunidades de desenvolvimento da pequena produção de alimentos segundo a percepção dos pequenos empreendedores rurais dessa região. Trabalha-se com a hipótese de que o elevado grau de insucesso das pequenas empresas rurais produtoras de alimentos se deve à complexidade regulatória que impede o avanço da produção de maneira economicamente sustentável. A pesquisa será qualitativa, em que se busca conhecer a percepção de um determinado agrupamento populacional sobre questões inerentes a sua realidade. A análise qualitativa será efetuada com o uso do método do Discurso do Sujeito Coletivo que possibilita uma análise das respostas dos participantes ao questionário desenvolvido pelo pesquisador. A pesquisa será realizada pela Internet com o uso de página especializada em pesquisa de opinião, Survey Monkey® ou GoogleForms®, com acesso apenas permitido aos produtores da região de pesquisa que tenham recebido um e-mail convite enviado pelo pesquisador a partir de uma lista de produtores disponibilizada pelas associações e representações de produtores. Considera-se que a diversidade proposta pelo DSC será alcançada com a obtenção de 30 a 50 questionários cuja composição é de 14 questões estruturadas, objetivas, de cunho sociodemográfico e 4 questões abertas, relativas ao pensamento do produtor sobre a sua realidade produtiva. Os dados serão

Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 580, Bloco 13A, sala 112
Bairro: Butantã CEP: 05.508-000
UF: SP Município: SÃO PAULO
Telefone: (11)3091-3622 Fax: (11)3031-8986 E-mail: cepfci@usp.br

USP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS
DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - FCF/USP

Continuação do Parecer: 4.314.377

analisados manualmente e com o uso da ferramenta para análise do discurso, DSCsoft®, desenvolvida pela Tolteca Informática para pesquisas quali-quantitativas com aplicação dos conceitos do Discurso do Sujeito Coletivo. Espera-se construir um Discurso de Sujeitos Coletivos que demonstre a visão dos sujeitos sobre a realidade regulatória na sua prática produtora de alimentos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Identificar oportunidades e obstáculos institucionais, ambientais e econômicos para o avanço dos pequenos empreendimentos produtores de alimentos da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo.

Objetivo Secundário: São objetivos secundários: a) caracterizar os produtores de alimentos da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo segundo as sub-regiões: eixo Dutra; litoral Norte; Serra da Mantiqueira e região interior; b) analisar as condições institucionais e econômicas que regem o funcionamento dos pequenos empreendimentos produtores de alimentos da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e c) investigar os obstáculos e as oportunidades de desenvolvimento da pequena produção de alimentos segundo a percepção dos pequenos empreendedores rurais da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: O risco existente é mínimo e trata-se de eventual constrangimento do respondente ao se lembrar de algum fato para responder a uma questão proposta.

Benefícios: O principal benefício dessa pesquisa é a constatação e registro da existência de obstáculos e oportunidades na produção de alimentos para o conjunto de produtores rurais de uma região específica do Estado de São Paulo, bem como da forma como tais produtores lidam, para o seu trabalho produtivo, com o aspecto regulador da legislação. Com a pesquisa será possível compreender que oportunidades de melhorias no aspecto regulatório podem ser encontradas para incentivar a produção de alimentos na região pesquisada, bem como se permitirá compreender eventuais obstáculos que o acompanhamento integrado de diversas legislações distintas dos três Entes Federados podem estar gerando para o pequeno produtor, à revelia da intenção original do Legislador.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é muito importante, pois busca compreender a realidade do produtor rural, especialmente suas dificuldades em relação ao setor regulatório que rege a produção rural. A

Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 580, Bloco 13A, sala 112
Bairro: Butantã **CEP:** 05.508-000
UF: SP **Município:** SÃO PAULO
Telefone: (11)3091-3622 **Fax:** (11)3031-8986 **E-mail:** cepfci@usp.br

Continuação do Parecer: 4.314.377

amostra será retirada de um universo regional de 300 produtores da região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, contatados por intermédio de Prefeituras Municipais, através das Secretárias da Agricultura; Sindicatos e Associações Rurais e Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade de Taubaté.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram anexadas à plataforma.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1615252.pdf	30/09/2020 20:57:12		Aceito
Outros	Questionario_Modelo_Projeto_Tese_Drauzio_Pos_CEP.pdf	30/09/2020 20:55:50	Denise C Cyrillo	Aceito
Cronograma	Cronograma_da_Tese_Drauzio_AjusteCEP.pdf	30/09/2020 20:47:08	Denise C Cyrillo	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_AO_CEP.pdf	30/09/2020 20:46:09	Denise C Cyrillo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_pos_Quali_Ajustes_pos_CEP_FINAL.pdf	30/09/2020 20:44:32	Denise C Cyrillo	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Anuencia_FCF.pdf	24/08/2020 16:43:18	Denise C Cyrillo	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	24/08/2020 16:41:24	Denise C Cyrillo	Aceito
Outros	Questionario_Modelo_Projeto_Tese_Drauzio.pdf	20/08/2020 12:53:33	Denise C Cyrillo	Aceito
Cronograma	Cronograma_da_Tese_Drauzio.pdf	19/08/2020 18:01:01	Denise C Cyrillo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Modelo_TCLE.pdf	19/08/2020 17:46:46	Denise C Cyrillo	Aceito

Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 580, Bloco 13A, sala 112
 Bairro: Butantã CEP: 05.508-000
 UF: SP Município: SAO PAULO
 Telefone: (11)3091-3622 Fax: (11)3031-8986 E-mail: cepfctf@usp.br

Continuação do Parecer: 4.314.377

Outros	Declaracao_Anuencia_Prof_Cicero.pdf	19/08/2020 17:45:57	Denise C Cyrillo	Aceito
Declaração de concordância	Declaracao_Anuencia_Chefe_Departamento_Economia.pdf	19/08/2020 17:45:07	Denise C Cyrillo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 01 de Outubro de 2020

Assinado por:
Mauricio Yonamine
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 580, Bloco 13A, sala 112
Bairro: Butantã **CEP:** 05.508-000
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3091-3622 **Fax:** (11)3031-8986 **E-mail:** cepfci@usp.br

ANEXO B – RELATÓRIO TURNITIN

Drauzio Antonio Rezende Junior | Informação do Usuário | Mensagens (1 novo) | Auto | Português | Ajuda | Logout

turnitin

[Controle da aula](#) | [Minhas Notas](#) | [Discussão](#) | [Calendário](#)

VISUALIZANDO AGORA: PRINCIPAL > TESES

Bem-vindo a nova página inicial da sua aula! A partir da página inicial da aula, você pode visualizar todos os seus trabalhos da sua aula, visualizar informações adicionais do trabalho, enviar o seu trabalho e acessar o feedback dos seus documentos. Passe o mouse sobre qualquer item da página inicial da aula para mais informações.

Página Principal da Aula

Essa é a sua página inicial da aula. Para enviar para um trabalho, clique no botão "Enviar" a direita do nome do trabalho. Se o botão Enviar estiver desabilitado, nenhum envio poderá ser feito para o trabalho. Se os reenvios estiverem permitidos, no botão de enviar aparecerá "Reenviar" após você efetuar o primeiro envio para o trabalho. Para visualizar o documento que você enviou, clique no botão "Visualizar". Assim que a data de publicação do trabalho passar, você poderá visualizar os comentários deixados no seu documento clicando no botão "Visualizar".

Tabela de entrada do trabalho, Teses					
Título do Trabalho	Inf	Dados	Selecção	Ações	
SAN e Produção de alimentos	1	Iniciar: 09 mar 2021 9:14PM Entrega: 30 mar 2021 11:59PM Publicar: 30 mar 2021 11:59PM		Enviar Visualizar Download	
Oportunidades e obstáculos para o avanço da pequena produção de alimentos	1	Iniciar: 18 jul 2021 3:25PM Entrega: 13 ago 2021 11:59PM Publicar: 25 jul 2021 12:00AM	10%	Reenviar Visualizar Download	

Direitos Reservados © 1998 - 2021 Turnitin, LLC. Todos os direitos reservados.

[Política de privacidade](#) |
 [Política de Privacidade](#) |
 [Termos de serviço](#) |
 [Conformidade com a proteção de dados da UE](#) |
 [Proteção por copyright](#) |
 [Perguntas frequentes sobre informações legais](#) |
 [Atribuições](#)

turnitin

Recibo digital

Esse recibo confirma que o seu documento foi recebido por Turnitin. Abaixo você encontrará a informação do recibo referente ao seu envio.

A primeira página do seu documento está exibida abaixo.

Autor do material:	Drauzio Antonio Rezende Junior
Título do Trabalho:	Oportunidades e obstáculos para o avanço da pequena pro...
Título do envio:	Tese Versão Final
Nome do arquivo:	Tese_Vers_oFinalparaEntrega_22julho2021_AJUSTES_FINALS4...
Tamanho do arquivo:	1.94M
Contagem de páginas:	108
Contagem de palavras:	30.734
Contagem de caracteres:	178.048
Data de envio:	26-jul-2021 02:35PM (UTC-0300)
Identificação do Envio:	1623794262

1. RECIBO DE RECEBIMENTO DO DOCUMENTO

2. TÍTULO DO TRABALHO, AUTOR DO MATERIAL E CONTAGEM DE PALAVRAS

3. TÍTULO DO ENVIO

4. NOME DO ARQUIVO

5. TÍTULO DO ARQUIVO

6. TÍTULO DO ARQUIVO

7. TÍTULO DO ARQUIVO

8. TÍTULO DO ARQUIVO

9. TÍTULO DO ARQUIVO

10. TÍTULO DO ARQUIVO

11. TÍTULO DO ARQUIVO

12. TÍTULO DO ARQUIVO

13. TÍTULO DO ARQUIVO

14. TÍTULO DO ARQUIVO

15. TÍTULO DO ARQUIVO

16. TÍTULO DO ARQUIVO

17. TÍTULO DO ARQUIVO

18. TÍTULO DO ARQUIVO

19. TÍTULO DO ARQUIVO

20. TÍTULO DO ARQUIVO

21. TÍTULO DO ARQUIVO

22. TÍTULO DO ARQUIVO

23. TÍTULO DO ARQUIVO

24. TÍTULO DO ARQUIVO

25. TÍTULO DO ARQUIVO

26. TÍTULO DO ARQUIVO

27. TÍTULO DO ARQUIVO

28. TÍTULO DO ARQUIVO

29. TÍTULO DO ARQUIVO

30. TÍTULO DO ARQUIVO

31. TÍTULO DO ARQUIVO

32. TÍTULO DO ARQUIVO

33. TÍTULO DO ARQUIVO

34. TÍTULO DO ARQUIVO

35. TÍTULO DO ARQUIVO

36. TÍTULO DO ARQUIVO

37. TÍTULO DO ARQUIVO

38. TÍTULO DO ARQUIVO

39. TÍTULO DO ARQUIVO

40. TÍTULO DO ARQUIVO

41. TÍTULO DO ARQUIVO

42. TÍTULO DO ARQUIVO

43. TÍTULO DO ARQUIVO

44. TÍTULO DO ARQUIVO

45. TÍTULO DO ARQUIVO

46. TÍTULO DO ARQUIVO

47. TÍTULO DO ARQUIVO

48. TÍTULO DO ARQUIVO

49. TÍTULO DO ARQUIVO

50. TÍTULO DO ARQUIVO

51. TÍTULO DO ARQUIVO

52. TÍTULO DO ARQUIVO

53. TÍTULO DO ARQUIVO

54. TÍTULO DO ARQUIVO

55. TÍTULO DO ARQUIVO

56. TÍTULO DO ARQUIVO

57. TÍTULO DO ARQUIVO

58. TÍTULO DO ARQUIVO

59. TÍTULO DO ARQUIVO

60. TÍTULO DO ARQUIVO

61. TÍTULO DO ARQUIVO

62. TÍTULO DO ARQUIVO

63. TÍTULO DO ARQUIVO

64. TÍTULO DO ARQUIVO

65. TÍTULO DO ARQUIVO

66. TÍTULO DO ARQUIVO

67. TÍTULO DO ARQUIVO

68. TÍTULO DO ARQUIVO

69. TÍTULO DO ARQUIVO

70. TÍTULO DO ARQUIVO

71. TÍTULO DO ARQUIVO

72. TÍTULO DO ARQUIVO

73. TÍTULO DO ARQUIVO

74. TÍTULO DO ARQUIVO

75. TÍTULO DO ARQUIVO

76. TÍTULO DO ARQUIVO

77. TÍTULO DO ARQUIVO

78. TÍTULO DO ARQUIVO

79. TÍTULO DO ARQUIVO

80. TÍTULO DO ARQUIVO

81. TÍTULO DO ARQUIVO

82. TÍTULO DO ARQUIVO

83. TÍTULO DO ARQUIVO

84. TÍTULO DO ARQUIVO

85. TÍTULO DO ARQUIVO

86. TÍTULO DO ARQUIVO

87. TÍTULO DO ARQUIVO

88. TÍTULO DO ARQUIVO

89. TÍTULO DO ARQUIVO

90. TÍTULO DO ARQUIVO

91. TÍTULO DO ARQUIVO

92. TÍTULO DO ARQUIVO

93. TÍTULO DO ARQUIVO

94. TÍTULO DO ARQUIVO

95. TÍTULO DO ARQUIVO

96. TÍTULO DO ARQUIVO

97. TÍTULO DO ARQUIVO

98. TÍTULO DO ARQUIVO

99. TÍTULO DO ARQUIVO

100. TÍTULO DO ARQUIVO

Direitos Autorais Turnitin 2021. Todos os direitos reservados.

ANEXO C – HISTÓRICO ESCOLAR

Janus - Sistema Administrativo da Pós-Graduação

Universidade de São Paulo
Interunidades em Nutrição Humana Aplicada
FICHA DO ALUNO

89131 - 9408122/1 - Drauzio Antonio Rezende Junior

Email: drauzio@usp.br
Data de Nascimento: 11/12/1976
Cédula de Identidade: RG - 23.171.260-1 - SP
Local de Nascimento: Estado de São Paulo
Nacionalidade: Brasileira
Graduação: Bacharel em Ciências Econômicas - Universidade de Taubaté - São Paulo - Brasil - 2000
Graduação: Bacharel em Ciências Contábeis - Universidade do Sul de Santa Catarina - Santa Catarina - Brasil - 2012
Mestrado: Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional (2) - Universidade de Taubaté - São Paulo - Brasil - 2003

Curso: Doutorado
Programa: Nutrição Humana Aplicada (1)
Data de Matrícula: 31/01/2017
Início da Contagem de Prazo: 31/01/2017
Data Limite para o Depósito: 30/07/2021
Orientador: Prof(a). Dr(a). Denise Cavallini Cyrillo - 31/01/2017 até o presente. Email: dccyrill@usp.br
Proficiência em Línguas: Inglês, 31/01/2017
Data de Aprovação no Exame de Qualificação: Aprovado em 08/03/2019
Data do Depósito do Trabalho:
Título do Trabalho:
Data Máxima para Aprovação da Banca:
Data de Aprovação da Banca:
Data Máxima para Defesa:
Data da Defesa:
Resultado da Defesa:
Histórico de Ocorrências: Primeira Matrícula em 31/01/2017

Aluno matriculado no Regimento da Pós-Graduação USP (Resolução nº 6542 em vigor de 20/04/2013 até 28/03/2018).

Última ocorrência: Matrícula de Acompanhamento em 19/07/2021

Impresso em: 24/07/2021 12:40:39

Universidade de São Paulo
Interunidades em Nutrição Humana Aplicada
FICHA DO ALUNO

89131 - 9408122/1 - Drauzio Antonio Rezende Junior

Sigla	Nome da Disciplina	Início	Término	Carga Horária	Cred.	Freq.	Conc.	Exc.	Situação
EAC5903-1/3	Seminários de Pesquisa em Contabilidade Gerencial (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - Universidade de São Paulo) (3)	02/08/2016	30/11/2016	120	8	93	B	N	Concluída
EAE5876-5/4	Economia da Alimentação e Nutrição (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - Universidade de São Paulo) (3)	05/08/2016	30/11/2016	120	8	88	A	N	Concluída
PSP5305-1/2	Política e Gestão Ambiental (Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo)	07/03/2017	19/06/2017	60	4	100	A	N	Concluída
PSP5306-1/2	Sistema de Informações Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável (Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo)	09/08/2017	21/11/2017	60	4	90	A	N	Concluída
FBT5700-3/5	Preparo de Artigos Científicos na Área de Tecnologia Bioquímico-Farmacêutica (Faculdade de Ciências Farmacêuticas - Universidade de São Paulo)	01/03/2018	02/05/2018	90	6	90	B	N	Concluída
FBF5805-2/7	Delineamento de Experimentos e Ferramentas Estatísticas Aplicadas às Ciências Farmacêuticas (Faculdade de Ciências Farmacêuticas - Universidade de São Paulo)	20/08/2019	28/10/2019	90	6	100	A	N	Concluída

	Créditos mínimos exigidos		Créditos obtidos
	Para exame de qualificação	Para depósito de tese	
Disciplinas:	20	24	36
Estágios:			
Total:	20	24	36

Créditos Atribuídos à Tese: 163

Observações:

- 1) Unidades de Ensino responsáveis pelo programa: Faculdade de Saúde Pública - Faculdade de Ciências Farmacêuticas - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - Escola de Artes, Ciências e Humanidades.
- 2) Curso credenciado pelo Conselho Federal de Educação (.).
- 3) Disciplina(s) cursada(s) isoladamente e aceita(s) pelo(a) orientador(a) do(a) candidato(a)

Conceito a partir de 02/01/1997:

A - Excelente, com direito a crédito; B - Bom, com direito a crédito; C - Regular, com direito a crédito; R - Reprovado; T - Transferência.

Um(1) crédito equivale a 15 horas de atividade programada.

Última ocorrência: Matrícula de Acompanhamento em 19/07/2021

Impresso em: 24/07/2021 12:40:39